

Revista **a** EVOLUÇÃO

Ano II - nº 23 - Dez./2021 - ISSN 2675-2573

ISSN 2675-2573

FERNANDO TOLEDO CARDOSO

**Todos nós temos diversas potencialidades,
só é necessário acreditar que será possível.**



POISIS

Cleia Teixeira
Danton Medrado
J. Wilton

LANÇAMENTO



A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

www.primeiraevolucao.com.br

Revista **EVOLUÇÃO**

Ano II - nº 23 - Dezembro de 2021 - ISSN 2675-2573

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andréia Fernandes de Souza
Isac dos Santos Pereira
Vilma Maria da Silva

Organização:

Andréia Fernandes de Souza
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS)

Adelina Ursula Correia de Lima
Alcides Piedoso Ferreira Chivango e Faustino Moma Tchipesse
Cristiana Ferreira de Sousa Neves
Evelice de Souza Evangelista
Luís Venâncio
Marta Batista Justino Caetano
Mineiva Medina Rodrigues Silva
Rosemeire Santos de Deus Lopes
Samantha Lima Lopes/Sarah Emilly Souza de Jesus/Wesley Fernandes Rodrigues
Sirlene Xavier Teixeira
Vanda de Lima Rodrigues
Vilma Maria da Silva

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – n. 23 (dez. 2021). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2021.

82 p. : il. color
Bibliografia
Mensal
Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>
ISSN 2675-2573 (on-line)

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.23>



São Paulo
2021

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Comissão editorial:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Denise Mak

Patrícia Tanganelli Lara

Thais Thomas Bovo

Veneranda Rocha de Carvalho

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adelson Batista Lins

Prof. Esp. Ana Paula de Lima

Prof. Me. Andreia Fernandes de Souza

Prof. Dra. Denise Mak

Prof. Me. Isac dos Santos Pereira

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Prof. Me. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Prof. Dra. Patrícia Tanganelli Lara

Prof. Dra. Thais Thomas Bovo

Prof. Me. Veneranda Rocha de Carvalho

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. (11) 98031-7887

Whatsapp: (11) 99543-5703

primeiraevolucao@gmail.com

https://primeiraevolucao.com.br

São Paulo - SP - Brasil

netomanuefrancisco@gmail.com

Luanda - Angola

Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores. Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

Colaboradores voluntários em:



A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuída gratuitamente.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

PRINCÍPIOS:

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo;

A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

Filiada à:



www.primeiraevolucao.com.br

ÍNDICE

05 APRESENTAÇÃO

Profa. Andreia Fernandes de Souza

07 HOMENAGEM Fernando Toledo Cardoso

COLUNAS

10 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira

81 POIESIS

Cleia Teixeira

Danton Medrado

J. Wilton



ARTIGOS

1. EDUCAÇÃO MUSICAL – BENEFÍCIOS DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO Adelina Ursula Correia de Lima	15
2. O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DE APRENDIZAGENS DOS ALUNOS DO COLÉGIO JOÃO PAULO II EM VIANA Alcides Piedoso Ferreira ChivangoFaustino Moma Tchipesse	21
3. A LUDICIDADE E A PSICOMOTRICIDADE EM ASPECTOS COGNITIVOS, MOTORES E SOCIAIS DURANTE A INFÂNCIA Evelice de Souza Evangelista	33
4. A IMPORTÂNCIA DA ARTE NO COTIDIANO ESCOLAR Samantha Lima LopesSarah Emilly Souza de JesusWesley Fernandes RodriguesFernando Toledo Cardoso / Rodrigo Ribeiro (Profs. Orientadores)	39
5. A RELAÇÃO ENTRE A ACÇÃO DA COMUNIDADE, DAS FAMÍLIAS E DOS (AS) ALUNOS (AS) E O RENDIMENTO ESCOLAR Luís Venâncio	45
6. A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO Marta Batista Justino Caetano	53
7. UM POUCO SOBRE O ENSINO REMOTO NA PANDEMIA Mineiva Medina Rodrigues Silva	57
8. O BRINCAR E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM Rosemeire Santos de Deus Lopes	61
9. DISLEXIA E A INTERVENÇÃO DO PSICOPEDAGOGO Sirlene Xavier Teixeira	65
10. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGENS E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NA EDUCAÇÃO Vanda de Lima Rodrigues	71
11. A ESCUTA A PARTIR DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA CIDADE DE SÃO PAULO Vilma Maria da Silva	75

Muito obrigada e Feliz 2022!

Finalizamos mais um ano com edições ininterruptas de nossa revista. De fato, foi um ano difícil, independente de qual ângulo observemos.

Como você, também tivemos perdas, ficamos confinados e inseguros, mas, precisávamos continuar, afinal, como todo projeto coletivo, nossa força está no ideal do grupo e na responsabilidade assumida.

Caso ainda não saiba, esta revista é totalmente financiada e produzida por professoras/es iguais a você; é corrigida e avaliada voluntariamente por mestras e doutoras/es; e distribuída gratuitamente. Encantador, não acha?

Somos profissionais da educação comprometidos e atuantes, e queremos cada vez mais ampliar este espaço de oportunidades, de troca de conhecimentos e aprendizagens sucessivas. Se você se identifica com a proposta da revista, junte-se a nós, afinal, como eu sempre posto em minhas redes sociais: #JuntosSomosMaisFortes...

Agradeço a você leitor e leitora; a você professora-autora e professor-autor; poetas e demais colaboradores que fizeram a revista acontecer por mais um ano. Eu me sinto honrada em ser parte deste grupo.

Quero aqui, em nome da revista Primeira Evolução desejar a todos um ano novo de muita saúde, paz e sucesso. Que possamos continuar juntos, pela educação, pela sociedade e pela humanidade.

Feliz 2022!

Beijos

Profa. Vilma



Vilma Maria da Silva

Formada em Pedagogia, Letras (Inglês), História e Artes. Especializações na área de Alfabetização e Letramento, Educação Especial e Educação Inclusiva. Participa da comissão editorial da Edições Livro Alternativo desde 2016 promovendo ações educacionais e investindo na evolução dos educadores. vilmamedrado@gmail.com



CIDADE DE
ÃO PAULO
EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO
FERRADOR QUE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO
FERNANDO TOLEDO CARDOSO
FERRADOR QUE

“Acredito piamente numa educação de qualidade, sonho com um processo de construção integral dos nossos estudantes, todos nós temos diversas potencialidades, só é necessário acreditar que será possível.”

FERNANDO TOLEDO CARDOSO

HOMENAGEM HOMENAGEM

Professor

FERNANDO TOLEDO CARDOSO

... **TODOS NÓS TEMOS DIVERSAS POTENCIALIDADES, SÓ É NECESSÁRIO
ACREDITAR QUE SERÁ POSSÍVEL.**

Professor *Fernando Toledo Cardoso*, é formado em Educação Física e especialista em educação inclusiva, trabalhou por cinco anos na "Casa dos Deficientes de Ermelino Matarazzo" - ACDEM, Organização Não Governamental, que tem como especialidade trabalhos para pessoas com deficiência.

HOMENAGEM HOMENAGEM

FERNANDO TOLEDO CARDOSO



Neste local o professor desenvolveu diversos projetos de inclusão, sendo o maior deles a PARAOLIMPÍADAS, envolvendo mais de 800 pessoas com deficiência em diversos jogos esportivos, ganhando o prêmio de melhor professor da ACDEM em 2017.

No ano de 2018 o docente entrou na prefeitura de São Paulo para lecionar no CEU Anhanguera, desenvolvendo inicialmente o projeto "inclusão em movimento", o trabalho tinha como objetivo principal o envolvimento de todos os alunos deficientes da escola em práticas inclusivas, um marco nesse ano foi uma matéria na SME como diferencial em trabalhos Inclusivos.

Segue o link abaixo da reportagem:

<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/praticas-inclusivas-nas-aulas-de-educacao-fisica-na-ceu-emef-parque-anhanguera/>

Ainda em 2018 ele foi idealizador do projeto 'Paraolimpíada Escolar', que envolveu mais de 1000 crianças em jogos Inclusivos na rede pública de São Paulo.

Em 2019 o professor iniciou o projeto "Movimentando Vidas", que tinha como base propiciar uma cultura inclusiva no âmbito Educacional CEU EMEF ÁGUA AZUL, ensinando todas as crianças sobre respeito ao próximo e equidade.

Um marco para esse ano foi a reportagem na Rede Globo sobre práticas Inclusivas na rede.

Segue o link da reportagem:

<https://www.google.com.br/amp/s/g1.globo.com/google/amp/sp/sao-paulo/educacao/noticia/2019/10/03/diario-de-escola-ceu-da-zona-leste-de-sp-usa-educacao-fisica-para-inclusao-de-alunos-com-deficiencia.ghtml>

HOMENAGEM

HOMENAGEM

FERNANDO TOLEDO CARDOSO



Nesse ano o docente ganhou o prêmio Professor Destaque 2019 pelas práticas inclusivas realizadas no âmbito escolar na rede pública de São Paulo.

O professor começou a ser chamado para ministrar palestra pela Secretaria Municipal de Educação, explicando sobre práticas inclusivas no período integral dos estudantes.

Para o ano 2020 o docente Fernando foi idealizador do projeto "Poesia na Escola", que em plena Pandemia foi referencial por sua qualidade de ensino.

O projeto Idealizado pelo docente Fernando também teve abertura na rede Globo, com os docentes que também idealizaram o projeto Cléia Teixeira e José Wilton representando as práticas propostas.

Nesse ano também o professor criou diversos projetos secundários na rede, como por exemplo: transmissão ao vivo (live), convidando os professores da escola para ensinar os educandos em ensino remoto;

projeto fato ou fake para disseminar notícias verdadeiras nas redes sociais e projeto quadrinhos animados na Educação Física, uma forma dinâmica e lúdica de ensinar na Educação Física.

Em 2021 o projeto "Poesia na Escola" teve sequência e avançou com um novo projeto intitulado "Releitura na Escola", onde obteve Participação ampla da equipe docente e dos alunos.

Esse ano o educador ganhou as seguintes premiações:

Paulo Freire Qualidade de Ensino 2021;

Professor Destaque 2021.

Outros projetos secundários para esse ano foram: parquinho inclusivo, ampliando significativamente o processo de inclusão na escola e placas de Comunicação aumentativa e alternativa em todas as salas do CEU EMEF ÁGUA AZUL que ainda está em construção.

O educador também deu entrevista para o site R7 em 2021, como especialista em Educação Inclusiva.

"Acredito piamente numa educação de qualidade, sonho com um processo de construção integral dos nossos estudantes, todos nós temos diversas potencialidades, só é necessário acreditar que será possível".



DEAMBULAR PELOS UNIVERSOS DANTES NÃO VISITADOS: VEÍCULOS DA IMAGINAÇÃO INFANTIL QUE SE LANÇAM NA MATÉRIA/DESENHO¹

Isac dos Santos Pereira
David da Silva Rodrigues
Evania Vieira de Souza

Dedos que deslizam sobre o branco do papel, olhares que convocam a sensibilidade das retinas brincantes, projeções astrais que se movimentam freneticamente dentro da matéria/corpo, sonhos e anseios que travam lutas incessantes para viverem na materialidade do real... Nesse momento, uma criança está a desenhar!

Há quem diga que são somente desenhos, rabiscos, ideias desconexas, passatempos inócuos... Há quem diga que são verdadeiros universos da infância que transitaram para a realidade em sua concretude, reiterando copiosamente; —Eu existo! Existo em minha integralidade enquanto sujeito pensante, ativo, reflexivo....

O universo infantil sempre nos chamou atenção, quando, de repente, somos levados a realizar um olhar mais apurado sobre os desenhos dos educandos na sala de aula... Nos perdemos com tamanha imaginação. Os desenhos possuem a sua própria fala e, cada traço, cada expressão lhe convidam para adentrar um universo mágico, encantado e cheio de descobertas. Olha só!!! Até que ponto existe conhecimento sobre nossos planetas? Cientificamente falando, já foi provado a existências de ET's? Porém, é apresentado esse universo, na perspectiva infantil, através da magia do brincar, do faz de conta e do imaginar. Em meio a mágica das cores, a criança desenvolve através daquilo que ela acredita e vê; estrelas, sol, planeta Terra, foguete. Tudo solto no espaço...

Perceba que há uma preparação para a criação do desenho, pois é necessário muita concentração e associação do universo que está em sua volta, sendo assim, você está sendo convidado a uma importante missão; analisar através dos olhos infantis o universo que nos cerca! E aí, topa essa missão?

Acreditamos que, imersos em uma não certeza tão expressiva, crianças, estudantes, aventureiros, buscam em seus desenhos, após um longo período pandêmico, trazer do campo de seus arcaibouços imagéticos suas memórias quebradas e reconfiguradas, que agora se tornam vivas de maneira diferentes de outrora, ansiando por finalizar mais um ano esperando —como diria Paulo Freire—, em chegar ao horizonte, quiçá, utópico.

Em uma constância brincante com as cores e as formas no papel, o menino (8 Anos) abaixo, desapegado da originalidade do real, das credices limitantes ou das verdades reinantes, compõe um veículo... Mas para onde ele iria? De onde ele veio?



¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 para o primeiro autor da presente coluna.

Seu veículo, mais do que simples construções gráficas, deambula sobre o papel como se já existisse em sua concretude tridimensional... Não está ligado a essa ou aquela configuração imagética de automóveis tão conhecidos, no entanto ele se conforma em si mesmo como mais uma imaginação que brinca com quem o cria, que joga com quem o vê.

O que ainda cabe em seus olhos?

Agora, na perspectiva da menina (8 Anos) que compôs a obra abaixo, o Universo.

E ele é múltiplo, diverso, colorido.

Pessoas e estrelas possuem a mesma dança orbital. Mas estão separados, escrevendo suas histórias, presas numa cápsula minúscula ou deslizando no infinito, encharcadas de possibilidades...

O que ainda cabe em seus olhos?

Dentro da caverna, as pedras não são mais rochosas. Há um corpo que insiste em buscar luz e respiração para além. Ele, de alguma forma, reverbera na liberdade. Sente, prenuncia.

Em telas de vidro, assiste ao cosmo e reconhece o herói. Seu corpo é a forma da fôrma. Platão, Foucault e a criança desenham esta ruína.

Viver é movimento, acionar o destino contra a máquina para que não nos engula. Permanecemos atentos às possibilidades de criar um plano além do espaço-tempo, relativizar a essência.



E em seus olhos enquanto leitor visual, o que lhe cabe?

Ótimo final de ano a todos!!!

Isac dos Santos Pereira, Doutorando e Mestre em Comunicação audiovisual pela Universidade Anhembi Morumbi – UAM com pesquisa sobre Naruto na sala de aula. Especialista em Arte/Educação: teoria e prática, pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - ECA/USP. Especialista em Neurociências Aplicada à Educação pela Universidade Anhembi Morumbi - UAM. Licenciado em Artes visuais pela Faculdade Paulista de Arte - FPA. Professor atuante de Arte no Ensino Fundamental I da rede Municipal de São Paulo, na EMEF Paulo Setúbal.

E-mail: isacsantos02@hotmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6351070667418404>

David da Silva Rodrigues, Licenciado em Geografia e Pedagogia pela Universidade de Santo Amaro – UNISA. Licenciado em Letras pela Universidade italo-brasileira – UNIITALO. Pós-graduado em Psicopedagogia Clínica e Institucional pelo Universidade Venda do Imigrante de Santos – UVISANTOS. Atua na Rede Pública Estadual de Ensino há seis anos como docente em todos os seguimentos da Educação Básica Paulista.

Evania Vieira de Souza Formada em Normal Superior no Instituto Singularidades (2007). Pedagogia (2010). Estudante de Pós graduação em Arte na Educação: Teatro, Música e Dança. Atriz Amadora: Teatro Vocacional (2010). Autora do livro "Punhais e bolinhos de chuva" (Editora Selin Trovoar, 2021). Professora da Rede Pública Municipal de ensino, na Emef Paulo Setúbal.

CEU EMEF ÁGUA AZUL

CEU EMEF ÁGUA AZUL

POESIA

NA

ESCOLA

Um olhar especial aos poetas da educação

Organizadores

Anísio Carlos dos
Fernando de Tol
Henrique Nasci
Rodrigo Ribeir

O Projeto e 2º Concurso Poesia na Escola do CEU EMEF Água Azul foi idealizado por um grupo de professores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. O público-alvo desse trabalho são estudantes de 6º a 9º ano da nossa unidade escolar.

O Projeto Poesia na Escola tem como principais objetivos: incentivar a produção literária dos estudantes, dando visibilidade ao material inédito produzido, e valorizar os estudantes escritores, proporcionando formas de expressão por meio da escrita em tempos de pandemia e distanciamento social causados por Covid -19.

A ação importante para esse segundo ano do Projeto foi estabelecer a Comissão Organizadora, que passou a ser composta pelos docentes Anísio Carlos dos Santos Silva, Fernando de Toledo Cardoso, Rodrigo Ribeiro dos Santos e Henrique Nascimento Sertorio (todos pertencentes ao CEU EMEF Água Azul).

Baixe e leia, gratuitamente.



Edições
Livro Alternativo

Santos Silva
edo Cardoso
meito Sertori
o dos Santos



EDUCAÇÃO MUSICAL – BENEFÍCIOS DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO

ADELINA URSULA CORREIA DE LIMA

RESUMO: Pretende-se através deste artigo analisar de que forma a música pode contribuir para o desenvolvimento cognitivo e intelectual das crianças quanto a música, ministrada na educação básica, pode auxiliar na integração, na socialização, no ensino e na aprendizagem. A música deve ser inserida na escola desde as Séries Iniciais, seja ela, na forma de canção, na dança ou até mesmo no manuseio e/ou confecção de instrumentos musicais. Segundo estudos dessa arte, comprova-se que, ao inseri-la desde cedo no âmbito educacional, além de desenvolver as diversas habilidades, ainda proporciona momentos de interação e lazer entre os envolvidos. Deseja-se destacar assim, que a música não é somente uma associação de sons e palavras, mas sim um elemento que encanta a todos de diversas formas.

Palavras-chave: Aprendizagens. Ensino. Música. Pedagogia.

INTRODUÇÃO

A música está presente na nossa história desde antes do nascimento, pesquisas e teorias indicam que o relacionamento com o sonoro tem início ainda no útero, com os sons provocados pelo corpo da mãe e também com estímulos vindos do ambiente externo. Educar com música é importante para a integração das crianças na vida escolar e pode-se afirmar que a música na escola estimula o bom convívio social, a harmonia, o desenvolvimento da fala, da respiração, da autoestima e do próprio desenvolvimento cognitivo da criança, sendo assim um instrumento facilitador do processo de ensino aprendizagem, pois ela chama à atenção das crianças, promovendo um ambiente agradável e satisfatório.

A música é uma arte rica em transmissão de cultura, com suas canções, cantigas de rodas que são de extrema importância e fazem parte da cultura nacional, além disso, podem contribuir para o aprendizado das crianças.

É importante frisar que, no campo educacional, é dever da escola e Estado acolher e assegurar educação de qualidade a todos os cidadãos. E uma das formas de melhorar a aprendizagem, é descrita nos conteúdos contidos no currículo escolar. Até o presente momento luta-se para que a música esteja incluída na matriz curricular como disciplina, e não apenas no ensino de arte. Assim com este recurso incluso na escola facilitará para as melhorias da educação.

A música quando presente nas salas de aulas proporciona às crianças momentos de prazer e alegrias, além de desenvolver habilidades, como: coordenação motora, cognitiva, afetiva e social. É também um rico instrumento pedagógico alfabetizador para a aprendizagem da escuta, da apreciação, da linguagem e para aprender com os impulsos e emoções vivenciadas no dia a dia, assim não haveria espaço mais significativo para usar a música como instrumento de ensino-aprendizagem, do que na escola.

EDUCADORES MUSICAIS

Para um país onde a educação musical sempre esteve preterida do sistema de ensino nacional de formação básica, o direcionamento em uma educação musical é um passo importante.

A falta de um direcionamento preciso e de uma legislação oficial de ensino musical de formação básica têm afastado os jovens brasileiros da música, ocasionando um atraso substancial nesse campo de conhecimento e não incentivando um aprendizado que deveria ter início na infância.

É imprescindível fomentar entre os docentes de música o intercâmbio e o diálogo com os especialistas das demais áreas, com a finalidade de redefinir os objetivos, conteúdos, materiais e estratégias pedagógicas em relação às expectativas de aprendizado musical das próximas gerações.

A mentalidade tecnicista do nosso sistema de ensino que vê na educação apenas os subsídios necessários para o progresso iminente do indivíduo no trabalho e no exercício da cidadania afastou o jovem de um ideal cultural que privilegie a educação musical como participante direta do processo de formação da personalidade humana.

Atualmente a Música é também uma necessidade universal do gênero humano, cuja satisfação plena deveria ser definitivamente assegurada não somente na instituição escolar, mas também a toda sociedade por meio da educação.

A música desempenha um papel ativo dentro da educação geral. Ela não só propicia para a criança um desenvolvimento cognitivo mais apurado, como também, a possibilidade de conhecer e aprender uma linguagem específica em faixa etária condizente com o tipo de ensinamento. Diversos artigos publicados apontam os benefícios do ensino musical para o desenvolvimento intelectual da criança e os prejuízos de um aprendizado musical em faixa etária posterior. Ainda que a música seja oferecida apenas como disciplina viável para formar o futuro apreciador musical, sem a preocupação de formar o profissional de música, são incontestáveis os benefícios culturais obtidos.

Considerando a larga tradição musical brasileira, rica em instrumentos próprios, escalas, modos e ritmos variados, facilmente poderíamos induzir a riqueza desse universo sonoro, se trabalhada em todas as escolas de ensino básico. No entanto, a educação musical informal cresce dentro de um completo caoticismo, mesmo levando-se em conta os benefícios que ela traria para a implantação de um novo modelo de educação musical brasileira.

Produzir qualquer tarefa musical em um país que tem este perfil de ensino é, inegavelmente, motivo de orgulho e responsabilidade. Não importa se este trabalho segue a tradição acadêmica, técnica, ou científica comum aos modelos institucionalizados. O simples fazer consciente de uma proposta de ensino já projeta um benefício que não pode ser ignorado. (LIMA et al, 1998, p. 49)

Interessa para os pedagogos musicais traçar metas de ensino musical mais atuante, lançar novas bases científicas, filosóficas, psicológicas e sociais da educação musical. É necessário "fazer música, trabalhar com música, produzir músicos, pesquisar música, viver música". (LIMA et al, 1998, p. 49). A meta de ensino globalizante é, sem dúvida, desbloquear, desimpedir, desburocratizar, alicerçar o ensino musical básico, para que se tenha acesso às novas formas de organização. Qualquer processo de ensino musical ou de pesquisa científica deve ser amplamente divulgado, porque a linguagem musical, como as demais linguagens, tem que se desenvolver paulatinamente e não pode ser privilégio de uma elite universitária. Se o nosso interesse é tomar parte de um contexto globalizante de ensino musical, essa tomada de consciência se faz necessária.

Somente um tipo de educação musical é capaz de fazer justiça a toda a sociedade: uma educação musical não orientada exclusivamente para a profissionalização de musicistas e músicos, mas, aceitando a educação musical como meio que tem a função de desenvolver a personalidade do jovem como um todo, de despertar e desenvolver faculdades indispensáveis ao profissional de qualquer área de atividade, ou seja, por exemplo, a percepção, a comunicação, a concentração (autodisciplina), o trabalho em equipe, ou seja, a subordinação dos interesses pessoais aos do grupo, o discernimento, a análise e a síntese, o desembaraço e a autoconfiança, a redução do medo e da inibição, o desenvolvimento da criatividade, do senso crítico, do senso de responsabilidade, da sensibilidade de valores qualitativos e da memória, principalmente, o desenvolvimento do processo de conscientização do todo, base essencial do raciocínio e da reflexão.

Trata-se de um tipo de educação musical que aceita como função da educação musical nas escolas, a tarefa de transformar critérios e ideias artísticas em uma nova realidade, resultante de mudanças sociais. Esse tipo de educação musical, mesmo no caso da preparação e formação de musicistas e músicos profissionais, vem a ser um tipo de educação para o treinamento de músicos que, futuramente, deverão estar capacitados a encarar sua arte como arte funcional. A educação musical tem, porém, como objetivo maior, formar indivíduos dotados de criticidade não somente musical, mas, críticos como um todo.

UM BREVE HISTÓRICO DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO

Segundo Borges (2003) a trajetória da Educação Musical, no Brasil, acompanha o desenrolar da educação brasileira. Há registros de uso da música na educação desde a chegada das primeiras missões jesuítas ao país. Neste período, a música, bem como as demais artes, era empregada na catequese. Este quadro permanece praticamente inalterado, à exceção da ampliação dos colégios jesuítas, durante os séculos XVI, XVII e primeira metade do século XVIII. Na segunda metade do século XVIII, mudanças na legislação educacional são impetradas pelo Marquês de Pombal. São as chamadas "Reformas

Pombalinas", as quais buscavam adequar o estado português ao pensamento iluminista. As Reformas Pombalinas desestruturaram o ensino religioso sem, contudo, implementar um sistema educacional laico, público e gratuito.

Por esta época, músicos organizavam-se nas chamadas irmandades. Foram as irmandades que contribuíram para a difusão da música durante a segunda metade do século XVIII, já que os padres músicos eram poucos. Borges (2003)

Durante o Vice-Reinado e o Brasil Império, vamos ter uma política educacional orientada para a formação de nível superior buscando suprir uma demanda do próprio Estado no que concernia às carreiras liberais e militares. Registros de Educação Musical neste período podem ser encontrados nas Escolas Normais, onde a música sempre foi considerada parte importante na formação de novos docentes.

Considerado o maior movimento de Educação Musical de massas já ocorrido no Brasil, Canto Orfeônico ligava-se ao ideário escolanovista e tem sua imagem profundamente ligada ao governo de Getúlio Vargas. Foi durante o Estado Novo que o Canto Orfeônico se constituiu enquanto movimento, tendo à frente, o maestro Heitor Villa-Lobos.

O Canto Orfeônico esteve presente nas escolas brasileiras até o final da década de 1960, momento em que desaparece paulatinamente da educação. Isto aconteceu, entre outros motivos, depois da promulgação da Lei 5.692/1971, a qual tornou obrigatório o ensino de artes instituindo a chamada polivalência na disciplina Educação Artística.

A polivalência no ensino de artes refere-se a ideia de que um mesmo profissional poderia dar conta de ensinar Artes Visuais, Teatro, Música e Dança. Alie-se a isto a formação superior precária deste profissional nos chamados cursos de "Licenciatura Curta", muito comuns na década de 1970, e o quadro estará completo. Como resultado desta política e do caráter tecnicista da educação no período da Ditadura Militar, vamos perceber a predominância do ensino das Artes Visuais e o desaparecimento gradual das artes coletivas, como o Teatro, a Dança e a Música, do currículo.

Porém, é importante ressaltar que na esteira da Lei 5.692/1971, diversos cursos superiores foram criados para a formação de professores de artes. Com o passar dos anos, as universidades brasileiras foram aperfeiçoando estes cursos. A partir da década de 1980, os profissionais da área de artes começaram a questionar a polivalência e um outro quadro foi se configurando. A ideia de especialização em uma determinada área artística foi ganhando terreno.

A partir da Lei 9.394/1996, foi possível perceber um gradual retorno das artes coletivas ao currículo das escolas brasileiras. Uma interpretação possível desta Lei apontava justamente para a presença diferenciada das diversas manifestações artísticas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN -, publicados nesta época e ainda em vigor, citam quatro modalidades no Ensino de Artes: Artes Visuais, Música, Teatro e Dança. Estas modalidades deveriam estar presentes no currículo. Alguns Sistemas Escolares perceberam um aceno legal para a especialização destas áreas e algumas universidades começaram a oferecer cursos de Licenciatura específicos. Na área de música, vemos surgir os cursos de Licenciatura Plena em Música, suplantando os antigos cursos de Licenciatura Plena em Educação Artística.

A Lei 11.769, publicada no D.O.U. (Diário Oficial da União) de 19 de agosto de 2008 altera a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituindo a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas brasileiras. Com esta Lei, música passa a ser um componente curricular obrigatório.

A proposta curricular de cada instituição é o terceiro nível de concretização, contextualizada na discussão de seu projeto educativo. Essa proposta deve levar em consideração a identidade da escola num processo contínuo de reflexão, contando com toda a equipe pedagógica, sobre as características sociais e culturais da realidade em que a escola está inserida. (BRASIL, 1997, p. 37)

Os documentos acima citados não são leis, são parâmetros e propostas, como os próprios nomes já indicam. Como base legal para a educação o país temos a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional – LDBEN – que regulamenta os níveis e modalidades de educação e ensino. A primeira aprovação dessa lei aconteceu no ano de 1961, e foi denominada Lei n. 4.024 que vigorou por dez anos, quando foi aprovada a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Essa última determinou a inclusão da arte na escola como atividade artística e segundo a PCRM (CRICIÚMA, 2008, p. 118), "esta proposição, incluída na educação brasileira a partir da lei 5.692/71, não trouxe contribuições à área de Artes; é produto de uma formação aligeirada que pretende preparar o/a professor/a de Artes para ministrar conteúdos de Música, Teatro, Artes Visuais e Dança".

Já a atual LDB n. 9.394/96, determina que "o ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural

dos alunos” (Artigo 26, parágrafo § 2º). Essa determinação confirma nosso pensamento de que a arte deve ser considerada como parte da formação do sujeito. Novas alterações na LDB, realizadas em 2003, 2008 e 2010, reforçam essa questão (BRASIL, 2008, p. 162).

A Lei n. 10.639/03 de 09 de janeiro de 2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº. 9394/1996) e tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira no ensino fundamental e médio. A Lei n. 11.769, de 18 de Agosto de 2008 muda novamente a lei tornando música como conteúdo curricular obrigatório nas aulas de artes e em 13 de Julho de 2010 a Lei nº 12.287 altera o parágrafo 2º do art. 26 da LDB que já estabelecia o ensino da arte como componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica destacando a presença das expressões regionais: “§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (LDB n. 9.394/96, art. 26)

Na escola nova, a música, dentro da tendência que tem como princípio a valorização do sujeito como ser livre ativo e social, foi trabalhada de acordo com pensamento de que “o ensino centra-se no aluno, sendo a arte utilizada para a liberação emocional, o desenvolvimento da criatividade e do espírito experimental na livre solução de problemas”. (BRASIL, 2008, p. 171)

Na Pedagogia crítico-social dos conteúdos “buscou-se dar ênfase aos conteúdos histórico-sociais, valorizando os conhecimentos e os processos de aprendizagem pautada na cultura local (popular) e o repertório de saberes do estudante”. (BRASIL, 2008, p.173)

A Lei 11.769, publicada no D.O.U. de 19 de agosto de 2008 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituindo a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas brasileiras. Com esta Lei, música passa a ser um componente curricular obrigatório. E o ano de 2011 é data limite para que toda escola pública e privada do Brasil inclua o ensino de música em sua grade curricular em todo o ensino básico.

Após a alteração desta lei a que se pensar em novas alternativas para suplantarmos a verdadeira educação musical na escola regular e não somente como uma parte do ensino de Artes.

Por ser tratada como componente curricular obrigatório deve ser tratada como uma disciplina regular com carga horária, conteúdo e planejamento pedagógico específico.

MÚSICA NA ESCOLA

A escola é um ambiente perfeito para inserir a educação musical desde a primeira infância.

No espaço escolar, a música pode ser implantada de diversas formas, desde a observação e percepção dos sons ao redor, até por brincadeiras e contações de histórias.

O fazer musical – principalmente quando se refere à educação infantil – ocorre em sua forma de experienciar, desenvolver e construir conhecimentos no campo musical num processo que se enriquece e assume maior significado gradativamente.

O reconhecimento da importância da educação musical escolar no Brasil já é inclusive respaldada por Lei, que exige a educação musical no ensino básico em todas as escolas públicas e privadas do Brasil, sem, no entanto, a necessidade de uma disciplina exclusiva para tal.

Se existe a possibilidade de um profissional especialista em arte musical, melhor ainda! As aulas de musicalização e todos os momentos de vivência musical e contato com esta linguagem artística são espaços de estreitamento da relação com o sonoro.

Um projeto escolar de educação musical deve considerar a música como sistema dinâmico de interações e relações entre sons e silêncios, entre repetições, atenção, escuta, replicações, produção e movimento, entendendo que o processo de musicalização caracteriza-se pela construção de vínculos e aproximações com essa linguagem.

Para tanto, é preciso permitir que a experiência musical no plano da educação seja território para o jogo do perceber, do intuir, do sentir, do refletir, do criar, do transformar etc.

As atividades de criação (adaptadas a cada faixa etária) – que incluem jogos de improvisação, composições, arranjos, construção de instrumentos, formas de registro e grafia – integram o cotidiano musical dos alunos, em cada fase, com base na tradição e também na pesquisa de novas possibilidades.

O mundo que nos rodeia vive numa profusão de ritmos evidenciados sob diversos aspectos: no relógio, no andar das pessoas, no voo dos pássaros, nos pingos da chuva, na batida do coração, numa banda, num motor, no piscar de olhos em muitas brincadeiras, por isso há necessidade de desenvolver nas crianças o senso do ritmo.

O conhecimento é construído a partir da interação dos educandos com o meio ambiente, e o ritmo é parte primordial do mundo que os cerca.

Cabe ao educador fazer com que a criança descubra análise e compreenda os ritmos do mundo por meio da observação e do contato com os instrumentos musicais, com o teatro, a dança, o folclore.

A educação musical adequada e planejada auxilia na compreensão dos aspectos da nossa língua, de nossos costumes, de nossa história e de nossa realidade nacional, facilitando assim a formação do sentimento de cidadania, o enriquecimento de nossa cultura popular e, principalmente a importância de seu papel na sociedade.

A educação musical exige um trabalho complexo quando envolve formação de grupos e isto é muito comum em quase todas as atividades musicais: corais, banda, teatro, rodas e brinquedos cantados.

Deve-se sempre preservar a expressividade de cada elemento envolvido no trabalho e muitas vezes se torna difícil conciliar posturas diferentes. O educador deve estar atento a todas as formas de expressão escolhidas pelas crianças valorizando – as.

As atividades musicais contribuem para que o educando aprenda a viver na sociedade, abrangendo aspectos comportamentais como: disciplina, respeito, gentilezas e polidez.

As festas com presença da música deve levar em consideração a proposta para não torna – se em recreação, passa tempo ou demonstração superficial de um trabalho realizado em classe. Toda atividade que envolve canções devem ter objetivos claros, ricos, abrangente e expressivo:

Sons e Ritmos - exercícios de sensibilidade auditiva e rítmica

Instrumentos - Bandinhas rítmicas

Corpo – Expressão corporal - jogos – dramatização fantoche-danças

Canção - Canções diversas – datas comemorativas

Cultura Popular - Manifestações do folclore: canções, danças, rodas

Para que a aprendizagem da música possa ser fundamental na formação de cidadãos é necessário que todos tenham a oportunidade de participar ativamente como ouvintes, intérpretes, compositores e improvisadores, dentro e fora da sala de aula.

Envolvendo pessoas de fora no enriquecimento do ensino e promovendo interação com os grupos musicais e artísticos das localidades, a escola pode contribuir para que os alunos se tornem ouvintes sensíveis, amadores talentosos ou músicos profissionais. "Incentivando a participação em shows, festivais, concertos, eventos da cultura popular e outras manifestações musicais, ela pode proporcionar condições para uma apreciação rica e ampla onde o aluno aprenda a valorizar nos momentos importantes em que a música se inscreve no tempo. (PCN – Arte p.77)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão, propomos que se considere seriamente a formação dos docentes de música. Não se poderá alterar quase nada no segmento musical se não agirmos na área de ensino. A educação é uma prioridade no Brasil atual, embora cada cidadão pareça ter uma visão particular sobre o assunto.

Sabemos que sob o rótulo de apoio à educação, podemos ter as posturas mais reacionárias, as mais conservadoras, as mais libertadoras ou as mais inconsequentes. Nem sempre é fácil perceber o alcance final de nossas propostas. Para que não se pense ingenuamente, é necessário observar como a sociedade vê a música, e o que dela espera. O professor terá que compreender o seu papel, e optar em apenas atender ao seu cliente, ou acreditar na possibilidade de transformação através do seu trabalho. No primeiro caso, deve procurar seu nicho profissional e tentar desenvolvê-lo da melhor forma possível. Para atuar na segunda opção, será necessário ter solidificado uma convicção sobre o que considera significativo no mundo da música, independente das correntes do mercado

É fundamental que o educador esteja consciente da importância de formar cidadãos, pessoas autônomas, que consigam resolver problemas, que se mobilizem para ajudar o próximo, que compreendam o significado das palavras gentileza, harmonia, cidadania, respeito à natureza, ao patrimônio público. Os jovens estão sem direcionamento, encontram-se perdidos, frente ao grande avanço tecnológico, mas mudanças bruscas e rápidas pelas quais o mundo está passando; com isso estão se tornando, talvez involuntariamente um pouco insensíveis, distantes do relacionamento interpessoal, se comunicam apenas via cabos e banda larga. Diante deste distanciamento das pessoas, principalmente as crianças e os jovens, percebemos que a música é um forte veículo de sensibilização, é um modo de alertá-los para

os sentimentos e emoções. Sendo assim, podemos utilizar a música para aproximar nossos jovens da educação, da cidadania, do direito ao voto consciente, do direito de construir possibilidades de melhores condições de vida, de conquista dos seus sonhos e liberdade de expressão.

Por último, não devemos esperar uma universalização nessas propostas. Provavelmente, uma das características mais duradouras desses tempos contemporâneos é o fato de que temos que conviver com diferenças. O melhor caminho para aqueles que acreditam nessas ideias é aplicá-las onde for possível: na escola, na sala de aula, em debates e congressos. Não nos esqueçamos que a educação possui a característica de agir numa escala veloz. Um docente formado numa nova visão, em poucos anos forma novos docentes, que, por sua vez, formam outros, sucessivamente. E, assim num período de poucas décadas, as transformações podem ser realmente percebida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TÂNIA BARBOSA FERREIRA. **Dialogo entre a Pedagogia e a Música**. Disponível em: <http://www.unifan.edu.br/files/pesquisa/DI%C3%81LOGO%20ENTRE%20A%20PEDAGOGIA%20E%20A%20M%C3%9ASICA%20-%20Tania%20Barbosa.pdf> – acesso em 14 de Abril 2011 às 17h15.

JOSÉ NUNES FERNANDES. **Pesquisa em Educação Musical: situação do campo nas dissertações e teses dos cursos de pós-graduação stricto sensu em Educação**. Disponível em: <http://www.anppom.com.br/opus/opus6/fernande.htm> - Acesso em 20 de Abril 2011 às 18h34.

CLÁUDIA RIBEIRO BELLOCHIO. **Da produção da pesquisa em educação musical à sua apropriação**. Disponível em: <http://www.anppom.com.br/opus/opus9/opus9-4.pdf> - Acesso em 29 de Abril de 2011 às 18h20.

LIMA, Sonia Albano de. **Educadores Musicais de São Paulo: Encontro e Reflexões**. São Paulo: Editora Nacional, 1998. 113 p.

BRASIL. Secretária de Educação Fundamental - MEC. **Parâmetros curriculares nacionais: arte**. Brasília, 1998. 116 p.

ALICIA MARIA ALMEIDA LOUREIRO - **O Ensino da música na escola fundamental** . São Paulo: Ed. Papirus, 2010.

ALCIDE MIGUEL - **Revista Folha Sinfônica** - 2011

BRASIL - **REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL** - Conhecimento de Mundo – p. 72 volume 3 – 1998



Adelina Ursula Correia de Lima

Pedagoga formada pela Faculdade Renascença (2008), também formada em Matemática Universidade Camilo Castelo Branco, UNICASTELO (2014). Especializada em Educação Gênero e Diversidade pela UNIFESP (2016) e Educação Infantil pela Faculdade Campos Sales, FICS (2017). Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal (PMSP).

O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DE APRENDIZAGENS DOS ALUNOS DO COLÉGIO JOÃO PAULO II EM VIANA

ALCIDES PIEDOSO FERREIRA CHIVANGO

FAUSTINO MOMA TCHIPESSE

RESUMO: O presente artigo tem como objectivo compreender o papel do psicopedagogo na resolução dos problemas de aprendizagem dos alunos do colégio João Paulo II em Viana e, com isso buscar elementos motivacionais para sua aprendizagem. Faz-se finca pé a análise que se prende no fundamento do documento sobre a Lei 32/20, tal documento defende que as escolas devem prevenir as dificuldades de aprendizagem dos alunos e para isso, é essencial ter na instituição um psicólogo educacional, a fim de entender o processo que leva o ser humano a assimilar e construir conhecimento. Ele trabalhará com os processos de aprendizagem; assim como, as dificuldades e limitações inerentes, decifrando a origem dos problemas apresentados, que pode ser social, físico ou emocional. A partir dos apontamentos levantados procurou-se abordar também assuntos pertinentes, sobretudo aqueles que estão relacionados às dificuldades de aprendizagem, assim como os factores a ter em conta na intervenção do orientador vocacional no processo de alinhamento dos indicadores de qualidade da educação. Para todos os efeitos, foi necessário reafirmar e debater sobre a função do psicólogo educacional, enquanto facilitador e moderador do processo, bem como analisar a importância dos profissionais da educação nas acções práticas e pedagógicas. A metodologia será por meio de pesquisa bibliográfica, utilizada para análise dos conceitos relacionados a essa problemática. Assim, concluir que «para ensinar o professor precisa estimular os alunos», tal excitação vai permitir com que os alunos busquem êxitos, ganhem preferência por situações competitivas. Todavia, ele precisará ser sociável com os outros, tal acção lhe dará oportunidades para dar sequência as suas próprias iniciativas outorgando assim, a resiliência escolar.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Educação. Ensino-aprendizagem. Motivação. Sucesso-escolar.

INTRODUÇÃO

A oferta de uma educação inclusiva, integradora, equitativa e de qualidade, não só no âmbito das agendas internacionais que o estado angolano é signatário, mas também nas suas próprias agendas como estado democrático de direito, por um lado constitui o principal desafio da actualidade para o sector da educação, e por outro a afirmação do papel do psicólogo educacional na resolução dos problemas de aprendizagem dos alunos. Importa referir que o executivo liderado por sua Excelência o Presidente João Lourenço, tem buscado a todo custo os procedimentos e mecanismos institucionais para supera-lo, no quadro da elevação do índice de desenvolvimento humano como indicador fundamental da melhoria da qualidade de vida dos angolano. Sendo, obviamente, uma das principais metas “melhorar o que está bem e corrigir o que esta mal”, estes e outros objectivos visam responder os grandes desafios da qualidade das políticas públicas.

escola é uma instituição que fornece o processo de ensino para os alunos, tem como objectivo formar e desenvolver cada individuo em seus aspectos cultural, social e cognitivo. Por causa dos factores que sustentam a arbitrariedade cultural, a escola faz recurso a psicologia da educação a fim de mergulhar nas questões sobre as deficiências de aprendizagem. O trabalho do psicólogo educacional, na pesquisa no ambiente escolar, vem para auxiliar e apresentar um parâmetro de questões relevantes e necessárias para educação. É possível conhecer o ambiente de trabalho, as dificuldades encontradas e a busca por resultados que possam auxiliar nessa questão.

Este trabalho surgiu como base na busca da compreensão sobre o papel do psicólogo educacional na resolução das dificuldades de aprendizagem presente na vida dos alunos, onde se constrói seus próprios conhecimentos por meio de estímulos com o objectivo de fazer uma abordagem sobre a

importância do orientador vocacional diante da escola. Com efeito, importa recordar que, a aprendizagem é algo que envolve os pilares cognitivos e de emoções, é uma interacção entre professor-aluno. Se o professor não estiver ligado e preocupado com a aprendizagem de seus alunos esses mesmos ao final do semestre ou do ano lectivo não terão um resultado satisfatório. O ser humano é o sujeito que busca novas determinações, um novo patamar de conhecimentos, habilidades, competências.

Todavia, temos plena consciência de que o grande desiderato que se vive na escola leva o aluno a não ter uma visão aprimorada sobre os critérios de aprendizagem efectiva e acaba se aprisionando dentro da própria escola a partir das relações de convívio com os pais ou de pessoas de seu convívio diário. As relações de professor e aluno, seja nas formas de comunicação, nos aspectos afectivos e emocionais, a dinâmica em sala de aula, faz parte das condições de trabalho docente, juntamente com os aspectos cognitivos e sócio ambientais da relação professor-aluno. Isso significa que o trabalho docente se caracteriza por toda a equipe escolar, mas também, pelo vaivém entre as tarefas cognitivas impostas pelo professor e o nível dos alunos em resolverem determinadas tarefas. É mister afirmar que o psicólogo educacional diante das dificuldades de aprendizagem atua simplesmente quando o aluno vai apresentando algumas dificuldades na sala de aula. A partir daí cuida-se em apresentar os objectivos, os temas a serem estudados, juntamente com o professor. Sendo assim, é importante ressaltar que “função do professor não deve ser apenas transmitir conhecimento, mas também, de ouvir o aluno, suas necessidades, seus conflitos, seus medos professor sempre deve conversar com seus alunos para que ele aprenda a expor suas opiniões. Ser professor não é um emprego, mais sim uma vocação”. (TCHIPESSE, 2020)

O que mais conta é a condição social do aluno o meio em que ele está inserido e não a sua idade cronológica, é importante conhecer também o nível de conhecimento dos mesmos. É necessário também ter um bom plano de aula para aplicar em sala de aula para os alunos, entendemos como bom plano de aula aquele plano que traz ideias claras, objectivos bem elaborados e estratégias de ensino que sejam colocadas em prática de acordo com a capacidade dos alunos.

Com tudo isso, espera-se que esse aluno tenha um bom rendimento escolar e que todos assimilem o conhecimento que lhes foi transmitido. A família também é outro item que deve ser levado em conta na vida do aluno, visto que os alunos precisam de um encaminhamento dos pais, é importante que os pais participem activamente da vida escolar de seus filhos.

Assim, ainda vivemos em dias em que não há aceitação dos pais por ter um filho que possui alguma dificuldade de aprendizagem, deficiência, distúrbio, é um assunto mal visto para eles. Se a escola, pais e alunos caminharem juntos para o mesmo fim, obteremos óptimos resultados. Pois não é somente papel da escola e dos professores participarem da vida dos alunos, mas sim, os pais e encarregados de educação.

PRINCIPAIS FACTORES A TER EM CONTA NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS

A aprendizagem é um processo de mudança de comportamento obtido através da experiência construída por factores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais. Este processo exige reformas substanciais no sistema de ensino. Ademais “a concepção e aplicação das reformas devia ser uma ocasião de busca de consensos sobre as finalidades e os meios. Nenhuma reforma da educação teve êxitos contra ou sem professor.” (Tchipesse, 2019, p.62)

Aprender é o resultado da interacção entre estruturas mentais e o meio ambiente. De acordo com a nova ênfase educacional, centrada na aprendizagem, o professor é co-autor do processo de aprendizagem dos alunos, o conhecimento é construído e reconstruído continuamente.

Quando a educação é construída pelo sujeito da aprendizagem, no cenário escolar prevalecem a ressignificação dos sujeitos, novas coreografias, novas formas de comunicação e a construção de novas habilidades, caracterizando competências e atitudes significativas. Na óptica de Hamze, nos bastidores da aprendizagem há participação, mediação e interactividade, porque há um novo ambiente de aprendizagem, remodelização dos papéis dos psicólogo educacional, actores e co-autores do processo, desarticulação de incertezas e novas formas de interacção mediadas pela orientação, condução e facilitação dos caminhos a seguir (HAMZA, 2021 *apud* TCHIPESSE, 2021 *texto grifado*).

Todavia, a adopção de medidas é imperativa, pois, sem ela não se poderá esperar melhorias significativas no processo de transformação dos alunos, para isso é necessário que o processo ocorra com êxito Delores et all (1996) *apud* Tchipesse (op. Cit.,) diz que é “fundamental que se melhore a qualidade e a motivação dos professores, por ser uma prioridade em todos os países”, para tal uma das medidas para determinar os indicadores de avanço consiste na mudanças de recrutamentos dos

professores, formação inicial, formação contínua entre outros desafios virados a gestão e organização da escola (Tchipesse, Id. p.65). Existem estratégias para alunos com dificuldade de aprendizagem, entre estes temos: (i) desenvolver pequenos projectos; (ii) tornar o material didáctico mais acessível; (iii) utilização de material concreto; (iv) jogos e actividades lúdicas podem ajudar a melhorar o ritmo de aprendizagem dos alunos. Para Vigostsk, “a aprendizagem ocorre sob níveis de desenvolvimento. Segundo o teórico existem dois níveis de desenvolvimento: real, que exprime o desempenho da criança ao realizar suas tarefas sem ajuda de ninguém e o potencial, aquele alcançado quando a acriança recebe a ajuda de alguém” (Vygostski, 2001).

Se se quiser objectivar a aprendizagem do aluno vale aprofundar na integração entre educador e educando em sala de aula considerando os diferentes estilos de aprendizagem e aplicando as abordagens e estratégias mais adequadas para cada caso.

OS DESAFIOS DA PSICOPEDAGOGIA: ASPECTOS DA EDUCAÇÃO

De acordo com Demo (2007) percebe-se que a educação não vem tendo dias de glória, a mesma vem sendo um tanto quanto criticada por «pais e encarregados de educação, alunos e professores» e o que prova isso são os dados e estatísticas lançadas recentemente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO, onde aborda que a educação está regredindo nos últimos tempos. E, em contrapartida, o presidente da República de Angola, João Lourenço, durante o seu discurso de abertura do ano académico 2021-2022 no Bié «falou na necessidade de melhorar a qualidade de ensino, pois é por meio dela que se concretiza toda e qualquer uma política pública». No nosso entender para garantir um ensino de qualidade é preciso que os profissionais da educação estejam bem capacitados. O professor é o mediador de conhecimento, portanto a capacitação dos professores é imprescindível. A psicopedagogia é a área de conhecimento que estuda como HOFFMANN (2001) relata que questões diferentes às dificuldades de aprendizagem não são responsabilidade da família, mas sim dos profissionais da área da educação entre estes os psicólogos educacionais.

O desconhecimento do papel do orientador vocacional tem levado a escola a divorciar de forma efectiva das famílias, pois os pais não conseguem por falta de orientação alfabetizar os filhos, conversar sempre com a escola, professores, sobre o rendimento escolar dos seus filhos. A psicopedagogia se propõe a identificar os pontos ou características que estejam a dificultar esta aprendizagem. Também se propõem a actuar de forma preventiva para evitar e propiciar estratégias e ferramenta que possibilitam o aprendizado. (SERRAT,2007)

Na mesma senda, Osti defende que a função do psicopedagogo é de extrema relevância, pois se trata de algo amplo e complexo. Este profissional acredita no potencial do ser humano, porém, basta ser despertado e conduzido por ele, o aluno ganha autonomia“(a se obter uma aprendizagem significativa é necessário que o psicólogo educacional estabeleça relações entre o conhecimento que esta sendo proposto e valorize toda bagagem trazida pelo aluno. Com isso, na intervenção psicopedagógica deve-se promover experiências voltadas ao processo e não de adoptar o imediatismo, ou seja, o produto final, pois a construção de um conhecimento, onde respeita-se as etapas do aluno, é o caminho a se seguir.

A Psicopedagogia surgiu com o intuito de ajudar as pessoas com problemas de aprendizagem. É considerado psicólogo educacional o indivíduo formado em ciências da educação e que deve possuir conhecimentos sólidos em psicologia, pedagogia, sociologia, antropologia (ANHANGUERA, 2020). A psicopedagogia é uma área de interface entre carreira em psicologia e em pedagogia. Ela une as técnicas clínicas e o conhecimento da primeira com o domínio de processos de aprendizagem da segunda. o profissional atua identificando, tratando e prevenindo dificuldades e transtornos de aprendizagem (op. Cit.,) Importa referir que dentro da psicologia deve ter conhecimentos da psicologia do desenvolvimento.

O orientador Vocacional pode desenvolver com o seu trabalho a capacidade do aluno tornar-se mais consciente e activo no seu próprio processo de aprendizagem. O psicólogo educacional deve escutar e ter um olhar diferenciado sobre cada sujeito, cada grupo, e cada contexto. Um grupo de profissionais da educação defenderam um projecto designado Anhanguera que foi Boutonier e Geogre Mauco que criaram os primeiros centros de capacitação dos docentes na matéria de ensino a distancia-EAD: Estes uniram a Psicologia, a Psicanálise, e a Pedagogia para realização dos tratamentos com alunos em dificuldades de aprendizagem (ANHANGUERA, 2020). Por outra, a Francesa Janine Mery apresentou a psicopedagogia como uma acção terapeuta. Ademais, a psicopedagogia possui um enfoque interdisciplinar abrangendo a Pedagogia, a Psicanálise, a Psicologia, a Epistemologia, Linguística, e a Neuropsicologia. Usa a corrente Behaviorista e o Humanismo.

A Psicologia Educacional enquanto ciência racional pauta-se em três fundamentações teóricas: Psicanálise, associonismo e o construtivismo. As fichas são um dos grandes instrumentos utilizados para uma avaliação psicopedagógica, também utilizamos os testes para descobrirmos as dificuldades na escrita, dislexia, discalculia, desortografia etc. Um dos passos para fazer uma avaliação psicopedagógica consiste em conversar com a família do aluno, mas em alguns casos tem havido dificuldade em interagir com alguns encarregados de educação.

Segundo Osti (2004) a Psicopedagogia institucional trabalha com grupos de alunos e fora isso tem como objectivo ser parceira da coordenação, direcção e professores, pois, desenvolve um trabalho em conjunto com agentes educacionais da escola. Ao olhar para o papel relevante deste profissional, podemos defender que um dos seus maiores objectivos consiste em fazer um trabalho pertinente às relações professor-aluno e redefinir os procedimentos pedagógicos buscando englobar o aspecto afectivo e cognitivo. O Psicólogo educacional não trabalha somente no interior do aluno, mas também requer uma transformação interna por parte do educador, no intuito de desenvolver no aluno a percepção do outro e do mundo. A Psicopedagogia Institucional ainda tem muito que se expandir e se apresenta de forma tímida e insuficiente, tendo em vista que esta não faz parte da realidade das escolas públicas (Bandeira, 2018).

Diante das proposições e debates levantados, vale ressaltar que o orientador vocacional deve ser ousado e saber acreditar mais nas diversas possibilidades, mas, infelizmente acaba sendo visto como “doutor do resgate cognitivo”, tornando-se as vezes desnecessário dificultando assim a resolução dos conflitos nos alunos. É de extrema importância ajustar os desafios da educação as linhas de desenvolvimento sustentável dos pais, porém a lei de Bases da educação e ensino LBSEE n.º32/20 de 12 de agosto deve apresentar as bases e balizas de actuação deste profissional. Tchipesse defende que é responsabilidade do psicólogo educacional acolher o aluno que possui alguma dificuldade de aprendizagem e iniciar uma mediação bem conduzida de qualidade para então poder resgatar o potencial de aprendizagem desse aluno, pois este processo poderá ser útil na sua orientação vocacional (Tchipesse, 2021).

Ademais, SARA PAIN (1992), diz que o primeiro contacto do psicólogo educacional com um aluno deve singir-se em tentar tirar dele informações sobre sua dificuldade, fazer uma avaliação sobre esse aluno, detectando as possíveis causas e como ajuda-lo com essas dificuldades de aprendizagem. Entretanto, se houver algum vínculo afectivo entre o orientador vocacional e aluno, será mais fácil detectar o problema e solucioná-lo de forma rápida e eficaz.

Importa lembrar que, hoje o psicólogo da educacional tem o papel fundamental de garantir a inclusão do aluno na comunidade educativa; é um transformador da realidade escolar, trás novos métodos educativos, descobre as causas dos problemas que dificultam a aprendizagem. Na visão de CARL ROGER *apud* TCHIPESSE (2021) “a pessoa educada é aquela que aprendeu a aprender, que aprendeu a adaptar-se e mudar, que aprendeu que nenhum conhecimento é seguro e só o processo de busca de conhecimento promove a segurança”. O orientador vocacional tem a acção de intervenção-mediação entre os alunos e seus objectos de conhecimento, trabalha as relações interpessoais, bem como estimular a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno numa perspectiva preventiva.

Para NKUANSAMBU (2021), a psicopedagogia deve contribuir para o processo educacional buscando compreendê-lo, explicá-lo e modificando-o. O autor alerta a necessidade de criação dos vínculos fortes com a família dos alunos, a fim de facilitar o trabalho da psicopedagogia na identificação dos problemas que os mesmos vivenciam em casa[...] (*texto grifado*). O psicólogo educacional deve criar condições de adaptabilidade dos alunos com deficiências, transtornos e dificuldades (Bandeira *op. Cit.*). Isso significa que, este profissional deve promover no seio dos alunos acções que anunciam o conforto e a tranquilidade a fim de facilitar a sua aprendizagem por meio de trabalho simples e harmoniosos por meio de exercícios lúdicos. Em Angola desde 2011 criaram-se os primeiros gabinetes de apoio psicopedagógicos num decreto presidencial n.º 43/11. Hoje a orientação vocacional é uma realidade na sociedade angolana.

O psicólogo educacional não tortura, desenvolve técnicas de aprendizagem, faz com que o sujeito tenha motivação em aprender. O orientador vocacional pode trabalhar em centros comunitários, em consultórios clínicos, em escolas, ou orientando pessoas quanto ao processo de aprendizagem.

ANÁLISE E DEBATE SOBRE A FUNÇÃO DO PSICOPEDAGOGO

É difícil identificar um aluno com dificuldade de aprendizagem logo no início do ano lectivo, mas a identificação vem com o tempo, observando se as dificuldades são momentâneas ou persistem. Assim, é o papel da escola, por meio do psicólogo educacional, adoptar novas metodologias que ajudem o aluno

com dificuldades. Segundo Edu (2019) diz que é, papel da escola fazer com que o aluno não se isole dos demais estudantes, promovendo uma maior integração. Além disso, é dever da escola informar aos responsáveis sobre o processo de aprendizagem do aluno para que eles procurem profissionais que possam contribuir para o desenvolvimento do aluno. É responsabilidade do psicopedagogo:

- a. Orientar e assessorar;
- b. Tratar as dificuldades de aprendizagem, transtornos psíquicos, desvio de conduta;
- c. Diagnosticar e desenvolver técnicas para melhorar a aprendizagem educacional do educativo (EDU, 2019).

Os professores devem ter conscienciadas suas atitudes, para um ótimo desenvolvimento do seu trabalho durante o ano. A escolha da profissão implica o dever do conhecimento, o dever da execução adequada. Para Tchipesse, o “ professor tem a missão de promover a construção de um ambiente de disciplina na sala de aula, este deve ser favorável ao processo de aprendizagem a fim de facilitar a mobilização dos alunos em direção ao bom desempenho escolar, que certa forma é influenciado pela boa conduta do professor, dos pais e dos encarregados de educação. (TCHIPESSE, 2020, pp.84).

COMO OCORRE A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA?

A intervenção psicopedagógica é um procedimento realizado pelo psicólogo educacional com intuito de melhorar o processo de aprendizagem e promover a autonomia e auto-estima dos educandos. A interferência no processo de desenvolvimento acontece após o diagnóstico psicopedagógico. Importa destacar o facto de que a intervenção psicopedagógica inclui:

[...] Função de coordenação e estímulo do conjunto das actividades orientadoras dos professores, assim como o aprofundamento ou a ampliação dessas actividades, transformando-se (o trabalho do psicopedagógico), dessa forma, numa instância de apoio para a instituição escolar. [...] Sendo as áreas de intervenção psicopedagógica os processos de ensino-aprendizagem, a atenção à diversidade, à prevenção e desenvolvimento pessoal e a orientação académica e profissional. (IGEA, 2005, p.35 *apud* SILVA, 2020).

Nesta perspectiva, Rodrigues defende que a intervenção psicopedagógica é considerada, especialmente, as funções exercidas pelos orientadores vocacionais na escola, com destaque para as seguintes acções:

- a) **Acções preventiva** (detecta as dificuldades e promove sugestões metodológicas, orientação vocacional, educacional e ocupacional);
- b) **Acções terapeutica** (criando alternativas, acções psicopedagógicas para dar saída ao problema apresentado). (RODRIGUES, 2005 *apud* SILVA, 2020).

FUNÇÃO DO PSICOPEDAGOGO

SOLÉ (2001, p.37) utiliza a concepção de César Coll sobre intervenção psicopedagógica que considera “ um amplo conjunto de tarefas e funções realizadas pelos profissionais que prestam assessoramento psicopedagógico às escolas”. Estas tarefas e funções organizam-se em torno das seguintes perspectivas:

- a) Contribuir para boa adaptação e integração dos estudantes;
- b) Contribuir para a integração, adaptação de novos alunos.
- c) Facilitar o sucesso académico dos estudantes;
- d) Integração profissional dos estudantes com a finalidade e inserção no mercado de trabalho;
- e) Apoiar os estudantes com necessidades educativas especiais e facilitar a sua inserção adaptação a comunidade e escola;
- f) Colaborar na realização de acções de capacitação de novos estudantes. (SILVA *Op. Cit.*)

COMO ALCANÇAR ESSA MISSÃO?

A prática psicopedagógica na escola implica num trabalho de carácter preventivo e de assessoramento no contexto educacional. Segundo Bossa, “ pensar a escola a luz da psicopedagogia,

significa analisar um processo que inclui questões metodológicas, relacionais e socioculturais, englobando o ponto de vista de quem ensina e de quem aprende, abrangendo a participação da família e da sociedade (BOSSA, 2007, p.23). O trabalho do psicólogo educacional, não se apresenta como reeducativo, mas, sim como terapêutico (uma terapia centrada na aprendizagem); não se dirige para um público específico, porque aprendentes somos todos nós, humanos; criança, jovens, ou velhos que nos mantemos vivos e actuantes, enquanto aprendemos e ensinamos e podemos contribuir com a nossa marca para a evolução da humanidade. Segundo Castanho a psicopedagogia deve buscar:

(i) Informação disponibilizada; (ii) Aconselhamento psicológico com intervenções breves e individuais e de grupo de orientação vocacional; (iii) Programa de competência académica psicossocial, através de seminários, workshops, programas de voluntariado; (iv) Construção e oferta de matérias de auto-ajuda; (v) Iniciativa de promoção do contrato e partilha de experiências com outros diplomados. (CASTANHO, 2002, p.30)

A psicopedagogia ainda esta buscando a autonomia de uma disciplina, todavia está delimitando cientificamente a aprendizagem humana com sua temática, o sujeito aprendente ou o sujeito e a pesquisa de intervenção de aprendizagem como seu sujeito e a pesquisa de intervenção como seu método de investigação da realidade que lhe interessa a aprendizagem humana como todos os seus matizes, alcances e limites. É consenso entre os autores apontar a psicopedagogia como uma área de conhecimento ou de actuação interdisciplinar nos processos de aprendizagem (RUBINSTEIN; CASTANHO, 2004, p.231).

PONTOS E CONTRAPONTO SOBRE OS PRINCIPAIS ELEMENTOS PARA EDUCAR AS CRIANÇAS PEDAGOGICAMENTE

Criar uma criança é fácil, basta satisfazer-lhe as vontades. Educar os filhos é trabalhoso, muitos pais para livrarem-se das birras de seus filhos, atendem suas vontades, e muitas vezes acabam cedendo às crianças, dando-lhes o que elas querem. Dada a natureza necessariamente multidisciplinar, a psicopedagogia é chamada a se realizar na convivência com o outro, com diferentes, com os vários códigos restritos da ciência. Assim sendo, é uma área do saber que se constrói a partir de dois saberes e praticas: a pedagogia e a psicologia. Ela é convocada a realizar um movimento com reparatório com relação a impossibilidade de troca entre diferentes áreas do conhecimento, mas é também solicitada a reconhecer a singularidade daqueles a quem é chamada a cuidar. Aliás, reconhecer a singularidade daquele que aprende, é condição primeira para que se realize, quer como teoria como pratica (MELLO, 2000, p.46). Todavia, o trabalho do psicólogo educacional deve ocorrer com:

Um dos principais objectivos do surgimento da psicopedagogia foi investigar as questões da aprendizagem ou do não- aprender em algumas crianças. Por longos anos atribuíam-se exclusivamente a criança a patologia do não-aprender. Foi na Europa, no século XIX, que médicos, pedagogos e psiquiatras levantaram questões sobre o não aprender. Estes entendem que o orientador vocacional deve agir com “ (i) Ternura (expressar carinho e afecto); (ii) Firmeza (clareza nos limites e regras); (iii) Conhecimento (seja um guia, ensine, reflecta, estude, conheça, e não julgue rapidamente); (iv) Paciência (para não agir no impulso); (v) Dedicção (para manter as regras de forma consistentemente) ” (GASPARIAN, 1997, p.15).

Os tratamentos de psicopedagogia e psicologia exigem de uma alta preparação dos especialistas a partir da implementação de labor de orientação e seguimento que se realiza aos estudantes que apresentam dificuldades na aprendizagem ou alterações no comportamento, onde o cenário e a instituição educativa. Modalidades de atenção psicopedagógica¹ consiste em:

Seleccionar a mostra para o tratamento especializado, tendo presente os critérios de inclusão, onde refere-se à quais casos requerem maior apoio na esfera cognitiva mais específico ou em determinadas áreas que não é possível que o percebam por parte da professora do grupo, segundo o grau de alteração que manifestam;

Enumerar a precisão dos objectivos, métodos, ou meios a utilizar para cada caso.

FORMAS DE TRATAMENTO PSICOPEDAGÓGICO

O psicólogo da educacional é o profissional que realiza o diagnóstico psicológico, ou seja, diagnostica, investiga e orienta quanto aos problemas de aprendizagem favorecendo o desenvolvimento

¹ Na óptica de Chivango, duração do tratamento de 25 a 30 minutos em correspondência com as características individuais que apresentam e com uma periodicidade semanal e uma vez como mínimo de frequência, segundo a avaliação psicopedagógica e linhas do plano de tratamento (Chivango, 2021). Estruturalmente do tratamento psicopedagógico deve obedecer os seguintes princípios: (i) Motivação e actividades preparatórias; (ii) Actividades e procederes terapêuticos dirigidos a diferentes áreas (psicológicas emocionais e/ou cognitivas). (iii) Se controla a execução das tarefas que realizam com protagonismo.

de atitudes e processos de aprendizagem adequados. O objectivo do orientador vocacional consiste em entender o processo que leva o ser humano a assimilar e construir o conhecimento. Ele trabalha com os processos de aprendizagem, assim como as dificuldades e limitações inerentes, decifrando a origem da dificuldade apresentada, que pode ser social, física e mesmo emocional. Ademais, para exercer com zelo e dedicação o profissional deve:

a) Indicar por meio do diagnóstico metodologias específicas. Este processo consiste: (i) Registo dos casos; (ii) Conteúdo do registo; (iii) Avaliação psicopedagógica; (iv) Estratégia de atenção integral; (v) Plano de tratamento; (vi) Registo de assistência do tratamento; (vii) Evolução; Observação; Sistemacidade.

b) Propor um plano de tratamento: Dadas as necessidades e a verticalidade dos problemas apresentados, o psicólogo educacional deve definir: (i) Objectivos; (ii) Tipo de actividades; (iii) Linhas fundamentais do tratamento segundo as necessidades de aprendizagem, carácter emocional e de comportamento; (iv) Registo de assistência; (v) Habilitar seu controlo individual; (vi) Evolução.

• **Observação para avaliar progresso ou não.**

Assim como outros elementos de carácter primordial que surgem durante o processo de tratamento, onde se tem presente a assistência, periodicidade e as decisões que podem adaptar-se na escola- família- comunidade.

• **Cortes avaliativos.**

Se descrever o progresso dos alunos no tratamento, resultados alcançados segundo os registos dos produtos da actividade e das visitas em classes, torna-se sempre necessário a aplicação de instrumentos avaliativos para o redesenho do plano inicial de tratamento. BARONE (1987) esclarece que o que caracteriza o aparecimento de qualquer profissão é a existência de pessoas exercendo essa função antes de sua formalização. Ressalta ainda alguns motivos para o aparecimento de toda profissão, sendo eles a demanda social, os recursos para atender à demanda e pessoas que organizam e recriam os recursos disponíveis para a demanda. No caso da psicopedagogia, a demanda é a existência de crianças normalmente desenvolvidas que não conseguem sucesso na escola, fato que justifica a prática psicopedagógica. Para Nery (1986) o trabalho psicopedagógico deve estar ancorado em alguns princípios gerais, tais como:

c) Princípios gerais sobre a psicopedagogia educacional: A intervenção psicopedagógica pode ser entendida como uma interferência realizada por um profissional da psicologia em pessoas que apresentam dificuldades de aprendizagem. Ela tem intervenção directa nas seguintes áreas: (i) Prevenção da saúde mental; (ii) Formação de recursos humanos; (iii) Promoção no sucesso da aprendizagem; (iv) Relação entre as pessoas e a publicidade;

DEBATES E PROPOSIÇÕES PEDAGÓGICAS SOBRE AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Profissionais da área da educação precisam lidar com alunos que apresentam os mais diversos históricos. Para isso, é importante encontrar metodologias que se encaixem com o perfil de cada um dos estudantes. Entretanto, alguns dos alunos podem apresentar dificuldades de aprendizagem pela não adaptação aos métodos pedagógicos.

Segundo SMITH e STRICK (2001) as dificuldades de aprendizagem é um assunto muito vasto e que têm sido muito pesquisados por diferentes autores. O mesmo vem sendo discutido com grande intensidade por educadores e profissionais como: médicos, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais, dentre outros. O conceito sobre dificuldade de aprendizagem está relacionado à diferentes definições. De acordo com o tema abordado, as dificuldades de aprendizagem podem ter algumas definições de diferentes pontos de vista, onde irão auxiliar na compreensão desses transtornos.

A dificuldade de aprendizagem pode estar relacionada com inúmeros factores, tais como: a metodologia utilizada, os métodos pedagógicos, o ambiente físico até mesmo motivos relacionados com o próprio aluno e seu contexto de vida (FRANÇA, 2021). A dificuldade de aprendizagem está relacionada a diversos factores que podem afectar qualquer área do desempenho académico, não se atribui a uma única causa, pois muitos aspectos diferentes podem prejudicar o funcionamento cerebral podendo até complicar os factores psicológicos da criança.

SMITH e STRICK (2001, p. 15) abordam que muitas vezes as dificuldades de aprendizagem são tão imperceptíveis que algumas crianças não apresentam problema algum, dificultando o diagnóstico dos profissionais envolvidos. O termo se refere a um aluno que possui uma maneira diferente de aprender, devido a uma barreira que pode ser cultural, cognitiva ou emocional. Por se tratar de questões

psicopedagógicas, as dificuldades de aprendizagem podem ser resolvidos no ambiente escolar. Porém, a falta de experiência por parte de alguns educadores, aliado ao medo dos pais em enfrentarem a situação de ter um filho que possui alguma dificuldade de aprendizagem, dificultando assim resolver o problema.

Para OSTI (2004, p. 52) expõe que as dificuldades de aprendizagem são consideradas como um grupo heterogêneo que envolve em si vários outros transtornos que afectam crianças, jovens e adultos. Relata Sánchez (1998 apud Osti, 2004, p. 48) que a história das dificuldades de aprendizagem são divididas em três pontos: a primeira é a chamada de Etapa de Fundação, a segunda é chamada de Primeiros Anos e a terceira é chamada de Projecção. A Etapa de Fundação é o período anterior à fundação oficial das dificuldades de aprendizagem, originou-se antes da década de 1950. Em meados dessa data não foram achados estudos. Os transtornos relacionados ao processo de aprendizagem estão entre as dificuldades de aprendizagem que o aluno pode manifestar, entretanto, correspondem a um padrão muito abaixo da expectativa em relação à capacidade cognitiva esperada para determinada etapa escolar.

Segundo OSTI (2004) é considerável que o problema de aprendizagem seja também um sintoma, no sentido do não se aprender não está configurado a um quadro permanente, mas sim, à uma variedade peculiar de comportamentos nos quais está relacionado à um sinal de descompensação. Vale lembrar que os distúrbios de aprendizagem estão relacionados à problemas que não decorrem de causas educativas. Isso significa que, mesmo após uma mudança na abordagem educacional do professor, o aluno continua apresentando os mesmos sintomas. Isso aponta para a necessidade de uma investigação mais aprofundada, que determinará quais são as causas da dificuldade em questão. (FRANÇA, 2021)

Diante do exposto, percebe-se que as dificuldades de aprendizagem advêm de inúmeros factores, ou seja, cada caso é um caso e deve ser analisado de forma diferente. Uma criança que possui alguma dificuldade de aprendizagem é aquela que não consegue aprender com métodos iguais aos demais alunos, com isso, seu rendimento escolar está abaixo de suas capacidades intelectuais. Caso não houver uma metodologia adequada para esses alunos que possuem tais dificuldades de aprendizagem, eles crescerão e se tornarão pessoas frustradas que abandonarão ou nem terminarão seus estudos, ou ainda, tornar-se-ão adultos fáceis de cometer suicídios, uso de substâncias tóxicas e até mesmo se envolverem com actividades criminosas.

De acordo com OSTI (2004) por isso, é importante que os professores estejam sempre atentos à esses alunos que estão dando algum sinal de alguma dificuldade, encaminhar para a equipe pedagógica e comunicar também imediatamente aos pais. Com isso, entendemos que os factores relacionados às dificuldades de aprendizagem já são inúmeros. Esses factores também podem estar ligados à ordem genética, ambiental e até mesmo social, mas, se forem detectados de imediato e forem tratados correctamente, o aluno terá um bom rendimento.

Relata VYGOTSKY (1989, apud WEISS 1992) a criança aprende muito antes de começar a frequentar a escola, ou seja, ela nunca parte do zero, toda aprendizagem da criança na escola já tem sua bagagem antes mesmo de entrar na escola. WEISS (1992, p. 11) expõe que é necessário considerar perspectivas que facilitam a dificuldade de aprendizagem gerando um fracasso escolar. Actualmente as dificuldades de aprendizagem mais frequente em crianças de forma sucinta são: dislexia, disgrafia, discalculia e Transtornos de deficit de atenção/hiperactividade- TDAH². Normalmente em alguns casos são identificados indicadores neurológicos que podem estar relacionados a um problema de aprendizagem.

As causas das dificuldades de aprendizagem podem estar relacionadas tanto à aspectos positivos quanto negativo isso varia do grau de limitação de cada criança e da participação constante dos pais, pois eles fazem parte da vida de seus filhos e devem acompanhar seus avanços e regressos. Tanto a escola quanto à família deve estar intimamente ligadas na vida da criança, no sentido de ajuda-la, evitando assim maiores dificuldades. É de total importância que a família dê todo o suporte necessário para que ela supere suas dificuldades de aprendizagem. SMITH e STRICK (2001, p. 18) afirmam que os pais dessas crianças portadoras de dificuldades de aprendizagem precisam entender e aprender a trabalhar o modo efectivo juntamente com os professores e os gestores escolares para obter um resultado satisfatório. A cooperação de pais e escola deve existir, pois os pais podem trazer questões norteadoras que podem ajudar os professores em sala de aula a trabalhar com esses alunos. OSTI (2004, p.5) afirma que esses alunos que possuem dificuldades são encaminhados à uma avaliação neuropsicológica com queixas de dificuldade na aprendizagem que, na maioria das vezes, são considerados normais, dentro dos conceitos determinados.

² O transtorno é caracterizado pela hiperactividade, desorganizada, agitação, falta de atenção, impulsividade, entre outros. Estima-se que ele atinja de 3% a 6% das crianças em todo mundo. O TDAH não tem cura, mas tem tratamentos que procuram amenizar de forma considerável os efeitos da síndrome. O TDAH é uma síndrome de desatenção, hiperactividade e impulsividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com tudo que foi abordado, constatou-se o quão importante é o papel do psicólogo educacional na resolução dos problemas de aprendizagem dos alunos. Contudo, o desempenho desse seu papel parece fortemente condicionado pela trajetória que se segue no acto da psicologia e filosofia que conduz á manipulação das dimensões operacionais, nomeadamente os problemas que causam as dificuldades de aprendizagem é dever de a psicopedagogia institucional contribuir para o processo de Reflexão-Acção-Reflexão-RAR do contexto escolar, orientando os professores a reformular suas práticas escolares.

Não obstante a qualidade educativa depender de vários factores, dentre os quais a qualidade na intervenção dos profissionais da educação/formação continua, é nossa obrigação como profissionais da educação tomar dianteira na busca de caminhos para o sucesso educativo. Para isso, precisamos de um trabalho psicopedagógico que considere a contextualização e recontextualização dos saberes sobre psicologia clínica, pois a sua aplicação é ainda restrita no nosso sistema educativo, apesar dos grandes problemas de aprendizagem resultante dos vários diagnósticos efectuados pelo Ministério da educação (MED,1986), assim como a visão holística trazida pelo relatório da avaliação global da reforma educativa. (MED, 2011)

Foi necessário recorrer a análise sobre a distância que separa o consultório da escola, para compreendermos a importância do psicólogo educacional, na melhoria do bem-estar do aluno e da sua relação com a escola. Defendemos a necessidade de fortalecer as relações entre as duas instituições (família e escola), porém é fundamental que se crie condições para manter diálogo entre elas, para reflectir sobre os imbróglios que tem criado ressecamento dos indicadores de qualidade da escola. A psicopedagogia deve sempre estar voltada ao olhar do aluno, aquele aluno que possui alguma dificuldade de aprendizagem. A conquista gradativa pelo saber e pela auto-estima proporciona segurança e aos pouco a ideia de difícil vai saindo da mente do aluno, as diversas tentativas sobre tentar abrir espaço para novas oportunidades, novos desafios. Com isso, os avanços vão aparecendo, os alicerces cognitivos se fortalecendo, além do avanço pessoal do aluno diante da diversidade e qualidade de suas interações, despertando interesses, necessidades e desejos ao se apropriar do saber.

Indubitavelmente, esta reforma coloca grandes desafios de equidade nas várias dimensões. Há uma necessidade de garantir a gestão dos problemas de aprendizagem dos alunos na escola e, com isso manter informado todos intervenientes em especial os orientadores vocacionais sobre essas dificuldades. Compreendendo as dificuldades de aprendizagem como algo comum e corriqueiro do dia-a-dia em quase todas as escolas do II ciclo do Ensino Secundário em Viana, um factor que dificulta é a identificação dessas dificuldades em crianças que não são portadoras, sendo assim, os educadores precisam estar equipados e preparados para conseguirem identificar esse problema e conseguir uma solução. O diagnóstico precoce faz toda a diferença na vida dessas crianças.

Conhecer as inteligências e habilidades dos alunos é um auxílio de grande valia para favorecer o processo de aprendizagem, como também sua relação com as outras crianças, com o professor. Desenvolver uma ideia conceitual sobre o assunto nem é tão difícil, o complicado é isto acontecer de forma construída e colectiva. Geralmente, cada actor da situação terá a necessidade de sanar seus próprios desafios individuais sobre o assunto. As informações sobre dificuldades de aprendizagem sempre foram amplamente divulgadas e na teoria, nenhum educador se oporia à mesma, mas quando a teoria torna-se uma realidade a situação muda de foco.

A era da globalização, não tem tido apenas repercussões nas esferas políticas, económicas e sociais, mas também, e de uma forma muito significativa, na esfera da educação, nomeadamente ao nível das políticas educativas. A educação é uma direita inalienável, consagrada pela Lei (ANGOLA, 2010). O direito de aprender está para todos de forma idêntica e negar este direito à quem seja precisa ser uma realidade do passado. Ademais, é direito do professor ser instruído e capacitado para fazer seu trabalho com o mínimo de respaldo pedagógico. Muitos se julgam despreparados para encarar uma sala de aula com alunos com qualquer que seja a dificuldade, deficiência ou transtorno. Este é um problema bem complexo, visto que a própria formação inicial do professor já é repleta de lacunas.

Quando uma comunidade escolar nega o preconceito e se propõe a construir uma base inclusiva para suas acções, muitas das problemáticas existentes podem ser sanadas, só com a consequência natural de se enxergar a prática pedagógica sob uma nova óptica. É importante lembrar que, a importância que os pais dão para esse problema e o suporte necessário para a criança é imprescindível. Melhora até a auto-estima da mesma, ela sente-se segura sabendo que os mesmos entendem o seu problema e conseguem juntos solucioná-lo. O papel da família é extremamente importante, mas o da instituição

escolar não fica por menos, é igual, senão de maior importância ainda, devido ao fato de estar completamente ligado à formação dessa criança.

A análise correta é indispensável para não tirarmos conclusões precipitadas ou ter um olhar diferente nas crianças que possuem algum problema de aprendizagem. Devemos dar destaque no papel que a família tem na compreensão em entender esse problema, pois deve dar todo o apoio à essa criança. Se os pais se recusam a aceitar o problema, fingem que nada está acontecendo, deixam para resolver quando for muito tarde, eles estarão prejudicando a vida do filho portador desse problema que tem ajuda.

Por isso, entende-se que as dificuldades de aprendizagem envolvem vários determinantes, porém, o mais importante é como se percebe o potencial de aprendizagem de crianças que possuem alguma dificuldade de aprendizagem. A educação é um direito de todos, não se deve menosprezar ou ridicularizar uma criança que possui alguma dificuldade de aprendizagem, seja ela qual for, o problema deve ser detectado, encarado e superado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. S. de. Rumos e diretrizes dos cursos de Psicopedagogia: análise Crítica do surgimento da Psicopedagogia na América Latina. **Cadernos de Psicopedagogia**, 3, (6),70-71, 2004.
- ANGOLA-**CONSTITUIÇÃO da República**. Luanda: Imprensa Nacional INE.P,2010.
- ARANHANGUERA, Uni (org). Psicopedagoga. Entendendo como funciona e sua área de atuação. Brasil: **Revista de trabalho**. [Consult. 20 de Novembro de 2021] Disponível em: <https://www.psicopedagogiaentedendocom.com.br>. Acessado em: 7 de julho de 2020.
- ASSEMBLEIA NACIONAL DE ANGOLA LBSE. **Lei De Base Do Sistema De Educação Angolana nº32/20** de 12 de Agosto,2020.
- BARBOSA, L. M. S. **Um diálogo entre a Psicopedagogia e a Educação**. Curitiba: Bolsa Nacional do Livro,2007.
- BOSSA, N. A. A Psicopedagogia no Brasil. Brasil,RS: Artmed,2007.
- CHIVANGO, A. P. F. **O psicólogo como mediador de conflitos nas organizações. Estudo de caso: rede de colégios nossa senhora da anunciação**. Luanda: Universidade Piaget (Dissertação de Mestrado),2021.
- DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas: Autores Associados,1996.
- _____. **Aposta no Professor**. Porto Alegre: Mediação,2006.
- EDU. Dificuldade de aprendizagem: como ajudar os alunos a contorná-lo. Brasil:**Jornal Edu**,2019.
- FAGALI, E. Q.; RIO DO VALE, Z. Del. **Psicopedagogia Institucional Aplicada**. Petrópolis: Vozes,2003.
- FERNANDEZ, A. **A inteligência aprisionada**. Porto Alegre: Artes Médicas,1990.
- FRANÇA, L. O que é dificuldade de aprendizagem e como contorná-lo. Brasil: **Revista bem-estar do aluno**. Disponível em: <https://www.oqueedificuldadedeaprednizagem>. Acessado em: 15 de Nov.2021.
- GASPARIAN, M. C. C. **Contribuição do modelo relacional sistêmico para a psicopedagogia institucional**. São Paulo: Lemos Editorial,1997.
- HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação,2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO- MED : **Relatório de balanço da Reforma Educativa**. Etapa de Diagnóstico. Luanda: MED, 2011 (Apresentado em 2014).
- _____.Relatório de balanço do trabalho realizado pelo grupo de prognóstico do Ministério da educação da República Popular de Angola do Mês de Março ao Mês de Junho de 1986. Luanda: MED,2013.
- NOFFS, N. **Psicopedagogo na Rede de Ensino**. São Paulo: Elevação,1994.
- OSTI, A. **As dificuldades de aprendizagem na concepção do professor**. 1v. p.01-52. Mestrado. Universidade Estadual de Campinas – Educação,2004.
- PAIN, S. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas,1992.
- RUBINSTEIN, E. **Psicopedagogia – Uma prática diferentes estilos**. São Paulo: Casa do Psicólogo,2005.
- SANCHÉZ, J. N. G. Historia y concepto de las dificultades de aprendizaje. In: OSTI, A. **As dificuldades de aprendizagem na concepção do professor**. Dissertação de Mestrado (Não publicada). Campinas: Faculdade de Educação/UNICAMP,2004.
- SILVA, S. (2020).Como realizar intervenção psicopedagógica. Brasil:**Jornal da Psiquase**.
- SISTO, Fermino Fernandes et all. **Actuação psicopedagógica e aprendizagem escolar**. Edição 13º. Brasil-São Paulo: Editora colectivo de autores, S/D.
- SMITH, C.; STRICK, L. **Dificuldades de Aprendizagem de A a Z**. Porto Alegre: Artmed,2001.
- TCHIPPESSE, M .F. Gestão da sala de aula: contexto, sentido e prática. Brasil. **Revista Primeira Evolução** [Consult. 8 de Set.2020].Disponível em: www.primeiraevolucao.com.br. 2020a.
- _____. **Dimensão ética do Professor na Sala de Aula**. Angola: Muenhu,2019.
- _____.**O direito a educação na política educacional na terceira república (2012-2020)**.Problemas e desafios do contexto angolano. Brasil. Revista Webartigos.[Consult. 20 de Out.2021]. Disponível em: <https://>

www.webartigos.com/artigos. Acessado em: 15 de Novembro de 2021

_____. Ser Professor é uma vocação ou Profissão? Realidades, Tendências e desafios rumo à qualidade. Brasil. **Revista Primeira Evolução** [Consult. 8 de Set.2020]. Disponível em: <https://www.primeiraevolucao.com.br>, 2020b

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins, 2021.

WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. Rio de Janeiro: DP & A, 1992.

_____. **Psicopedagogia clínica: Uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. 5. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

_____. **Psicopedagogia Clínica – Uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.



Alcides Piedoso Ferreira Chivango, Mestre em Psicologia do Trabalho e das Organizações pela Universidade Jean Piaget. Ceo/Fundador na empresa Escola de Programação Mental e Motivacional Epromov do SABER; Mater Psico coach na empresa Coach. Andou no seminário Propedêutico à Filosofia do Sagrado coração de Jesus-Kuito-Bié. Licenciado em Educação Moral e Cívica pelo Instituto Superior João Paulo II-ISUP (Universidade Católica de Angola. Docente Universitário e Programador Mental.



Faustino Moma Tchipesse, Mestrando em Gestão Escolar pela Universidade de Desarrollo Sustentable-UDS. Licenciado em Pedagogia pela Universidade Católica de Angola (UCAN) - Instituto Superior Dom Bosco (ISDB). Professor, pesquisador e escritor. Email: momatchipesse2018@gmail.com.



A LUDICIDADE E A PSICOMOTRICIDADE EM ASPECTOS COGNITIVOS, MOTORES E SOCIAIS DURANTE A INFÂNCIA

EVELICE DE SOUZA EVANGELISTA

RESUMO: Este artigo teve por objetivo discutir as contribuições voltadas para o uso da ludicidade no desenvolvimento de crianças da Educação Infantil. A brincadeira é considerada uma ferramenta para o ensino e a aprendizagem, possibilitando a verificação do desenvolvimento dos aspectos cognitivos, motores e sociais, fazendo com que as mesmas compreendam regras e desenvolvam a maturidade apropriada para a sua idade. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, com o intuito de trazer a concepção do lúdico em sala de aula, o desenvolvimento das crianças e a importância do ponto de vista pedagógico. Assim, foi realizada revisão bibliográfica para a fundamentação teórica a fim de discutir-se os temas propostos no presente artigo. Os resultados encontrados demonstraram que a ludicidade desenvolve diferentes aspectos psicológicos, cognitivos, motores e sociais durante a infância.

Palavras-chave: Aprendizagens. Atividades. Brincadeiras. Educação Infantil. Lúdico.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a área da Educação tem trazido inúmeras discussões a respeito da Educação Infantil e o desenvolvimento das crianças nesta fase em especial. Questões como o desenvolvimento psicomotor estão presentes no cotidiano das escolas, trazendo a necessidade de discussão quanto a esse assunto.

A ludicidade junto com a psicomotricidade funcionam como elementos facilitadores no processo de ensino e aprendizagem, pois, as duas se pautam no desenvolvimento infantil, principalmente quanto à participação em grupo e o seu próprio corpo.

Brincar é um dos melhores momentos que existem na infância. Desta forma, os jogos e brincadeiras devem ser estimulados buscando desenvolver a memória, a imaginação, a compreensão do mundo ao redor e a afetividade.

Essa questão permite construir um trabalho pedagógico mais efetivo, inclusive. Existe a possibilidade de construir o conhecimento e o amadurecimento infantil junto à ludicidade.

No caso da psicomotricidade a mesma envolve necessariamente a motricidade. Existem diferentes técnicas que possibilitam a expressão corporal, contribuindo para a internalização do conceito de espacialidade.

Ou seja, para atingir seus objetivos é necessário discutir o papel dos jogos e brincadeiras na Educação Infantil, bem como a responsabilidade do docente ao longo de todo o processo.

A APRENDIZAGEM E A LUDICIDADE

A aprendizagem deve ocorrer de diferentes maneiras. No caso da Educação Infantil, utilizar jogos e brincadeiras envolve o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa como um todo.

No caso da educação psicomotora, extremamente importante nesta fase, traz a sua aplicação na escola em dois momentos distintos, primeiro na etapa escolar mencionada acima, para desenvolver a criança de uma forma geral e a segunda ocorrendo ao longo do Ensino Fundamental I.

Na Educação Infantil as crianças adentram um mundo repleto de descobertas. Nesta etapa, que compreende de 0 a aproximadamente 5 anos de idade, as crianças começam a se socializar com o mundo, no começo junto a família e depois, com as relações sociais já ampliadas, resultando em novas descobertas e realidades diferentes da que estão habituadas (DANTAS, 2016).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), discute que é a partir do brincar que se passa a ter maior contato com as questões do cotidiano. Assim, o docente deve explorar cada momento a partir de inúmeras atividades, dentre as quais recebe-se o destaque para os jogos e brincadeiras possibilitando

uma aprendizagem mais efetiva o que facilitará a construção da sua identidade, trazendo uma relação importante entre o desenvolvimento integral das crianças em todos os seus aspectos sejam eles cognitivos, emocionais e/ou afetivos (BRASIL, 2017).

Além disso, o uso desse tipo de estratégia envolve a autoestima das crianças. Quando o docente utiliza a ludicidade e a psicomotricidade, essas ferramentas possibilitam a observação do educando durante as atividades permitindo uma avaliação do seu aprendizado.

Existem muitas vantagens ao colocar em prática esse tipo de metodologia. A Educação e as mudanças ocorridas ao longo desse tempo tem trazido tanto a ludicidade como a psicomotricidade como alternativas interessantes do ponto de vista do desenvolvimento. Tudo isso devido a reestruturas educacionais e políticas pelas quais o Brasil tem passado nas últimas décadas (NEVES et al., 2015).

Um detalhe pertinente quanto a essa discussão está relacionado à política, onde as discussões com relação a Educação só aumentam. Isso traz um problema uma vez que a especialização de brinquedos de cunho educativo, está ficando cada vez mais específicos. Esse tipo de brinquedo ou jogo acaba tirando a naturalidade das brincadeiras fazendo muitas vezes com que a criança perca o interesse (KISHIMOTO, 2012).

Assim, o docente deve trazer também durante sua prática o valor das brincadeiras a fim de incorporar a ludicidade nos jogos, nos movimentos corporais e na alegria do contexto. Sabe-se que os docentes da Educação Infantil são muito comprometidos com o desenvolvimento e aprendizagem dessas crianças.

Outra questão é a autoconfiança, o que deve ficar claro que a aplicação da ludicidade não é um momento para passar o tempo de aula, mas sim, para desenvolver habilidades e competências que as crianças carregarão para o resto de suas vidas.

O docente quando inclui a ludicidade dentro da sua prática deve deixá-lo explícito no seu planejamento, visando atender às necessidades das crianças e informando as suas intenções para o coordenador pedagógico. Antes é preciso realizar pesquisa para a escolha das atividades para que elas também estejam de acordo com a faixa etária em questão.

No caso do desenvolvimento de atividades relacionadas ao movimento corporal deve-se observar as expressões da motricidade infantil e deixar claro também o seu caráter lúdico e expressivo. Aprofundar situações que contemplem essas questões mais específicas do desenvolvimento corporal e motor é essencial nessa fase (BRASIL, 1998).

Portanto, a psicomotricidade e a ludicidade devem juntas desenvolver aspectos fundamentais na infância e que serão carregados para toda a fase adulta. Infelizmente é preciso destacar também que ainda existem situações que impedem uma prática voltada para a ludicidade dentro de muitas escolas. Muitas vezes deixa-se de lado a ludicidade para trabalhar apenas conteúdos que são cobrados, principalmente no Ensino Fundamental I.

Fortuna (2011), explica que a ludicidade enquanto estratégia de ensino é um desafio e um convite ao docente já que além de preparar seu planejamento semanal, ele ainda precisa no momento da aplicação, participar das brincadeiras junto com as crianças a fim de realizar observações e interagir durante a troca de conhecimentos, fazendo a brincadeira ficar ainda mais interessante.

A PSICOMOTRICIDADE E O DESENVOLVIMENTO CORPORAL DAS CRIANÇAS

A criança logo após os primeiros meses do seu nascimento, encontra um jeito próprio para se movimentar de alguma forma. De acordo com a sua progressão, ela vai se apropriando de diferentes possibilidades de linguagem corporal e de movimentos a fim de interagir com o mundo que a cerca.

Com o movimento, elas também aprendem um pouco mais sobre si, passando a se relacionar com diferentes pessoas e objetos, desenvolvendo novas habilidades. O movimento é um dos recursos que elas mais utilizam para expressar seus pensamentos experimentando outras sensações e relações.

No caso da Educação Infantil é preciso desenvolver um planejamento que envolva o fazer o pedagógico a partir da valorização e do desenvolvimento de diferentes linguagens as quais a criança usa para se expressar e se comunicar com o mundo. Já que:

É com o corpo que a criança elabora todas as suas experiências vitais, e organiza toda a sua personalidade. Através dele ela percebe o mundo, e perceber o mundo é aprender (e reaprender) com seu próprio corpo; perceber o mundo, portanto, é perceber o corpo; o corpo é assim, sensação, percepção e ação (STEUCK, 2008, p. 13-14).

A Pedagogia do Movimento, trazida por Bergè (1988), compreende que o mau desenvolvimento da expressão corporal na infância resulta em diferentes problemas na fase adulta, entre eles a má relação e visão do próprio corpo. O movimento e a expressão corporal são formas de a criança estabelecer relações com o mundo à sua volta, o que resultará em aprendizados e significados, descobrindo-se enquanto indivíduo e construindo sua identidade a partir dessas experiências.

A linguagem funciona como um eixo articulador do trabalho pedagógico durante esta etapa escolar. Com a linguagem, a criança vai construir seu próprio conhecimento, interagindo com o restante do mundo. Além disso, a linguagem corporal estrutura diferentes linguagens socializadas e as diferentes formas de expressão.

(GARANHANI, 2010) discute que o corpo em movimento durante a infância desenvolve a aprendizagem. Isso porque as crianças costumam criar símbolos de tudo aquilo que experimentam corporalmente, construindo seu pensamento. A linguagem corporal como prática pedagógica na Educação Infantil implica a importância do movimento corporal no descobrir e construir conhecimentos.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) discute que a expressão corporal deve ser trabalhada enquanto linguagem, permitindo à criança tomar consciência de si mesma, expressando e conhecendo o mundo ao seu redor. A exploração de sentir o corpo está presente, proporcionando aprender sobre suas características, limitações e formas de expressão (AYOUB, 2001).

SARMENTO E PINTO (1997) acreditam que durante a infância, deve-se levar em consideração que as crianças atribuem às suas próprias ações questões relacionadas à cultura da sociedade proveniente do crescente processo de institucionalização da infância e do controle do dia a dia.

Quando se discute o uso de atividades motoras, devemos pensar que essas atividades já fazem parte do cotidiano das crianças e que:

O movimento, o brinquedo, os jogos tradicionais da cultura popular preenchem de alguma forma determinadas lacunas na rotina das salas de aula. Em algumas escolas podemos encontrar as músicas coreografadas no início dos trabalhos, o momento do parque livre ou dirigido, os caminhos com jogos ou materiais lúdicos (MATTOS e NEIRA, 2003, p.176).

Consequentemente essas questões culturais têm enorme influência sobre a motricidade infantil, seja pelos diferentes significados a gestos e expressões, seja pelos movimentos aprendidos durante o uso de objetos específicos como a corda, o estilingue, entre outros brinquedos. A ludicidade e a psicomotricidade envolvidas na Educação infantil revelam a cultura corporal de cada criança enquanto indivíduo social, onde o movimento é aprendido e apresenta significados diferentes para cada um.

A dimensão subjetiva do movimento precisa ser observada pelos docentes em situações cotidianas do contexto escolar possibilitando a criança durante os gestos, desenvolver posturas e ritmos e criar oportunidades na infância para apropriarem-se dos significados dos movimentos.

As escolas precisam assegurar e valorizar durante o período em que as crianças se encontram nela, brincadeiras e jogos motores que contemplem a coordenação dos movimentos e o equilíbrio das crianças.

Os jogos motores que possuem regras também trazem a oportunidade de aprender as relações sociais, pois quando as crianças jogam, as mesmas aprendem a competir, a colaborar, a respeitar e aprender regras: "as atividades lúdicas são indispensáveis para a apreensão dos conhecimentos artísticos e estéticos, pois possibilitam o desenvolvimento da percepção, da imaginação, da fantasia e dos sentimentos" (ALMADA, 1999, p.10).

A brincadeira constitui o recurso privilegiado de desenvolvimento da criança em idade pré-escolar. Nela, afeto, motricidade, linguagem e percepção, representação, memória e outras funções cognitivas são aspectos profundamente interligados. A brincadeira favorece o equilíbrio afetivo da criança e contribui para o processo de apropriação de signos sociais. Ela cria condições para uma transformação significativa da consciência infantil, por exigir das crianças formas mais complexas de relacionamento com o mundo. Através do brincar, a criança passa a compreender as características dos objetos, seu funcionamento, os elementos da natureza e os acontecimentos sociais. Ao mesmo tempo, ao tomar o papel do outro na brincadeira, ela começa a perceber as diferentes perspectivas de uma situação, o que lhe facilita a elaboração do diálogo interior característico de seu pensamento verbal (OLIVEIRA, 2015, p.144).

É fundamental que o docente pense na sua aplicação durante o planejamento, trazendo como ponto de partida a criança, as suas especificidades e as suas necessidades demonstrando assim, a preocupação de utilizar atividades que contemplem diferentes formas de expressão e linguagem.

Um exemplo de disciplina que envolve questões da cultura corporal é a Educação Física. Ao jogar, dançar, brincar, lutar, pular, correr, as crianças também se expressam através do corpo dando significado aquilo que estão vivenciando naquele momento.

A música também pode ser utilizada como fator determinante para desenvolver a parte psicomotora, linguística e afetiva na infância, já que traz a linguagem do corpo como poderosa ferramenta que envolve diferentes competências e habilidades, cabendo ao docente se utilizar desse eixo a fim de desenvolver a expressão corporal e outros conhecimentos nas crianças (GARANHANI, 2010).

Ainda, segundo o autor, a autonomia dos movimentos corporais constroem a identidade corporal das crianças. Esse processo ocorre durante a socialização da atividade, onde é possível aprender novos aspectos culturais que deverão ser traduzidos em conhecimentos, práticas, atitudes, valores e regras.

A possibilidade de se expressar e se movimentar corporalmente são grandes nessa faixa etária e por isso, a escola precisa ampliar esses conhecimentos, considerando as necessidades que a educação corporal apresenta, fazendo com que durante as brincadeiras, a criança explore, experimente e compreenda os significados culturais.

O RCNEI considera que as crianças assumem papel principal da sua própria aprendizagem ao se movimentar, envolvendo as diferentes partes do corpo ao se deslocarem, conseguindo se expressar e se comunicar através de gestos, por exemplo.

Infelizmente como já dito anteriormente, ainda existem muitas escolas que compreendem o movimento corporal como bagunça ou perda de tempo, desvalorizando o potencial que pode ser alcançado junto a expressão corporal. Assim, a importância da motricidade demonstra que:

... o movimento para a criança pequena significa muito mais do que mexer partes do corpo ou deslocar-se no espaço. A criança se expressa e se comunica por meio dos gestos e das mímicas faciais e interage utilizando fortemente o apoio do corpo. A dimensão corporal integra-se ao conjunto da atividade da criança. Pode-se dizer que no início do desenvolvimento predomina a dimensão subjetiva da motricidade, que encontra sua eficácia e sentido principalmente na interação com o meio social, junto às pessoas com quem a criança interage diretamente. A externalização de sentimentos, emoções e estados íntimos poderão encontrar na expressividade do corpo um recurso privilegiado (BRASIL, 1998, p.18).

WALLON apud OLIVEIRA (2015) discute que a evolução da criança através da dimensão corporal se integra a um conjunto de atividades desenvolvidas por ela e os movimentos relacionados como funções expressivas, instrumentais, posturais e gestos.

Os movimentos corporais são de suma importância quanto aos aspectos físico e motor, constituindo a aprendizagem do processo histórico-cultural onde a criança apresenta progresso no desenvolvimento da linguagem oral, verbal e não verbal, através de movimentos corporais favoráveis para a expressividade dessa criança (GALVÃO, 2014).

Assim, a Educação Infantil, deve levar em consideração as práticas pedagógicas docentes que envolvem a motricidade infantil durante a escolarização. Deve-se destacar que o processo educacional é contínuo e evolutivo e deve estar pautado principalmente no desenvolvimento infantil.

A criança em si é um ser social, onde a aprendizagem ocorre através das interações entre ela e o contexto ao seu redor. Diferentes orientações didáticas devem utilizar os jogos e brincadeiras, a partir de atividades que envolvam o reconhecimento do seu corpo e do corpo do outro. Ou seja, a ludicidade e a psicomotricidade, devem estar presentes durante toda a etapa escolar em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ludicidade e a psicomotricidade necessitam de mudanças por parte de muitos pesquisadores no tocante a sua utilização na Educação Infantil, incluindo a concepção de desenvolvimento a fim de nortear a construção de propostas curriculares para esta etapa escolar como um todo a fim de desenvolver as crianças.

A Educação Infantil é um momento em que as crianças podem experimentar, ajustar, brincar, aprender, se desenvolver e construir movimentos corporais resultantes da interação com as demais crianças em um ambiente que desenvolve a autonomia do corpo infantil, das regras, do aprendizado e vivência de diferentes culturas.

Assim, o docente não só pode como deve sistematizar e aplicar atividades que proporcionem maior autonomia, conhecimento, aprendizado através do prazer e desenvolvimento dos movimentos corporais, incluindo a expressão e a comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMADA, D. Arte: esta brincadeira é coisa séria. **Revista Criança do Professor de Educação Infantil**. Brasília: Ministério da Educação, n.32, 1999.
- AYUOB, E. Reflexões sobre a Educação Física na Educação Infantil. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, vol. 4, n. 4, p. 53-60, 2001.
- BERGE, Y. **Por uma pedagogia do movimento**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Linha do Tempo. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/linha-dotempo>. Acesso em: 06 dez. 2021.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a educação infantil**. Volume 3, Brasília: MEC/SEC, 1998.
- DANTAS, E.L.S. **Educação Infantil, cultura, currículo e conhecimento: sentidos da discussão**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- FORTUNA, T.R. **A Formação Lúdica do Professor e a Universidade: Contribuições da Ludobiografia e da Hermenêutica Filosófica**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. 422 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- GALVÃO, I. **Henri Wallon: Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2014, 23ª Ed, 136 p.
- GARANHANI, M.C. A docência da educação infantil. In: SOUZA, Gizele de. (Org.). **Educar na infância: perspectivas histórico-sociais**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 187-200.
- KISHIMOTO, T.M. **O brinquedo na educação – considerações históricas**. Coordenadora do Labrimp da Feusp e Profª dra. da Fac. de Educação da USP, 2012.
- MATTOS, M.G.; NEIRA, M.G. O papel do movimento na Educação Infantil. IN NICOLAU, Marieta Lúcia Machado e DIAS, Marina Célia Moraes (org.) **Oficinas de Sonho e Realidade na Formação do Educador da Infância**. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- NEVES, V.F.A.; CASTANHEIRA, M.L.; GOUVÊA, M.C.S. O letramento e o brincar em processos de socialização na educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p.215-244, jan./mar. 2015.
- OLIVEIRA, G.C. **Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, 20ª Ed, 2015, 152 p.
- SARMENTO, M. J.; PINTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: _____. **As crianças: contextos e identidades**. Porto: Universidade do Porto, Centro de Estudos da Criança, 1997. p. 9-30.
- STEUCK, C.D. **Corporeidade e educação: um olhar a partir da epistemologia social**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Blumenau: Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Regional de Blumenau – FURB, 2008.



Evelice de Souza Evangelista

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Paulista UNIP; Pós graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela UNIP; Pós graduação em práticas educativas- FAEP- Faculdade de Educação Paulistana. Professora de Educação Infantil (CEI) da Prefeitura de São Paulo (PMSP).



A IMPORTÂNCIA DA ARTE NO COTIDIANO ESCOLAR

SAMANTHA LIMA LOPES

SARAH EMILLY SOUZA DE JESUS

WESLEY FERNANDES RODRIGUES

FERNANDO TOLEDO CARDOSO / RODRIGO RIBEIRO (PROFS. ORIENTADORES)

RESUMO: Neste trabalho, destacaremos a importância da Arte no sistema educacional com o apoio dos estudantes Sarah Emilly Souza De Jesus, Wesley Fernandes Rodrigues e Samantha Lima Lopes do Centro Educacional Unificado – CEU EMEF ÁGUA AZUL. Quando as escolas integram a Arte em todo o currículo, os encaminhamentos disciplinares diminuem, enquanto a eficácia da instrução e a capacidade de desenvolvimento cognitivo dos alunos é imensa. Aprender uma disciplina artística ajuda os jovens a desenvolverem o caráter e a autonomia. Os alunos compreendem os ensinamentos de novos hábitos, comportamentos e atitudes que foram necessários para o sucesso em qualquer campo de atuação, podendo ampliar o seu empoderamento em construir novas formas de aprendizado, facilitando o seu processo de ensino. É importante destacar o quanto a Arte estimula o processo de criatividade e o repertório cognitivo, facilitando a dinâmica de interação exposta pelo sistema educacional.

Palavras-chave: Arte; Releitura; Ensino Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O presente artigo ressaltará o impacto significativo das vivências artísticas na educação no desenvolvimento dos alunos que a frequentam, com a contribuição dos estudantes Sarah Emilly Souza De Jesus, Wesley Fernandes Rodrigues e Samantha Lima Lopes do Centro Educacional Unificado – CEU EMEF ÁGUA AZUL o artigo discorre sobre importância da Arte no cotidiano escolar em uma perspectiva de integralidade. Para discutirmos o tema em questão deste artigo, comecemos com a definição de Arte de Abbagnano (2000):

Arte designa todo um conjunto de regras capazes de dirigir uma atividade humana, podendo ser dividida em dois grupos ou áreas de conhecimento, a judicativa que consiste em apenas conhecer e a dispositiva ou imperativa, que simplesmente dirige determinada atividade do conhecimento (ABBAGNANO, 2000, p. 81).

O estudante de Arte Cênica, por exemplo, demonstra maior flexibilidade e adaptabilidade no pensamento do que seus pares. Imaginemos aulas nas quais os alunos criam obras de Arte originais cheias de cores que exibem um uso criativo do espaço, desenvolvendo seus próprios ritmos ou escrevendo e produzindo suas próprias peças. Essas aulas fornecem um ambiente maravilhoso para promover a criatividade, que é uma habilidade importante para se ter em um mundo em rápida mudança.

É bom começar falando das cores das formas e quais elementos artísticos estes possam perceber, ressaltando a pintura e o desenho, primeiramente (FERREIRA, 2001).

Por diversas características inerentes a ela como exteriorização de emoções, expressões de sentimentos, sensibilização, assim como aperfeiçoamento de coordenação motora, representação gráfica de pensamentos, entre outros é essencial para formação humana, formação esta que se dá desde as menores idades e infere na qualificação das interações que o indivíduo vai vivenciando na atualidade e no futuro.

Dessa forma, compreender de maneira mais aprofundada como a Arte se relaciona com o desenvolvimento infantil, permitindo esta visualização de mundo, é de suma importância para o professor habilitado a trabalhar com esta faixa etária, uma vez que ao deter o conhecimento este professor será

capaz de selecionar, planejar e ofertar experiências com todas as áreas artísticas ampliando as aprendizagens a serem adquiridas pelos pequenos.

Esse desenvolvimento fomenta níveis mais elevados de pensamento que se transferem para o aprendizado de outros assuntos acadêmicos, assim como para a vida fora da escola. Por meio da Arte, as crianças aprendem a observar, interpretar, ver diferentes perspectivas, analisar e sintetizar. Em um mundo em que os estudantes precisam frequentemente percorrer um mar de informações para determinar quais fatos são confiáveis e relevantes para um determinado tópico, as habilidades de pensamento crítico são fundamentais para a prontidão da faculdade e para a aprendizagem ao longo da vida. De acordo com Ferraz e Fusari (2009):

É fundamental entender que a Arte se constitui de modos específicos de manifestação da atividade criativa dos seres humanos, ao interagirem com o mundo em que vivem, ao se reconhecerem, e ao conhecê-lo. Em outras palavras, o valor da Arte está em ser um meio pelo qual as pessoas expressam, representam e comunicam conhecimentos e experiências. A atividade de desenhar para as crianças, por exemplo, é muito importante, pois favorece a sua expressão e representação do mundo (FERRAZ e FUSARI, 2009, p.18).

Artes ensinam métodos para aprender habilidades de linguagem. À medida que os alunos aprendem a ler notas, compor música, tocar um instrumento, memorizar passos de dança, criar uma pintura e atuar em um drama, eles também estão aprendendo como desenvolver novos conceitos, construir vocabulário e entender uma nova linguagem (SILVESTRE, 2010).

Essa contribuição requer medição, manipulação de números e pensamento proporcional, que promovem o pensamento matemático. Os alunos também aprendem padrões (ritmos musicais e padrões de dança), relações espaciais e geométricas (padrões de Arte visual) e habilidades tridimensionais (fazendo modelos de argila). Os estudantes que estudam a Arte, especialmente a música, superam seus colegas não-artes em avaliações de matemática. A instrução de matemática integrada em Arte também facilita o domínio das habilidades de computação e estimativa, além de desafiar conceitos como frações. Obras de Arte fornecem um contexto visual para aprender sobre períodos históricos. Música, pintura, teatro e dança ajudam a literatura a ganhar vida (SILVESTRE, 2010).

O conhecimento de Arte ensina os jovens sobre beleza, proporção e graça. Os alunos podem examinar o conflito, o poder, a emoção e a própria vida. O poder da Arte está em sua maravilhosa capacidade de nos dar alegria, nos ajudar a entender a tragédia, promover a empatia e tornar viva a palavra escrita. De acordo com Silvestre (2010):

Independente da cultura que o aluno possui, é dever e direito da escola saber integrar diferentes culturas, e valorizar cada vez mais as culturas de diferentes povos, trabalhando na perspectiva de incentivar os alunos para reconhecerem se a eles próprios. Trabalhar com diferentes culturas, ou com culturas locais oportuniza o aluno cada vez mais a se conhecer e conhecer o outro, e o mundo no qual está inserido (SILVESTRE, 2010, P.17).

A criação de Arte permite que os alunos vivenciem como é ser membros ativos de uma comunidade e trabalhar em equipe para determinar e alcançar objetivos comuns. Ao desenvolver uma produção teatral, uma performance em grupo ou qualquer tipo de empreendimento artístico colaborativo, os alunos praticam a Arte do trabalho em equipe. À medida que trabalham juntos, aprendem a entender as diferenças e a diversidade e a perceber as maneiras pelas quais o trabalho em equipe contribui para um ótimo desempenho. Por também ensinar os alunos a viver e trabalhar juntos, as Arte contribuem para tornar as escolas mais seguras e ambientes de aprendizagem mais pacíficos. Na Arte, os alunos aprendem a articular suas intenções, recebem e oferecem críticas construtivas e ouvem ativamente as ideias dos outros (SILVESTRE, 2010, P.17).

A ARTE NA EDUCAÇÃO

A criação artística tem importância na expressão e na comunicação humana, isto justifica sua presença no contexto da educação. A Arte faz parte do cotidiano de todos os seres humanos, quando crianças, são às vezes classificadas como arteiros, no entanto, o que significa Arte? Seu significado no dicionário é:

Arte: s.f.(a) 1. Qualidade, produção, expressão ou domínio do que é belo. 2. Objetivo desse domínio, como a pintura, a escultura, etc. 3. Campo, gênero ou categoria desse domínio. 4. Material decorativo ou ilustrativo. 5. Conjunto de princípios que norteiam um ofício, uma habilidade ou ramo de aprendizado. 6. Ramo de estudo, princ. o das belas-artes ou humanidades.// s.f.pl.(as) 7. Travessura, traquinagem (SACCONI, 2009, p.119).

Sendo a Arte algo com tantos significados, sua função acaba sendo de comunicar um sentimento especial, pela liberação, a expressão de pensamentos e ações. A travessura de arriscar e se deixar levar pelas emoções, descoberta e pelo prazer. A Arte seria a educadora da sensibilidade humana, à medida que ela educa para ampliar a compreensão do mundo, do meio, de si. Na escola, o contato com a Arte, além de conhecimento, também é fonte de inspiração para a expressão individual:

A escola é um espaço de criação. A beleza do que se passa na escola – daí sua afinidade com a Arte – vem do fato de que não é um “registro da realidade”, mas lugar privilegiado de trânsito entre o real e seus múltiplos sentidos, entre a tradição e a criação (ROSA, 2002, p. 52).

O contato com a Arte e a experimentação em suas diversas linguagens, se expressando de forma criativa e própria. A Arte deve ser entendida como uma área de conhecimento, tão importante quanto às outras áreas.

Para que consiga atingir de forma significativa o fazer artístico, a apreciação e a reflexão se fazem necessário que o docente se permita também se aventurar em criar, novas possibilidades, rever sua prática, transmitindo sentido em realizar e em construir conhecimento:

Assim, a criação e recriação do conhecimento na escola não estão apenas em falar sobre as coisas prazerosas, mas, principalmente, em falar prazerosamente sobre as coisas; ou seja, quando o educador exala gosto pelo que está ensinando, ele interessa nisto também o aluno. Não necessariamente o aluno vai apaixonar-se por aquilo, mas aprender o gosto é fundamental para passar a gostar (CORTELLA, 2001, p. 123).

A criança utiliza aquilo que já conhece e tem familiaridade, o papel do professor é estabelecer novas relações, alargando seu saber. A própria situação de aprendizagem é criada pela necessidade e pelo interesse, a criança será direcionada a fazer, a tentar, a arriscar, a questionar, pois será motivada ao interesse espontâneo que lhe é atribuído desde o nascimento. A organização do tempo é importante e aponta três possibilidades de organização: as atividades permanentes, as sequências de atividades e os projetos (BRASIL, 1998).

Trabalhando em diversos contextos a pluralidade cultural, incluindo de um modo prazeroso a música, dança e o teatro. O primeiro contato da criança é com a Arte, mesmo antes de se alfabetizar reagindo positivamente aos estímulos artísticos, demonstrando seu potencial e conhecimento de mundo:

No universo escolar, a Arte possibilita o entrecruzamento de diversas áreas do conhecimento. Isso também acontece na Arte contemporânea, que opera em campo sem fronteiras, por suas múltiplas possibilidades de ação e apresentação. A partir de uma ideia (conceito, projeto) ou da experiência com materiais, o sujeito pode expressar o que sente, pensa, observa, imagina e deseja (BARBIERI, 2012, p.19).

A ARTE NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Tratando da questão do desenvolvimento da criança através da Arte, onde podemos observar que a Arte interfere e pode demonstrar como a criança passa por etapas delimitadas e em cada um dos estágios do seu desenvolvimento há uma modificação, e a depender da sua capacidade emocional ela percorre o seu desenvolvimento normalmente, ou, então, fixa-se em um estágio não compatível com a sua faixa etária.

Ao observar uma criança pintando, devemos aprofundarmos mais nesse ato, pois ali não reside somente um gesto mecânico, e sim uma expressão global daquela criança, o resultado poderá se apresentar esplêndido, perfeito. Ou até mesmo não haver nenhum êxito aparente, contudo, só ao experimentar a escolha do material, das cores, deixando claro que houve um exercício do seu eu interior, o que mostra que aquele ser é único, tal qual a sua Arte, e, apesar disso o seu desenvolvimento também interfere na sua maneira de representar a sua Arte, a qual passa por uma mudança bastante perceptíveis.

Para que o desenho possibilite o desenvolvimento emocional, o autor terá que nesse momento identificar-se com a sua obra, caso contrário, ele tão somente fará reproduções que para ele não há significado algum, pois ele não está inserido naquela expressão; crianças emocionalmente desajustadas utilizam representações padronizadas com o propósito de refugiar-se.

AS ARTES E SUAS RELAÇÕES COM AS CRIANÇAS

As crianças são artistas desde a infância, eles se deliciam com a interação de luz e sombra, forma e cor. Objetos pendurados em um móvel e as formas elementares de bolas e blocos os fascinam. À medida que as crianças se desenvolvem, elas conectam o visual e o tátil: brincar de cereal derramado, esculpir areia em uma praia, pintar com os dedos e rabiscar com giz de cera. Eles criam sombras em manchas de luz solar e distribuem bastões para formar padrões. Conforme afirma Albinati (2009):

Fazer Arte reúne processos complexos em que a criança sintetiza diversos elementos de sua experiência. No processo de selecionar, interpretar e reformar, mostra como pensa, como sente e como vê. A criança representa na criação artística o que lhe interessa e o que ela domina, de acordo com seus estágios evolutivos. Uma obra de Arte não é a representação de uma coisa, mas a representação da relação do artista com aquela coisa. [...] Quanto mais se avança na Arte, mais se conhece e demonstra autoconfiança, independência, comunicação e adaptação social (ALBINATI, 2009, p. 4).

No momento em que a maioria das crianças ingressam no ensino formal, passaram de anotações e empilhamento para uma representação mais deliberada de duas e três dimensões. Para crianças menores, as primeiras representações geralmente são de realidades internas. Quando solicitados a descrever suas obras, eles contam histórias detalhadas e imaginativas. Com o passar do tempo, os desenhos e esculturas das crianças começam a refletir suas observações do mundo (ALBINATI, 2009).

Quando a Arte é valorizada como assunto central, as obras de Arte infantis proliferam nas salas de aula e nos corredores. As obras incorporam temas de outras disciplinas e são criativas e individualistas.

O aprendizado de Arte depende de um sistema complexo de funções perceptivas, cognitivas superiores e motoras, sugerindo assim um substrato neural compartilhado e um forte potencial para transferência cognitiva cruzada na aprendizagem e na criatividade.

As habilidades de descrever, analisar e interpretar sejam trabalhadas com vigor em sala de aula, pois serão elas os subsídios para atender a qualquer metodologia de leitura de imagem que o professor venha a escolher para trabalhar... esse exercício passo a passo com as habilidades de descrever, depois analisar e só depois interpretar permite uma construção mais aprofundada das habilidades necessárias para a leitura. Trabalhar a habilidade de descrição significa estimular a própria natureza da criança da educação infantil que, ao olhar uma imagem, é capaz de prazerosamente descrevê-las com detalhes, pois antes da leitura das letras, as crianças desenvolvem naturalmente e significativamente uma leitura da imagem... Quanto à habilidade de analisar, queremos chamar a atenção de analisar, queremos chamar a atenção para a importância do desenvolvimento da capacidade de analisar o discurso visual (um discurso sintético por natureza), pois ela permite ao leitor perceber como a imagem diz aquilo que diz. Já a interpretação é produto das relações entre o que foi analisado, somando-se a isso informações históricas sincrônicas e diacrônicas ligadas à imagem lida e a produção do artista estudado. (OLIVEIRA, 2007, p.256-257)

BENEFÍCIOS DAS ARTES

Atividades como pintar, esculpir, desenhar e fotografar são hobbies relaxantes e recompensadores que podem diminuir o nível de estresse e deixar você sentir-se mentalmente claro e calmo. Criar Arte fornece uma distração, dando ao seu cérebro uma ruptura com seus pensamentos habituais. Segundo Martins, Picosque e Guerra (1998):

[...] valorizar o repertório pessoal de imagens, gestos, "falas", sons, personagens, instigar para que os aprendizes persigam idéias, respeitar o ritmo de cada um no despertar de suas imagens internas são aspectos que não podem ser esquecidos pelo ensinante de arte. Essas atitudes poderão abrir espaço para o imaginário (MARTINS, PICOSQUE e GUERRA, 1998, p. 118).

A Arte deve promover o crescimento do desenvolvimento holístico de bebês, crianças pequenas e jovens, estimulando seu aprendizado e apreciação estética em um ambiente artístico de brincadeira livre com apoio orientado, se necessário, usando atividades culturalmente apropriadas que captem e

mantenham seu interesse. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – Artes (1997, p. 84),

[...] as propostas educacionais devem compreender a atividade teatral como uma combinação de atividade para o desenvolvimento global do indivíduo, um processo de socialização consciente e crítico, em exercício de convivência democrática, uma atividade artística com preocupações de organização estética e uma experiência que faz parte das culturas humanas (BRASIL, 1997, p.84).

Essencialmente, ela deve ser um assunto excitante, relaxante e agradável, onde as crianças possam desenvolver, aprender e crescer em seu potencial artístico.

Sempre que você se envolve em qualquer tipo de atividade nova, seu cérebro começa a trabalhar para criar conexões entre todas as suas diferentes células cerebrais. Em termos de criação de Arte, isso ajuda a estimular todo tipo de conexões entre várias partes do seu próprio cérebro.

A construção artística oferece oportunidades artísticas para bebês, crianças pequenas e crianças pequenas que estimulam a aprendizagem, ao mesmo tempo em que contribuem e promovem seu desenvolvimento holístico.

O desenvolvimento da linguagem também pode ser explorado e estimulado na participação nas Artes visuais através de professores envolvendo uma criança individual, incentivando o uso e explorando o novo vocabulário relacionado à sua Arte em discussão, proporcionando-lhes uma maneira de usar a linguagem de forma significativa (BRASIL, 1997, P. 84).

A educação artística desempenha um papel cada vez mais importante na primeira infância, e o propósito da educação artística não é apenas estimular o desenvolvimento geral, mas também proporcionar oportunidades adequadas e adequadas ao desenvolvimento que continuarão impulsionando o desenvolvimento e o aprendizado holísticos de uma criança. Com base no conceito de jogo de Arte, é importante permitir que bebês, crianças pequenas e crianças pequenas desfrutem da liberdade e do prazer irrestrito de experimentar e explorar a Arte (ALBINATI, 2009).

ARTE COMO PROJETO PEDAGÓGICO

De acordo com Faria (2007) a preocupação com o processo criador e o ato criativo das crianças surgiu na idade moderna com convenções sociais e artísticas, buscando a criatividade livre. Neste movimento, a infância foi redescoberta, assinalando uma ruptura com a cultura normativa e aproximando a Arte da vida social, saindo do claustro no qual ficava confinada, limitada à esfera artística aos olhares dos seus produtores ou profundos conhecedores. Incluir um projeto pedagógico com Arte no dia a dia das crianças que frequentam parques, espaços para elas destinados, poderia ser ouvida, respondendo a prática da sua função social.

Desta maneira, a autora coloca que a Arte como projeto pedagógico estimula o aluno a descoberta de novas ideias e o desenvolvimento de novos projetos criativos, tanto individual como coletivo. Os projetos podem ser utilizados em diferentes formas de expressão, como o canto, a expressão corporal e a interpretação que podem resultar, por exemplo, em teatro, dança música e exposições de Arte, sempre direcionadas para comunidade escolar.

Ou seja, a Arte surgiu para as crianças como uma forma de romper as barreiras do que lhe foi imposto para ter a liberdade de expressão. Segundo Brasil (1998), o Referencial Curricular Nacional para a educação infantil tem como proposta o uso da Arte visual como forma de linguagem pois elas estão presentes no cotidiano da vida infantil e expressam, comunicam e atribuem sentido a sensações, sentimentos, pensamentos e realidade, por meio das linhas, pontos, volume, espaço, cor, luz, desenho, escultura, gravura, brinquedos, entalhes etc.

Diante disso, os autores colocam que as crianças reconstróem um caminho percorrido pela humanidade por meio das interações com outros sujeitos da cultura. Tudo isso depende de como o adulto atua nesse processo da reinvenção do mundo, de acordo com as possibilidades e o desejo de aprender.

Nesse sentido, numa Instituição de Educação Infantil, é necessário que as crianças se apropriem de alguns elementos básicos dos vários sistemas simbólicos criados pelos homens e que tenham acesso ao acervo artístico-cultural produzido por meio desses sistemas. Ao mesmo tempo, as diversas linguagens precisam estar presentes na IEI como práticas sociais reais, de forma significativa e criativa, mediando as múltiplas relações que são estabelecidas com e entre as crianças (SALLES; FARIA, 2012, p. 109).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Arte é um meio de comunicar ideias, sentimentos e soluções de um modo diferente de verbalmente ou por escrito. A incorporação da Arte na primeira infância traz muitos benefícios, e o envolvimento das crianças em programas e atividades artificiais desenvolverá suas habilidades cognitivas, criativas, sociais e emocionais, desempenhando um papel importante em seu desenvolvimento ideal.

As crianças são maravilhosamente curiosas, desde quando começam a engatinhar, trabalham para explorar e ver como tudo no mundo funciona. Eles observam e imitam e veem como podem controlar a si mesmos e seu ambiente. Essa exploração irrestrita ajuda as crianças a formar conexões em seus cérebros e as ajuda a aprender, é uma atividade para apoiar este jogo livre em crianças. Arte e criatividade ajudam em todos os aspectos do desenvolvimento de uma criança. A liberdade de brincar com diferentes materiais permite mais exploração e experimentação. A Arte é muito divertida para as crianças, além de ser maravilhosamente educativa.

Esse trabalho foi realizado com apoio dos estudantes Sarah Emilly Souza De Jesus, Wesley Fernandes Rodrigues e Samantha Lima Lopes, que fizeram pesquisas sobre o tema “a importância da Arte no cotidiano escolar”, após participarem de um projeto de releitura em Arte visual.

Dado o exposto, concluo esse trabalho ressaltando a importância da participação ativa dos estudantes no processo de pesquisas científicas, aprendendo e consolidando o seu aprendizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. 4ª ed. – São Paulo; Martins Fontes, 2000. (939 a942)
- ALBINATTI, Maria Eugênia Castelo Branco. **Artes visuais. Artes II**. Belo Horizonte. 2008. BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte – Brasília, 1997.
- BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular Arte**/Ministério da Educação. Secretaria da Educação-1 ed-Brasília: A Secretaria, 2001.109p
- CORTELLA, Mario Sergio. **A escola e o conhecimento – Fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2001.
- FERRAZ, Maria Heloísa C. de T.; FUSARI, Maria F. de Resende. **Metodologia do ensino de arte**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- FERREIRA, Sueli. **O ensino das artes**. Papirus. Campinas, 2001.
- FUSARI, Maria F. de Resende; FERRAZ, Maria Heloísa C. de T. **Arte na Educação Escolar**. São Paulo: Cortez, 1993.
- OLIVEIRA, Marilda Oliveira de. **Arte, educação e cultura**. Santa Maria: UFSM, 2007.
- ROSA, Sanny Silva da. **Brincar, conhecer, ensinar**. São Paulo, Cortez, 2002
- SACCONI, Luiz Antonio. **Míni dicionário da língua portuguesa**. 11. ed. 2009.
- SALLES, Fátima. FARIA, Vitória. **Currículo Na Educação Infantil**: Diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica. 2. ed. São Paulo: Ática. 2012.
- SILVESTRE, Juliana. **Arte na Educação Infantil**. 2010. 54 f. Monografia. Universidade do extremo Sul Catarinense – UNESC, Artes Visuais. Criciúma, 2010.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradecemos a Deus por me permitir que os objetivos de construir um artigo científico com os estudantes Sarah Emilly Souza De Jesus, Wesley Fernandes Rodrigues e Samantha Lima Lopes tenham se concretizado.

Aos alunos citados acima, pela dedicação e vontade de aprender, consolidando mais um ano de dedicação para o processo de ensino aprendizagem.

A equipe gestora, em especial a diretora escolar Eliane Soares Cesário Torres por acreditar nas propostas pedagógicas.

Aos professores, pelas correções e ensinamentos que nos permitiram o desenvolvimento desse estudo.

Dedicamos esse trabalho a toda comunidade escolar de Cidade Tiradentes, que sempre esteve conosco apoiando e incentivando ações literárias e o protagonismo dos estudantes.

Parabéns a todos, esse trabalho é uma vitória do sistema educacional.

A RELAÇÃO ENTRE A ACÇÃO DA COMUNIDADE, DAS FAMÍLIAS E DOS (AS) ALUNOS (AS) E O RENDIMENTO ESCOLAR

LUÍS VENÂNCIO

RESUMO: O atual artigo traz em debate a problemática da relação entre a ação da comunidade, das famílias e dos (as) alunos (as) no processo de ensino-aprendizagem visto que o desenvolvimento das crianças e jovens na escola e o bom rendimento escolar destes depende muito do acompanhamento ativo de todos os atores que nele intervêm. O artigo tem como base a pesquisa bibliográfica, já que consta da busca de diferentes livros, revistas, brochuras, entre outras. Se os educandos forem bem acompanhados no seu processo escolar resulta em torná-los cidadãos com uma perspectiva de vida e também escolar bem sucedida, e serão profissionais exemplares. A fraca participação da comunidade e das famílias no processo de ensino e aprendizagem acaba influenciando negativamente no rendimento escolar dos seus educandos. A participação ativa destes atores, a relação saudável com a escola e a descontinuidade entre ambas são em nossa opinião aspectos fundamentais para a problemática da relação entre a acção da comunidade, das famílias e dos (as) alunos (as) no processo de ensino-aprendizagem dos educandos. A reflexão aqui feita apela para uma maior consciência participativa, que se traduz na relação entre a acção da comunidade, das famílias, da escola e dos próprios alunos no processo de ensino-aprendizagem de forma activa, a qual se evidencia por uma maior informação da comunidade, das famílias acerca da escola e do progresso dos alunos, um maior consenso em relação ao que é feito na escola e ainda à sua participação nos trabalhos que os educandos levam para casa.

Palavras-chave: Comunidade. Família. Aluno. Rendimento Escolar.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é sobre a temática “Relação entre a Acção da Comunidade, das Famílias e dos/as alunos/as e o Rendimento escolar”. Sabe-se que A família é o primeiro laço social que se tem e se constrói ao nascer. Sendo assim, a família ocupa desde sempre, um lugar e um ponto fundamental na vida do indivíduo, tendo assim, um impacto significativo na vida deste. A família, está presente em todas as sociedades, é um dos primeiros ambientes de socialização do indivíduo, actuando como mediadora principal dos padrões, modelos e influências culturais Polônia (2007).

Não obstante, a escola também se perfaz num contexto primordial e essencial para o indivíduo. É nele que o sujeito dará início a uma socialização com outros indivíduos que não seja de sua família. Segundo Rego (2003) e Polônia (2007), a escola emerge como uma instituição fundamental para o indivíduo e sua constituição, assim como para a evolução da sociedade e da humanidade.

Com isso, observa-se que tanto a comunidade, a família, como a escola, se constituem como contextos que se fazem presentes em essência na vida do indivíduo, e cada um detém um papel de fundamental importância e influência no rendimento escolar do educando.

Ao longo da pesquisa foi feito um apanhado histórico sobre os conceitos de comunidade, família, escola, aluno e rendimento escolar, assim como buscou-se perceber quais as funções exercidas por cada instituição. Posteriormente, foram realizadas reflexões sobre os impactos causados pela relação entre a acção da comunidade, da família e dos próprios alunos, tentando compreender os aspectos positivos do envolvimento destes no que concerne ao processo estudantil do sujeito. Assim como também foram traçadas reflexões sobre os aspectos negativos causados pela não interação desses elementos, reflectindo, dessa forma, no rendimento escolar do aluno.

A CONCEITUAÇÃO HISTÓRICA E FUNÇÃO DA FAMÍLIA

A palavra família vem do latim *famulus* que significa “escravo doméstico”. Essa expressão teve origem com os romanos e tinha o fim de designar o poder do chefe sobre a mulher, os filhos e os escravos, assim como, o poder de morte e vida sobre estes.

Sabe-se que a família, há muito tempo é concebida na sociedade como a instituição primeira de formação do indivíduo, na qual o sujeito dará início à socialização. Dessa forma, é percebida como um sistema social responsável pela transmissão de valores, crenças, ideias e significados que estão presentes nas sociedades. Com isso, vê-se que a família possui uma forte influência para o indivíduo, sendo um dos principais factores que contribuem para desenvolvimento deste.

A família se perfaz como uma das instituições mais antigas na história da humanidade. Assim, é inegável o seu agir e influência na formação do sujeito. Desse modo, então, faz-se necessário conhecer a função por esta desempenhada perante os seus membros.

De acordo com Brym (2006, p. 106), “a família tem a função social de proporcionar a conquista de diferente status, como o étnico, o nacional, o político, o educacional, dentre outros”. Por meio disso, compreende-se que a família evidentemente é o primeiro âmbito de contacto que o indivíduo possui, para assim, perceber o mundo e socializar-se. Para Chanan (2007), a família deve ser compreendida como entidade socioafectiva na qualtem o dever de afecto e cooperação entre seus membros, assim como, a solidariedade e a criação de condições de desenvolvimento saudável.

A FUNÇÃO DA ESCOLA E SUA RELAÇÃO COM A FAMÍLIA

A escola tem como objectivo preparar profissionalmente os alunos, cuidando, portanto, da convivência grupal e social. E para tal, ela necessita estar permanentemente interligada com a família de onde provêm os alunos.

Na concepção de Bressoux, (2003), “a escola é vista como uma organização social que, tem um funcionamento específico, desenvolve um sistema particular de relações entre os actores, define seu próprio conjunto de regras, normas, avaliações e expectativas em relação aos alunos” (Bressoux, 2003). Neste caso, olhando para a ideia de Bressoux, para que essas expectativas em relação aos alunos sejam alcançadas torna-se imperioso a construção de uma relação sólida entre a escola e a família a fim de ambos planejarem e estabelecerem compromissos e acordos mínimos para que o educando/filho tenha uma educação com qualidade tanto em casa quanto na escola.

A escola é encarada como uma instituição dotada de autonomia relativa, como um território intermédio de decisão no domínio educativo, que não se limita a reproduzir as normas e os valores do macro-sistema, mas que também não pode ser exclusivamente investida como um micro-sistema dependente do jogo dos actores sociais em presença (NÓVOA, 1995, p. 20).

Quando se remete sobre o papel que a escola exerce, deve-se lembrar a quem essa instituição serve, o que ela desempenha, quando e de que maneira o faz. Esta instituição traz o aluno à tona, de forma activa, impulsionando este a pensar, além dos moldes curriculares, contribuindo na formação de um sujeito crítico e que intervenha na sua realidade. E que deve estar em contacto permanente com a família de modo a tornar possível o bom rendimento escolar da criança pois, de acordo com pesquisadores da UNESCO (2019), os alunos apresentam melhor desempenho quando a família e a escola conseguem estabelecer diálogos sobre as expectativas de aprendizagem, o progresso académico e os hábitos e atitudes dos alunos no ambiente escolar.

Há, na verdade, uma via de mão dupla aqui. A escola sente-se mais motivada à comunicação quando percebe que seus esforços são apreciados pela família do aluno. Assim, é importante aos pais demonstrarem que valorizam as informações e contacto por parte da escola.

A acção da família na visão de PIKANÇO (2012), é de suma importância no contexto escolar e que isto afecta directamente no bom rendimento académico dos filhos. Contudo, cabe saber que caminhos cada instituição busca traçar, no intuito de se estabelecer e manter uma relação harmoniosa entre ambos com a finalidade que é justamente a do rendimento escolar do aluno.

Ainda Segundo a autora, a relação entre a acção da escola e da família é um desafio nos dias actuais, pois, sabe-se que muitas vezes a família se ausenta na escola, assim como a escola possa também deixar muito a desejar na atracção de métodos e alternativas para uma aproximação mais que necessária entre ambos PIKANÇO (2012).

Deste modo, é algo comum sobretudo nas nossas escolas, boa parte dos pais confundir o real fazer da escola, denotando por muitas vezes, toda a responsabilidade em relação à formação dos seus filhos para esta.

Assim, hoje em dia, é muito comum por parte das famílias procurarem escolas que ofereçam tempo integral, para que desta forma, consigam organizar suas rotinas de trabalhos exacerbadas e retornem às suas casas, muitas vezes, ao findar do dia. Os filhos, passam a maior parte do dia sem o contacto com a família, ficando, geralmente, sob cuidados de terceiros, realizam, muitas vezes, as tarefas escolares sozinhos sem supervisão de um adulto, ou ainda, quando os pais chegam, já cansados no período noturno, irão tentar ajudar, mas pelo esgotamento físico e psicológico acabam se estressando facilmente. Isso faz com que sejam comuns episódios em que os filhos chegam à escola com as actividades incompletas ou não feitas, e isso repercute num possível falta de estímulo por parte da criança.

Com isso, se percebe que o tempo muitas vezes é inimigo maior para se construir e se estabelecer a relação entre a acção da escola e da família. As famílias a cada dia se vêem mais atarefadas e isso torna-se um empecilho no acompanhamento da rotina escolar do aluno. Diante disso, de forma obrigatória, muitas vezes, a escola desempenha acções que normalmente são delegadas à família ao perceber as falhas, que por vezes, são nítidas nos comportamentos e desempenho dos alunos. Por meio disto, VARANI e SILVA (2010) afirmam que a família deixou de ser a única instituição de protecção da criança, pois a escola também passou a exercer o papel de atender e educar tal indivíduo de acordo com suas necessidades. Desta forma, por várias vezes, o educador se enxerga no papel de orientar seus alunos, dando conselhos, colocando limites e regras, não que este profissional tenha que se isentar disto, mas o que se observa, é que a família, repetidamente, negligencia isso, dificultando assim, os caminhos que a escola deseja percorrer.

Dessa forma, as pessoas responsáveis pelo espaço escolar, independente da ausência da acção da família, devem buscar formas e métodos de estreitar a relação, almejando a todo momento um diálogo amigável entre as partes. Por meio disto, CHECHIA e ANDRADE (2005), afirmam que quanto mais os pais e a escola estiverem envolvidos, se tornando verdadeiros parceiros, cada vez mais se sentirão dispostos na colaboração da educação escolar de seus filhos.

Desta maneira, se torna perceptível que quanto mais essa parceria se fortifica reflecte de maneira positiva no rendimento do aluno. Assim sendo, podemos reconhecer que o não desempenho escolar não esteja somente atrelado ao sujeito em si, o aluno, mas se deve a todo o contexto vivenciado por este, no qual, muitas vezes, não encontra o amparo necessário para desenvolver suas habilidades.

Contudo, a família, constantemente, espera que a escola dê a melhor solução para resolver as questões referentes ao não desempenho do aluno, em contrapartida, a escola espera que a família seja mais presente e ajude dando suporte preciso. O que se percebe, porém, é que o aluno, inúmeras vezes, fica à margem diante deste impasse, no qual a cooperação e co-responsabilidade parecem se distanciar cada vez mais.

De acordo com LIBÂNEO(1998), o professor pode ser referenciado como um dos grandes responsáveis na relação activa do aluno com a matéria, inclusive com os conteúdos próprios de sua disciplina, mas considerando o conhecimento, a experiência, o cognitivo e o significado que o aluno traz à sala de aula. Daí a importância do professor em conhecer o mundo em que cada aluno vive para assim significar sua prática. Diante disso, ALVES (1994, p. 100), afirma que “se os professores entrassem nos mundos em que vivem os alunos, eles ensinariam melhor, e concordamos que sim, realmente ensinariam melhor”.

No entanto, o que se percebe geralmente, é que toda a carga negativa em relação ao não rendimento do aluno recai sobre o professor ou ao aluno. Deste modo, o que se pode ver é que a comunicação entre as partes, seja entre professor-escola ou escola-família, passe despercebida e que, às vezes, o que poderia ser resolvido de modo simples e rápido, se acumula, como se os envolvidos não dessem abertura um ao outro, se fechassem ao problema, e este somente depois viesse à tona, numa espécie bem mais difícil de solucionar.

É importante ter em mente que a escola não é um serviço profissional como outro qualquer – em que o pai coloca a criança dentro no início do dia e retira ele no final, educado e pronto como um pão perfeito vindo do forno.

A escola é parte fundamental do processo de educação mas é parte, e não todo.

A ponte entre o processo educacional dentro dos muros da escola e no meio social de convivência dos alunos e família é de suma importância.

Quanto mais interessado for a família no que o aluno vivencia dentro da escola, sem atropelar a individualidade da criança ou do jovem, mais eles são capazes de tornar a rotina da criança uma experiência constante de aprendizado. Da mesma forma, a rotina dentro da escola se beneficia das informações, preocupações, atitudes e conhecimentos trazidos pela família.

Percebe-se que quando o sujeito escolar conta com um apoio, este consegue facilmente corresponder as solicitações escolares e também as expectativas familiares e da comunidade em geral realizando dessa forma suas obrigações como estudante, criando auto-estima e autonomia para lidar com os desafios do quotidiano.

Almeida (2014) apresenta uma tipologia de envolvimento da família, englobando cinco aspectos que podem colaborar no comprometimento entre os contextos escolar e familiar:

- **Obrigações essenciais dos pais:** É dever da família criar um ambiente favorável a aprendizagem do indivíduo, além de corresponder todas às suas demandas.
- **Obrigações essenciais da escola:** Quer dizer das várias formas que a escola adota para estabelecer uma comunicação com a família a respeito da dinâmica escolar, evidenciando os progressos do aluno, normas, métodos de ensino e avaliação, enfim, das funções gerais desempenhadas pela escola.
- **Envolvimento da família em actividades de colaboração na escola:** Trata-se sobre a acção dos pais juntamente com a equipa escolar, ou seja, de como estes podem colaborar nas programações, reuniões, eventos e actividades da escola. Seria uma espécie de voluntariado da família perante o espaço escolar.
- **Envolvimento da família em actividades que afectam a aprendizagem e aproveitamento escolar em casa:** Se caracteriza como os meios em que a família constrói e emprega para o acompanhamento do filho em suas tarefas escolares e isso pode ser realizado através da orientação e instrução da escola.
- **Envolvimento da família no projecto educativo da escola:** fala da participação activa dos pais nas decisões da escola. Se caracteriza pelas representações que a escola constrói juntamente com a família para dar efectividade as metas e projectos escolares.

Dessa forma, ambos os contextos, escolar e familiar, constituem pilares que sustentam o processo de formação de uma pessoa. Por esse motivo, é imprescindível que eles se relacionem da melhor maneira possível, com diálogo, harmonia e em complementaridade. Isso, com certeza, reflecte positivamente no rendimento escolar dos educandos.

A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO ENTRE A ACÇÃO DA FAMÍLIA E DA ESCOLA

A família, sendo à base de uma formação completa do indivíduo, tendo papel decisivo na formação de carácter, deve ter participação directa na educação dos seus educandos.

(...) A posse de capital cultural favoreceria o desempenho escolar na medida em que facilitaria a aprendizagem dos conteúdos e códigos escolares. As referências culturais, os conhecimentos considerados legítimos (cultos, apropriados) e o domínio maior ou menor da língua culta, trazidos de casa por certas crianças, facilitariam o aprendizado escolar na medida em que funcionariam como uma ponte entre o mundo familiar e a cultura escolar, Nogueira (2002, p. 21).

A posse de capital cultural favoreceria o êxito escolar, porque propiciaria um melhor desempenho nos processos formais e informais de avaliação. BOURDIEU (1998), citado por NOGUEIRA (2002, p. 21), observa que a avaliação escolar vai muito além de uma simples verificação de aprendizagem, incluindo um verdadeiro julgamento cultural e até mesmo moral dos alunos. Entende-se que os alunos tenham um estilo elegante de falar, de escrever e até mesmo de se comportar; que sejam intelectualmente curiosos, interessados e disciplinados; que saibam cumprir adequadamente as regras da “boa educação”.

Essas exigências só podem ser plenamente atendidas por quem foi previamente (na família) socializado nesses mesmos valores (NOGUEIRA, 2002, p. 21).

É fundamental que aconteça essa parceria entre a acção da família e da escola, e que juntos possam alcançar o objectivo em comum, de formar cidadãos que saibam como viverem no mundo actual. No actual momento em que se depara vive a educação, a falta de envolvimento, participação, apoio e limites das famílias para com as crianças, torna impossível o bom rendimento escolar dos seus educandos.

Historicamente, até o século XIX, havia uma separação das tarefas da família e da escola: a escola cuidava do que se chamava “instrução”, ou seja, a transmissão dos conhecimentos/conteúdos da educação formal e a família se dedicava à educação informal: o que podia-se definir como o ensinamento de valores, atitudes e hábitos. No mundo moderno, a educação passa também a ser objecto de atenção das famílias, que, apesar de se preocuparem com a qualidade do ensino, transferem à escola competências que deveriam ser suas tão somente. Não vêem a escola como segunda etapa da educação, mas criam nela toda a expectativa de que será responsável, a vida toda, pela educação de seus filhos. E, em muitas vezes, esquecem-se de fazer sua parte Freitas (2011) citado por Souza (2012, p. 21).

Actualmente mais do que nunca, acentua-se a importância da interacção entre acção da família e da escola ou pais-professores, e vice-versa, existindo mesmo programas para envolver a família na dinâmica escolar.

Já os grandes pioneiros da Escola Moderna ou da Nova Pedagogia, como Decroly, Freinet, Montessori, tinham insistido na importância da relação entre acção da família e da escola.

Na década 90 insistiu-se mais com os pais a se fazerem presentes na vida escolar. Mas infelizmente nem os pais nem os professores foram preparados para isso. Ninguém melhor que os professores poderiam educar e mentalizar os pais para a necessidade de uma maior colaboração entre acção da família e da escola. (NOGUEIRA, 2002).

Ainda para NOGUEIRA (2002), A acção da família influencia grandemente não só a configuração da personalidade e, em particular a cognição e o código linguístico da criança, mas também mais concretamente o rendimento escolar e o comportamento na sala de aula.

Quanto maior o fortalecimento da relação entre a acção da família e da escola, tanto melhor será o rendimento escolar dos filhos/alunos. Nesse sentido, é importante que família e escola saibam aproveitar os benefícios desse estreitamento de relações, pois isto irá resultar em princípios facilitadores da aprendizagem e formação social da criança uma vez que, tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição Nogueira (2002).

Apesar de ambas as instituições terem papel importantíssimo no rendimento escolar do educando, devemos saber que cada uma possui o seu próprio papel nesse processo de ensino-aprendizagem, daí a importância de se ter uma boa relação entre ambas as partes.

De modo especial, na nossa realidade, a colaboração entre a escola e a família situa-se quase exclusivamente no domínio da burocracia e não na aprendizagem dos alunos, essencialmente pelo facto de existirem muitas divergências e dúvidas em relação aos papéis e funções dos actores directamente envolvidos. (MENEZES, 2010, p. 58)

Quer dizer ainda, que a relação entre a acção da escola e da família não deve se confinar nas reuniões periódicas entre a escola e pais/encarregados de educação para entrega de avaliações ou para resolução de casos de indisciplina, para além de ser uma questão de bom senso, deve basear-se nos princípios e valores que preconizam para uma escola democrática, caracterizada por privilegiar as interacções espontâneas e colegiais entre professores, entre alunos, entre pais e encarregados de educação, entre pessoal não docente, bem como entre professores e alunos, entre famílias e professores, portanto, assente num sistema de relações que inclua a comunidade educativa. (MENEZES, 2010, p. 59)

DAVIES e JOHNSON (1989), EPSTEIN (1992), ECCLES e HAROLD (1996), STOER (1996), VILLAS-BOAS (2001), citados por MENEZES (2010, p. 59), afirmam que “aprendizagem dos alunos é potenciada e realizada com maior sucesso quando se trabalha num ambiente em que haja colaboração entre professores e pais/encarregados de educação .

Benefícios do envolvimento dos pais e encarregados da educação segundo Fernández (2011) citado por Barradas, 2012, p.60)

Família	Aluno	Escola
<ul style="list-style-type: none"> ❖ Melhora a comunicação com os profissionais de educação; ❖ Melhora a comunicação com os educandos; ❖ Melhora a compreensão sobre os programas escolares; ❖ Visão positiva sobre a instituição; ❖ Aumenta a confiança e a auto-estima; ❖ Aumenta o compromisso social e comunitário. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Aumento o rendimento escolar; ❖ Melhora a atitude sobre a escola; ❖ Permite adquirir mais habilidades sociais; ❖ Aumenta a probabilidade de continuar a escolaridade; ❖ Permite ter melhores hábitos de estudo; ❖ Diminuem os conflitos. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Mais competente e eficaz; ❖ Ensino mais centrado no aluno; ❖ Maior relação com as famílias e com a comunidade; ❖ Professores mais satisfeitos e empenhados.

Fonte: Fernández (2011) citado por Barradas, 2012, p.60

alunos. Segundo os estudos de Lemos, Almeida, Guisande e Primi (2008) o rendimento escolar vem sendo medido, desde o início do século XX com auxílio de testes psicológicos elaborados para o efeito, através da inteligência e das dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos. Na mesma ordem de ideias, estes estudos foram ao encontro de outros mais antigos, realizados por Santos e Almeida (2001) que já observavam o rendimento escolar tendo em conta a fase de em que o indivíduo se encontrava, ou seja, é esperado que o aluno supere os desafios de acordo com a sua idade, correspondente à sua fase de desenvolvimento. Partindo deste pressuposto e das características comuns à maioria das instituições de ensino, vários autores entendem que a relação entre a acção da comunidade, das famílias e dos (as) alunos (as) influencia no bom ou mau rendimento escolar dos alunos (Santos, & Almeida, 2001).

É importante mencionar que o rendimento escolar não é de responsabilidade apenas dos alunos, professores ou da escola, mas quando há relação entre a acção da comunidade, das famílias, dos (as) alunos (as) e da própria escola é possível identificar e solucionar problemas que possam causar baixo rendimento escolar nos alunos de maneira mais eficaz. Na mesma visão, e de maneira mais profunda, embora considerar somente o aluno no seu rendimento escolar e a família, Neto (2019) acrescenta, que o aluno mesmo tendo capacidade de inteligência de certa forma deve estudar e esforçar-se visando obter mais saberes e não deve se ausentar das aulas quando bem quiser. E em relação a família, esta por sua vez é a responsável de sequência do ingresso cotidiano do aluno na vida escolar. Esse relacionamento é indispensável e para tal, é necessário haver diálogo a fim de construir um relacionamento de confiança. E é através do acompanhamento do rendimento escolar, com as reuniões e diálogos permanentes, por exemplo, que se constrói e reforça isso.

PARTICIPAÇÃO EDUCATIVA DA COMUNIDADE

A aprendizagem depende de todas as interacções que se estabeleçam, tanto na aula, como no exterior. Os alunos não podem alcançar aprendizagens de elevado nível se as famílias e a comunidade não forem incluídas no processo e se as experiências dos alunos não forem trazidas para o processo de ensino e aprendizagem (CREA, 2017). O conhecimento científico dispõe de evidências sobre a importância da participação das famílias e de outras pessoas da comunidade, nas escolas, em acordos de cooperação, entre todos os diferentes agentes educativos. A participação da comunidade nas escolas melhora o rendimento académico dos alunos INCLUD-ED (2009) citado por CREA (2017, p. 2)

A colaboração das famílias contribui para a transformação das relações dentro das escolas, ajudando a ultrapassar as desigualdades através da optimização de resultados académicos e do

Neste sentido, Quanto maior o envolvimento da acção da família, do aluno e da própria escola de forma interligado mais facilidade a criança para melhor desempenhar-se no processo de ensino-aprendizagem.

RENDIMENTO ESCOLAR

O rendimento escolar diz respeito ao resultado das competências académicas dos alunos quando avaliados em diferentes campos da . E a relação entre a acção da comunidade, das famílias e dos (as) alunos (as) influencia significativamente no rendimento escolar dos

estabelecimento de relações de equidade. Por outro lado, a participação da comunidade torna-se especialmente benéfica para os alunos com maior risco de exclusão social e educativa, os alunos pertencentes a minorias e os portadores de deficiência (INCLUD-ED, 2009) citado por CREA (2017, p. 2)

A participação da comunidade nas escolas também desempenha um papel muito importante na superação das desigualdades de género na educação, sobretudo através da colaboração dos membros femininos da família e de outras mulheres da comunidade. No entanto, o impacto que a participação da comunidade educativa tem, depende do grau e da forma, segundo a qual esta se concretiza. Segundo o projecto do INCLUD-ED (2009) citado por CREA (2017, p. 3), é possível identificar 5 tipos de participações da comunidade na vida escolar da criança: informativa, consultiva, de tomada de decisões, de avaliação e educativa. Destes tipos de participação, os três últimos são os que têm um maior impacto no rendimento escolar da criança. Apresenta-se, no esquema que se segue, as características de cada modelo.

PARTICIPAÇÃO INFORMATIVA	As famílias recebem informação sobre as actividades escolares, o funcionamento da escola e as decisões que foram tomadas.	Poucas oportunidades para conseguir o sucesso escolar e a participação das famílias
	As famílias não participam na tomada de decisões na escola.	
	As reuniões de pais consistem em informar as famílias sobre as referidas decisões.	
PARTICIPAÇÃO CONSULTIVA	Os pais têm um poder de decisão muito limitado.	
	A participação baseia-se na consulta das famílias.	
	A participação é veiculada através dos órgãos de gestão da escola.	
PARTICIPAÇÃO DECISIVA	Os membros da comunidade e das famílias participam nos processos de tomada de decisões, tendo uma participação representativa nos órgãos de tomada de decisão.	Maiores oportunidades para conseguir o sucesso escolar e a participação das famílias
	As famílias e outros membros da comunidade supervisionam a contabilidade escolar relativamente aos seus resultados educativos.	
PARTICIPAÇÃO DE AVALIAÇÃO	As famílias e outros membros da comunidade participam no processo de aprendizagem dos alunos, ajudando a avaliar o seu progresso educativo.	
	As famílias e outros membros da comunidade participam na avaliação geral da escola.	
PARTICIPAÇÃO EDUCATIVA	As famílias e outros membros da comunidade participam nas actividades de aprendizagem dos alunos, quer no horário escolar, quer no extra-escolar.	
	As famílias e outros membros da comunidade participam nos programas educativos, que dão resposta às suas necessidades.	

Fonte: INCLUD-ED, 2009, citado por CREA (2017, p. 3)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscou-se entender as formas pelas quais o impacto da relação família e escola afectam o desempenho escolar do aluno. A todo momento ficou esclarecido que não restam dúvidas que o elo entre a família e a escola afeta positivamente no desempenho do aluno e a sua desconexão gera poucas possibilidades do bom rendimento escolar do educando.

Os caminhos a serem percorridos para uma aproximação necessária entre estas duas instituições são regados de muitas dificuldades, pois percebe-se que ainda há um certo desarranjo quanto as funções específicas a serem executadas por cada uma. Dessa forma, tanto o âmbito familiar como o escolar ficam

perdidos quanto as suas divisões de responsabilidades, o que acaba, por vezes, sempre em um tendo que arcar e se sobrecarregar pelo o não feito do outro.

Diante disso, compreende-se que para se ter uma relação harmoniosa, é favorável que a família e a escola criem propostas construtivas e participativas a fim de estabelecerem formas incentivadoras que influenciem no desempenho académico do estudante.

Sendo assim, é necessário que a escola, no seu papel de orientadora social, esteja sempre atenta aos novos moldes e estruturas familiares, percebendo e buscando adaptações suficientes que alcancem e atraíam a família ao espaço escolar, não se acomodando e desanimando quanto aos efeitos negativos que possam surgir durante o percurso.

Por outro lado, a família precisa ter o comprometimento de se envolver nas questões relacionadas ao processo estudantil dos filhos, não se omitindo frente ao seu papel, ajudando e buscando formas que contribuam no efeito positivo do aluno.

Portanto, deste modo que para a construção de uma parceria entre família e escola serão encontrados vários obstáculos, mas se ambos caminharem com os mesmos objectivos, estes devem ser vivenciados e compartilhados, com o intuito de designarem formas e meios de superarem, abrindo novos horizontes, para que assim, aconteçam e fortaleçam os vínculos esperados permitindo o desempenho escolar do aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, E. B. **A relação entre pais e escola: A influência da família no desempenho escolar do aluno.** Monografia. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- ALVES, J. H. M. **A evolução nas definições de família, suas novas configurações e o preconceito.** Monografia. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1994.
- CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM TEORIAS E PRÁTICAS DE SUPERAÇÃO DE DESIGUALDADES (CREA). **Módulos de Formação. Participação Educativa da Comunidade:** Formação em Comunidades de Aprendizagem. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EPIPSE/modulos_included/modulo_8__participacao_educativa_da_comunidade.pdf, 2017.
- CHANAN, M. **Impacto da relação entre família e escola no desempenho académico do aluno.** Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/.htm>. Acesso 16. 11. 2021.
- CHECHIA, V. A.; ANDRADE, A. D. S. **O desempenho escolar dos filhos na percepção de pais de alunos com sucesso e insucesso escolar.** Estudos de Psicologia, 2005.
- BRESSOUX, P. As pesquisas sobre o efeito-escola e o efeito-professor. Belo Horizonte: **Revista em Educação**, 2003.
- BRYM, R. et al. **Sociologia: Sua bússola para um novo mundo-Família e Sistema de Parentesco.** São Paulo, 2006.
- LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora? novas exigências educacionais e profissão docente.** São Paulo: Cortez, 1998.
- MENEZES, M. A. **Reflexões sobre a educação.** Luanda: Editora Mayamba , 2010.
- NETO, M. F. (2019). **Tipos de atribuciones causales percibidos por los estudiantes para el rendimiento académico (Caso del ISCED-Luanda).** Tese de Doutorado. Buenos Aires: Universidad Argentina John F. Kennedy. Por publicar.
- NOGUEIRA, C. M. A.. **A Sociologia da educação de Pierre Bourdieu:** Limites e contribuições. UFMG, 2002.
- NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- PICANÇO, A. L. **A relação entre a escola e a família. As suas implicações no processo de ensino-aprendizagem.** Relatório de Mestrado. Escola Superior de Educação João de Deus, Portugal, 2012.
- SOUZA, C. S. **Dificuldades de aprendizagem: As relações entre a família e a escola.** Rio de Janeiro, 2012.
- UNESCO. **A importância da participação da família na escola.** Disponível em: <https://blog.casaescola.com.br/importancia-da-familia-escola>. Acesso 16. 11. 2021.
- VARANI, A.; SILVA, D. C. **A relação família e escola: implicações no desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.** Brasil, 2010.



Luís Venâncio

Licenciado em Ciências da Educação pelo Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) Luanda, na opção de Pedagogia. Mestrando em Ciências da Educação na Especialidade de Administração Educacional. Docente. Fundador da AEPEX - Academia de Excelência Profissional e Exclusividade, exercendo o cargo de Coordenador Geral. Membro da Comissão Nacional de Jovens Voluntários de Angola. Palestrante em matérias de Gestão Escolar e Aperfeiçoamento Profissional. Acompanhante de Crianças com Dificuldades na Aprendizagem. luisvenanciovenancio332@gmail.com

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO

MARTA BATISTA JUSTINO CAETANO

RESUMO: O presente estudo apresenta como a presença de brincadeiras pode auxiliar no processo de desenvolvimento da criança podendo combinar o aprender e o brincar. O processo de ensino aprendizagem é feito por meio de questões sobre os aspectos de várias áreas do desenvolvimento, sendo assim, para compreender como o aprender pode acontecer, será analisado como o brincar pode influenciar no processo de aprendizagem. Também serão apresentados apontamentos e reflexões sobre as brincadeiras como um estímulo no processo de ensino aprendizagem. Pode-se concluir que a prática de atividades lúdicas, jogos e brincadeiras, como uma ferramenta pedagógica facilita a aprendizagem quando realizada pelo professor torna-se uma atividade efetiva que estimula a criança a se descobrir e adquirir conhecimento desenvolvendo diversas habilidades.

Palavras-chave: Aprendizagens. Crianças. Ensino. Lúdico.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar como o brincar pode contribuir para o desenvolvimento da criança pensando nos aspectos cognitivo, motor, social e emocional.

O brincar é um recurso que pode ser inserido no contexto escolar como algo lúdico e ocorre em muitas atividades podendo proporcionar um método construtivo.

A brincadeira, o jogo educativo pode relacionar o contentamento e a aprendizagem segundo apontamentos de KISHIMOTO (1994 p.18), também há outros autores que apontam a importância de combinar a necessidade de brincar com a importância do educar.

As regras que existem nas brincadeiras e jogos tornam possível agregar conhecimento no simples ato de brincar.

Neste estudo busca-se apresentar como o aprender pode ser fácil se estimulado por meio de brincadeiras e jogos e que isto pode formar um elo entre o educar, o brincar e o jogar

O ATO DE BRINCAR

ação de brincar está inserida em nosso rol de atividades desde a antiguidade e vista no dia a dia da criança. As brincadeiras podem ser diferentes de lugar para lugar, de classe social e também deve-se considerar a cultura em que a criança está inserida.

brincadeira faz parte da infância independentemente da classe econômica, ou etnia é algo que está voltado para o divertimento, aprendizado, socialização, comunicação e interação. A criança interage com a outra, estabelece uma relação, aprende a respeitar os limites do outro se desenvolvendo assim de forma espontânea.

As habilidades cognitivas e motoras como também as sociais podem ser desenvolvidas por meio das brincadeiras dependendo do jogo, além de interagir com outra criança pode ser necessário movimentar o corpo ou criar uma estratégia.

Para KISHIMOTO (2002 p.148)

O brincar também contribui para aprendizagem da linguagem. A utilização combinatória da linguagem funciona como instrumento de pensamento e ação. Para ser capaz de falar sobre o mundo a criança precisa saber brincar com o mundo com a mesma desenvoltura que caracteriza a ação lúdica. [...] O que faz a criança desenvolver seu poder combinatório não é a aprendizagem da língua ou da forma de raciocinar,

mas, as oportunidades que tem de brincar com a linguagem e o pensamento.

Para OLIVEIRA (2000 p.19)

O brincar, por ser uma atividade livre que não inibe a fantasia, favorece o fortalecimento da autonomia da criança e contribui para a não formação e até quebra de estruturas defensivas. Ao brincar de que é a mãe da boneca, por exemplo, a menina não apenas imita e se identifica com a figura materna, mas realmente vive intensamente a situação de poder gerar filhos, e de ser uma mãe boa, forte e confiável.

No exemplo citado acima de Oliveira é possível compreender que a brincadeira ajuda o desenvolvimento individual da criança, na qual ela consegue compreender e relacionar as normas sociais identificando ações e comportamentos do seu cotidiano.

Quando a criança joga, brinca ela é estimulada a ampliar sua percepção de mundo, exercitando seu cognitivo, a imaginação e a criatividade e isso acontece por meio de uma atividade prazerosa o que pode favorecer mais seu desenvolvimento.

O LÚDICO

O brincar é a principal atividade na infância, pois é por ela que as crianças conseguem se desenvolver e aprender as coisas do mundo.

A brincadeira é um fator que contribui para o desenvolvimento infantil, permite que a criança compare e avalie suas habilidades com as outras desenvolvendo assim os aspectos sensoriais, emocionais e físicos, dando início assim a criação da própria personalidade.

Assim surge para a educação a Ludo Educação que nada mais é que educar por meio da brincadeira.

Para Aristóteles, Platão, São Tomás de Aquino, entre outros apontam que ensinar por meio de jogos e brincadeiras agrega várias vantagens podendo tornar o aprender mais fácil, dinâmico e interessante.

Para CARVALHO (1992, p.14)

Os jogos na vida da criança são de fundamental importância, pois quando brinca, explora e manuseia tudo aquilo que está a sua volta, através de esforços físicos e mentais e sem se sentir coagida pelo adulto, começa a ter sentimentos de liberdade.

O jogar e o brincar são de grande importância no desenvolvimento infantil se tornando parte do processo de aprendizagem sendo significativo dentro do conteúdo curricular, segundo SILVA (2012, p.10).

É por meio dos jogos e das brincadeiras que o professor pode incorporar o lúdico no ensino-aprendizagem contribuindo para o conhecimento da criança.

Segundo KISHIMOTO (1993)

Por meio de uma aula lúdica, o aluno é estimulado a desenvolver sua criatividade e não a produtividade, sendo sujeito do processo pedagógico. Por meio da brincadeira o aluno desperta o desejo do saber, a vontade de participar e a alegria da conquista. Quando a criança percebe que existe uma sistematização na proposta de uma atividade dinâmica e lúdica, a brincadeira passa a ser interessante e a concentração do aluno fica maior, assimilando os conteúdos com mais facilidades e naturalidade.

uso do lúdico como prática pedagógica pode fazer com que a criança tenha uma experiência de vivência unindo pensamento e o sentimento.

O BRINCAR NA EDUCAÇÃO

O brincar é algo natural, está presente em diferentes situações, na escola, em casa em qualquer lugar em que crianças possam estar, segundo BARBOSA (2010).

O papel do professor no processo educacional é mediar o conhecimento para que o aluno possa construir, criar sua identidade e assim compreender seu papel na sociedade. Para que o professor consiga

cumprir com seu propósito ao longo do seu caminho de ensino ele faz uso de diversas práticas educativas e assim o lúdico aparece como uma dessas práticas.

Aprender brincando é algo que é muito discutido, assim é necessário compreender o conceito da prática do lúdico que em palavras simples nada mais é do que aprender brincando, se divertindo.

O lúdico na educação é considerado como uma prática pedagógica para se construir o conhecimento por meio de jogos e brincadeiras que possibilita e facilita a criação de um vínculo entre aprendizagem e a construção do conhecimento.

Segundo o Referencial Nacional para Educação Infantil (BRASIL,1998, p. 23)

Na instituição de educação Infantil pode-se oferecer as crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advinhas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagem de naturezas diversa, ocorrem de maneira ressaltar, porém, que essas aprendizagens, de natureza adversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil.

O uso de atividades lúdicas como prática educativa faz com que o desenvolvimento da criança aconteça de maneira espontânea e participativa tornando um recurso que pode ensinar e educar, além de estimular o educando a gostar de aprender sendo possível que ele desenvolva o hábito de estudar e adquirir conhecimento. Para BROUGÉRE (2010) "O educador pode, portanto, construir um ambiente que estimule a brincadeira em função dos resultados desejados".

Cabe ao professor a tarefa de criar e usar brincadeiras, jogos que ajudem a desenvolver na criança uma ação social, cultural para que assim o processo de ensino- aprendizagem seja incorporado de maneira a desenvolver a integração entre o brincar e o educar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo discutir a ludicidade no processo de ensino aprendizagem no qual ele permite de forma natural o desenvolvimento da criança permitindo que a mesma goste de aprender.

Também fica evidente que alguns filósofos e teóricos consideram o ato de brincar e jogar um estímulo a aprendizagem.

Desta maneira o brincar é algo que deve ser vivenciado e praticado, não só como diversão, mas também como uma atividade que pode aprimorar e desenvolver as potencialidades da criança mostrando que ela pode assimilar e relacionar a realidade e a imaginação.

Pode-se concluir que a prática de atividades lúdicas, jogos e brincadeiras, como uma ferramenta pedagógica facilita a aprendizagem quando realizada pelo professor torna-se uma atividade efetiva que estimula a criança a se descobrir e adquirir conhecimento desenvolvendo diversas habilidades.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. **Ludicidade como instrumento pedagógico**. 2009. Disponível em <<http://www.cdof.com.br/recrea22.htm>> Acesso em: 10 de out. 2015
- BARBOSA, Ana Paula Montolezi. **LUDOTECA: UM ESPAÇO LÚDICO**. 2010. Disponível em:<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/ANA%20PAULO%20MONTOLEZI.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2017.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96. Brasília: DF, 1996.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BROUGÉRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- CARVALHO, A.M.C. et al. (Org.). **Brincadeira e cultura: viajando pelo Brasil que brinca**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.
- FREIRE, P. (1996). **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- KISHIMOTO. Tizuko Morchida. **Jogos tradicionais infantis; O jogo a criança e a educação**. Petrópolis. Rio De Janeiro: Vozes,1993.
- _____. (Org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez 1998.
- _____. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos.(org) **Educação e Ludicidade**. Salvador UFBA/FACED, 2000

OLIVEIRA, Vera Barros de (org). **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, João Da Mata Alves Da. **O lúdico como metodologia para o ensino de crianças com deficiência intelectual**. 2012. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4736/1/MD_EDUMTE_II_2012_33.pdf acesso em 26 março 2017.



MARTA BATISTA JUSTINO CAETANO

Licenciada em Pedagogia pela Universidade de Guarulhos (UNG), especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Bagozzi, possui Lato Senso em Profissão e Formação Docente pela Faculdade de Ciências e Tecnologia Paulistana (FACITEP), e também possui Lato senso em Dificuldades de Aprendizagem pela Faculdade XV de Agosto (FAQ XV). Educadora aposentada do Estado de São Paulo, bem como Educadora ativa desde 2002 na Prefeitura de São Paulo (PMSP).

UM POUCO SOBRE O ENSINO REMOTO NA PANDEMIA

MINEIVA MEDINA RODRIGUES SILVA

RESUMO: Em 2020, com o início da quarentena devido ao Covid-19, as instituições escolares se viram tendo que utilizar das ferramentas tecnológicas para manter suas aulas a distância. Com isso, o presente trabalho visa discutir a visão dos alunos e professores sobre esse novo modelo que estamos presenciando na educação, verificando o nível de efetividade do ensino na prática e no aprendizado dos alunos. Por meio pesquisas bibliográficas, conseguimos observar que está sendo um grande desafio tanto para os docentes quando para os discentes se adaptar a essa nova forma de ensinar e aprender. Apesar de estarmos na chamada “era digital”, a principal dificuldade encontrada pelos professores é a falta de domínio da tecnologia, visto que os alunos enfrentam outros tipos de dificuldades, como acesso a recursos tecnológicos, internet de qualidade, ambiente de estudo adequado e acompanhamento familiar, principalmente os alunos de baixa renda e de escola pública. Apesar de todas as dificuldades encontradas esse processo de ensino está promovendo novas competências e estimulando a construção de um novo paradigma educacional. E o que você percebeu?

Palavras-chave: Aprendizagens. Acessibilidade. Educação básica. Ensino Híbrido. Recursos.

INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 afetou direta ou indiretamente todas as áreas da sociedade, e com a educação não poderia ser diferente, e seus danos ainda são difíceis de serem mensurados, porém é possível observar alguns pontos: Aumento significativo na desigualdade no acesso à educação e à tecnologia, prejuízo do processo de ensino-aprendizado, danos emocionais e impacto na saúde dos alunos e professor, além da crescente evasão do ensino.

De acordo com dados socioeconômicos dos candidatos do ENEM em 2018, apenas 66% dos alunos que realizaram a prova tem internet em casa, um dado preocupante ao pensarmos que a educação teve sua retomada de aulas de maneira remota.

De tal forma, é importante levar em conta que o ensino remoto emergencial não será e não deve ser exatamente igual ao ensino presencial, alunos e professores estão vivenciando períodos de isolamento, estresse e ansiedade, não sendo possível cobrar o mesmo desempenho e produtividade tanto dos professores quanto dos alunos, mas sim que a característica desse processo pedagógico seja de adaptação ao momento atual.

Uma das alternativas para garantir a flexibilização do processo de ensino e maior fixação do conteúdo é a adoção de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, principalmente por promover a autonomia dos estudantes que é tão primordial nesse momento de distanciamento com os seus educadores, definidas por Mitri et al. (2008) como:

As metodologias ativas utilizam a problematização como estratégia de ensino/aprendizagem, com o objetivo de alcançar e motivar o discente, pois diante do problema, ele se detém, examina, reflete, relaciona a sua história e passa a ressignificar suas descobertas. (apud, BERBEL, 2011, p. 5)

O ENSINO REMOTO NO CONTEXTO DE PANDEMIA.

Com a necessidade de isolamento social para conter o Covid-19, milhares de escolas ao redor do mundo suspenderam suas atividades presenciais. Dessa forma, professores e alunos se encontraram, diante de um novo formato de aulas para desempenhar, o ensino remoto.

Tal ensino foi implantado com a intenção de que os alunos continuassem aprendendo, e dessa forma, tendo seu direito à educação garantido. Foi-se buscado trabalhar de forma próxima aos ensinamentos da EAD (modalidade já adotada por algumas instituições universitárias). Segundo Moore & Kearsley (2007):

[...] ideia básica de educação a distância é muito simples: alunos e professores estão em locais diferentes durante todo ou grande parte do tempo em que aprendem e ensinam. Estudando em locais distintos, eles dependem de algum tipo de tecnologia para transmitir informação e lhes proporcionar um meio para interagir (MOORE; KEARSLEY, 2007, p. 1).

O processo educacional no mundo já vinha em torno de utilização de plataformas e também ferramentas tecnológicas, porém, o grupo de profissionais bem como e alunos que faziam parte do universo EAD, estavam mais preparados no que se refere às aulas por intermédio da internet. Porém, longe dessa realidade, o ensino remoto que foi implantando de maneira emergencial, a maioria de professores e alunos não estavam inseridos nessa prática do ensino a distância, tendo de se adequar a essa modalidade rapidamente, surgindo alguns desafios:

Para os docentes o uso de plataformas digitais como WhatsApp, Messenger, Skype, Zoom, Google (Drive, Hangouts, meet, Classroom), entre outros. E para os discentes encontramos uma dificuldade de aprendizagem com nova adequação à nova rotina e principalmente concentração dentro do ambiente familiar.

Esse modelo de ensino, “que antes era adotado, mas não em uma proporção tão grande como nos últimos tempos,” acontece por meio de atividades e processos síncronos e assíncronos em Ambientes Virtuais de Aprendizado (AVA's) (BARBOSA; VIEGAS; BATISTA, 2020).

Entretanto, é notório que para essa aliança funcionar de forma significativa, é necessário que tanto professores quanto os alunos abracem as TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), como ferramentas pedagógicas. Para isso, o educador assume um novo papel, não mais como mero transmissor do conhecimento, mas como um sujeito criador de situações problemas permitindo ao aluno ser um sujeito ativo no processo da aprendizagem (STINGHEN, 2016).

Os AVA's surgem como uma ferramenta útil e presente em todos os processos de modernização da sala de aula, especificamente durante o ensino remoto, em que estamos vivendo com o isolamento social. Porém, nesse aspecto o Brasil como sendo um país em desenvolvimento, nem todos tem acesso a todas tecnologias, tornando ainda maior a desigualdade educacional.

METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO

Metodologias ativas de ensino já são adotadas no ensino superior há mais de um século, estimulando os alunos a deixarem de ter uma conduta “passiva” para poder desenvolver os problemas de maneira ativa.

Como aponta BERBEL (2011) “As metodologias ativas têm o potencial de despertar a curiosidade, à medida que os alunos se inserem na teorização e trazem elementos novos, ainda não considerados nas aulas ou na própria perspectiva do professor.” Além de que, quando o aluno compartilha o seu pensamento em sala de aula e tem essa contribuição estimulada e valorizada pelo professor e pelos alunos, desperta-se sentimentos de engajamento, percepção de competência e de pertencimento, além da persistência nos estudos, entre outras (BERBEL, 2011, p. 4).

Ainda de acordo com BERBEL (2011) as metodologias ativas

“baseiam-se em formas de desenvolver o processo de aprender, utilizando experiências reais ou simuladas, visando às condições de solucionar, com sucesso, desafios advindos das 24 atividades essenciais da prática social, em diferentes contextos.” (BERBEL, 2011, p.5)

Sendo assim o aluno enxerga as situações da sua realidade no processo de ensino e não apenas um conjunto de teorias.

Atualmente temos qualquer informação a um clique do estudante, criando assim características diferentes em relação aos jovens de outras épocas. Este novo cenário leva os estudantes a não desejarem mais saber somente como funciona, mas, a saber como fazer funcionar, isto é, interagir com a realidade (DE SOUZA; VERDINELLI, 2014).

Conforme GUEDES et al. (2015, p.5) “A implantação de metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem consiste em enfrentar muitos desafios, pois o estudante passa a ser o protagonista desse processo e os professores assumem o papel de mediadores”. E para FALCÃO et al. (2017, p.448) “Em um ambiente de aprendizagem ativa, o professor atua como orientador, supervisor, facilitador do processo de aprendizagem, e não apenas como fonte única de informação e conhecimento”.

Dessa forma, é fundamental a utilização de metodologias ativas no ambiente de ensino e que seja pautado na liberdade e autonomia do aluno, assim o mesmo usará seus julgamentos achando possíveis soluções para o problema.

Segundo BARBOSA e MOURA (2013) mesmo com as constantes transformações no processo de ensino o modelo de transmissão de conteúdos de forma passiva, isto é, baseada em uma aprendizagem teórica, ainda é considerado como aspecto central do ensino, em detrimento das metodologias de aprendizagem ativas, que trazem novos enfoques para as aulas, despertando a curiosidade e criatividade do aluno, com novas perspectivas de ensino-aprendizagem (apud SOARES; ALVES; TARGINO, 2017, p. 39).

O tipo de metodologia tradicional que também é passiva, nos remete ao conceito de educação bancária concebido por FREIRE (1983, p. 37), no qual “a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante.” Tornando o estudante alienado no seu próprio processo de aprendizado, já que o mesmo não tem espaço para reflexão crítica, apenas para memorização e repetição quase robótica das informações passadas para ele.

A metodologia ativa de ensino advém da pedagogia problematizadora na qual além de ter como objetivo a dissolução da relação hierárquica entre professor e aluno, também constantemente estimula o discente a pensar de forma crítica e a solucionar problemas, corroborando com os princípios de FREIRE (1996, p. 26) “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

O procedimento metodológico está embasado no levantamento de informações através de pesquisas bibliográficas em publicações online como artigos, legislação, legislação e a busca de dados em instituições renomadas que estudam e tratam sobre o tema.

A partir dessa pesquisa foi possível perceber que mesmo com a alta de pessoas com acesso as ferramentas digitais, isso ainda acontece de forma heterogênea onde uma parte da população ainda parece invisível, por não possuir acesso tecnológico.

O que tornou um grande desafio do ensino remoto, foi manter o vínculo educacional com essa população que não tem acesso a tecnologias, potencializando a exclusão desse povo.

Mesmo as que possuem acesso, as condições em que vivem e são submetidas se mostram, muitas vezes, desfavoráveis à aprendizagem. Muitos têm sido os esforços em mitigar essa carência através da disponibilização de material impressos encaminhados aos alunos sem acesso. Já para aqueles que possuem acesso à internet, restou o desafio de conseguir gerenciar o tempo dentro de casa para poder estudar.

Como aponta MARCOM e VALLE (2020), a função principal da educação não muda pelo fato de vivermos em pandemia. A aprendizagem dos alunos ainda continua sendo o foco das aulas e o professor tem papel fundamental nesse processo. Apesar de ser um enorme desafio, o professor tem em mãos um caminho de possibilidades para conduzir a apropriação dos conhecimentos e o desenvolvimento das ações propostas, fortalecendo os vínculos entre família e escola, que são peças chaves no ensino remoto.

Para LOCKMANN, SARAIVA e TRAVERSINI (2020), o trabalho no ensino remoto provoca uma exaustão profissional. O trabalho do professor vai além da carga horária contratada e o professor encontra-se disponível nos três turnos para planejar ações, alimentar plataformas on-line, realizar web-conferências, corrigir atividades e avaliar os alunos a partir desse novo molde de ensino.

Estamos vivenciando, uma reinvenção da educação, onde escola e família necessitam estar afinadas e alinhadas no processo formativo, educação e emocional de todos os envolvidos. São tantas novas realidades, que requerem novas posturas e atitudes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino remoto, o qual foi adotado em meio a pandemia do coronavírus, trouxe diversas mudanças para o cenário educacional. Alguns assuntos foram colocados em pauta, como a utilização de tecnologias como aliadas em sala de aula, as desigualdades de acesso as tecnologias digitais, a valorização do professor e o quão importante é a participação da família no processo educacional.

É importante ressaltarmos que o ensino nunca mais voltará a ser o que era antes. Embora grandes sejam as desigualdades presentes em nossa sociedade, o ensino remoto abre precedentes para novas formas de aprender e reaprender e para descobrimos um mundo de oportunidades e a amplitude que tem a educação. Os professores vivenciaram novas formas de ensinar, novas ferramentas de avaliação e os estudantes estão podendo vivenciar novas formas de aprender e entender que precisam de organização, dedicação e planejamento para aprender no mundo digital.

Para que haja sucesso no aprendizado é importante que as instituições de ensino mantenham o vínculo com os seus alunos, seja por meio de material impresso ou aula online, tentando ao máximo minimizar os efeitos que a pandemia deixará para a educação. Com essa pandemia, muitas desigualdades ficaram mais aparentes, mostrando que há muito o que avançar contra a evasão escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARCOM, Jacinta Lucia Rizii; VALLE, Paulo Dalla. Desafios da prática pedagógica e as competências para ensinar em tempos de pandemia. In: PALU, Janete; MAYER, Leandro; SCHUTZ, Jenerton Arlan (org.) **Desafios da Educação em tempos de pandemia**. Cruz Alta: Ilustração, 2020.

MARTINS, Vivian; ALMEIDA, Joelma. EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA NO BRASIL: SABERESFAZERES ESCOLARES EM EXPOSIÇÃO NAS REDES. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 4, n. 2, p. 215-224, 2020.

SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice; LOCKMANN, Kamila. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 1-24, 2020.

SIMONS, M.; MASSCHELEIN, J. Sociedade da Aprendizagem e Governamentalidade: uma introdução. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 11, n. 1, p. 121-136, jan./jun. 2011.



Mineiva Medina Rodrigues Silva

Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade São Judas Tadeu (2014).
Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).

O BRINCAR E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

ROSEMEIRE SANTOS DE DEUS LOPES

RESUMO: Por meio desse artigo pretende-se buscar reflexões a respeito do quão importante o brincar representa para o processo ensino aprendizagem. Brincar motiva as crianças a experimentar a aprendizagem por tentativa e erro, sem medo de falhar e sem pressão para atender às expectativas dos adultos. Quando integrado ao contexto escolar, aprender brincando pode fornecer às crianças uma excelente oportunidade de praticar e dominar as habilidades que lhes foram ensinadas, aprender uns com os outros e, o mais importante, direcionar seu próprio aprendizado. Brincar dá às crianças a oportunidade de colaborar e desenvolver habilidades sociais, linguísticas, numéricas, de resolução de problemas e pensamento crítico, todas muito valiosas na vida.

Palavras-chave: Aprendizagem. Erro. Lúdico. Tentativa. Possibilidades.

INTRODUÇÃO

A aprendizagem baseada em jogos e brincadeiras incentiva as crianças a terem suas próprias ideias, a seguir suas próprias linhas de investigação e a escolher como e por que desejam fazer certas coisas.

Além disso, tem muitos benefícios terapêuticos. À medida que as crianças superam marcos de desenvolvimento e diferentes circunstâncias ao longo de suas vidas, a brincadeira pode ajudá-los a lidar com seus sentimentos e experiências.

Observa-se o impacto positivo que a aprendizagem lúdica tem na capacidade de as crianças socializarem e controlarem suas emoções. Além disso, favorece o desenvolvimento da capacidade de resolver problemas, avaliar o sucesso e aprender com os erros experimentando alternativas.

O brincar sempre se constituiu como uma parte importante e marcante da vida do ser humano, pois é um instrumento cultural para o amadurecimento físico e mental, bem como para o desenvolvimento social da vida dos indivíduos.

A educação e sua práxis têm sofrido uma série de mudanças tanto em suas formas de ensino quanto em seus conteúdos e objetivos. Sob essa dinâmica de mudança, cresceu também a preocupação constante do professor em tornar seu processo de ensino e aprendizagem mais duradouro, eficaz e aplicável. Já não basta memorizar uma determinada quantidade de informação, se não for possível identificar a sua utilidade tanto na escola como na vida cotidiana. Por isso, passa a pensar de forma diferente, tanto as suas formas de ensino (didática) como os seus conteúdos (saberes disciplinares), de forma a conseguir consolidar processos educativos mais orientados para a resolução e exploração de problemas, de criatividade do que de um estado de memória, como frequentemente se desenvolve na escola.

Portanto, percebe-se que os jogos e as brincadeiras contribuem significativamente no processo ensino aprendizagem.

OS JOGOS E AS REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

As reflexões que se tem sobre as formas dos processos de ensino-aprendizagem na escola são tão variadas quanto seus recursos. Nesse sentido, as concepções de professores e alunos têm sido permeadas por afirmações sociais como a desvalorização do jogo e do brincar em todas as etapas da aprendizagem e campos do conhecimento, concebendo esta atividade como um desperdício de energia sem sentido. A esse respeito, Huizinga (2000, p. 12) manifesta que o jogo é mais antigo que a cultura e essa ação tem permitido às pessoas construir sua cultura; não é simplesmente um meio de desgaste ou de passar o tempo, pois "como tal, ultrapassa os limites da ocupação puramente biológica ou física, é uma função carregada de significado".

Segundo Vygotsky (citado por NEWMAN; HOLZMAN, 2002, p.99-116):

Numa brincadeira, a criança faz uso espontâneo de sua habilidade de separar significado de um objeto sem saber que está fazendo isso, exatamente como não sabe estar falando em prosa, mas fala sem prestar atenção nas palavras. [...]. Assim de conceitos ou objetos, as palavras se tornam partes de uma coisa. Em certo sentido uma criança brincando está livre para determinar suas próprias ações, mas em outro, esta é uma liberdade ilusória, pois suas ações estão de fato subordinadas aos significados das coisas, e ela age de acordo com eles.

Diversas investigações nos últimos anos têm buscado considerar os jogos e brincadeiras elementos importantes no desenvolvimento integral não só das crianças, mas dos sujeitos em qualquer fase de suas vidas. Autores de diferentes áreas do conhecimento têm trazido contribuições das quais são extraídos elementos importantes para o entendimento de sua incidência no desenvolvimento do homem e da sociedade. Do campo pedagógico Fröbel (citado em HELMUT, 1993), por exemplo, em seus estudos afirmou que o brincar favorece o desenvolvimento do cérebro e a formação do caráter, enquanto Groos (citado em MARTÍNEZ e VILLA, 2008) o considera um exercício preparatório para o maturação e desenvolvimento do pensamento.

Por outro lado, autores como Sigmund Freud e Melanie Klein (citados no Raznoszczyk de Schejtman, sd) pensavam que o jogo é de origem biológica, considerada um efeito puramente físico e não um processo evolutivo. Nisso, a criança é movida por seus desejos e impulsos, trata-se da possibilidade de liberar emoções reprimidas, de fantasiar sobre a impossibilidade de tornar um pensamento um acontecimento real, é uma associação entre o que é real e o que é imaginário. Através das brincadeiras, a criança consegue controlar os acontecimentos angustiantes do seu dia a dia.

FERREIRA (2009, p.1) afirma que:

[...] brincar é uma necessidade básica assim como é a nutrição, a saúde, a habitação e a educação. Brincar ajuda a criança no seu desenvolvimento físico, afetivo, intelectual e social, pois, através das atividades lúdicas, a criança forma conceitos, relaciona ideias, estabelece relações lógicas, desenvolve a expressão oral e corporal, reforça habilidades sociais, reduz a agressividade, integra-se na sociedade e constrói seu próprio conhecimento.

Por outro lado, Lev Vygotsky considera que o jogo vai além de uma simples ação biológica, que produz prazer e é espontâneo; Isso identificou seu valor como elemento integrante fundamental no desenvolvimento cognitivo das crianças, e que possibilita a criação da zona de desenvolvimento proximal, sem a qual os processos cognitivos superiores não poderiam ser desenvolvidos (VYGOTSKY, 2000), momento em que deve ser levado em consideração tanto o contexto em que a criança está envolvida, quanto as representações que se geram com o jogo e o ato de brincar.

Nesse sentido, processos cognitivos complexos se desenvolvem na ação de brincar, levando a pessoa que joga a desenvolver uma série de relações e associações do que já conhece com novos elementos em que o outro desempenha um papel importante e não necessariamente um par.

Quando uma pessoa joga, seu cérebro produz uma série de substâncias como a dopamina, que atua no sistema nervoso e com as quais se fortalece a memória corporal e muscular. Além disso, durante o ato de brincar, é produzida a serotonina, que regula a ansiedade e o humor, e a acetilcolina, que promove um estado de atenção, aprendizado e memória. O brincar também gera uma série de neurotransmissores como as encefalinas e endorfinas, responsáveis por gerar tranquilidade, bem-estar e felicidade, estados propícios ao desenvolvimento de um ser criativo e inovador; “É assim que esses neurotransmissores produzidos pelo cérebro humano são básicos para a criação de novos seres fantásticos no nível da criatividade humana” (JIMENEZ, 2005, p. 113).

O JOGO NA FASE INFANTIL

O jogo na fase infantil é de grande importância, pois por meio dele a criança desenvolve seu aprendizado. No entanto, tem sido vista como uma atividade exclusiva para crianças, ignorando o caráter lúdico do ser humano. Brincar vai além de uma função reprodutiva ou biológica. Este contém uma série de significados para o jogador e esta condição lhe permite realizar processos mentais que favorecem o desenvolvimento da criatividade, imaginação, afetividade, motricidade e sociabilidade em qualquer fase

da vida, uma vez que produz uma transformação de si mesmo e do ambiente, ao mesmo tempo que tem grande potencial em contextos educacionais como

uma atividade altamente potencializadora para a aprendizagem do ser humano, de sua evolução cognitiva, afetiva e social; É um processo por meio do qual se constrói e se transforma com liberdade e alegria, e o aluno é motivado de forma autônoma, dinâmica e criativa para realizar seu próprio processo de aprendizagem (MELO e BARBOSA, 2014, p. 61).

As práticas educativas que os autores desenvolveram durante as suas práticas em sala de aula mostraram que, por meio do brincar, se aprende, e que é um elemento que potencializa o desenvolvimento dessas aprendizagens. Porém, o que professores e alunos pensam sobre a contribuição da inserção dessa atividade no contexto escolar deve ser levado em consideração.

Frequentemente, para o estudo das concepções dos professores sobre o ensino e a aprendizagem, são utilizados modelos teóricos e conceituais de tópicos específicos. Pode-se inferir que as concepções têm em vista um juízo avaliativo sobre o que se acredita, o que se sabe e o que se expressa sobre uma determinada realidade.

Conhecer as concepções do professor, considerando-o sujeito crítico e reflexivo, capaz de tomar decisões racionais, permite-nos compreender tanto os seus posicionamentos como as suas atitudes perante o seu trabalho e profissão, uma vez que cada um determina a forma de orientar as suas práticas, no caso educacional do currículo, ao mesmo tempo que oferece respostas a ele sem se desviar dos regulamentos de cada instituição, pois, embora haja autonomia para os mecanismos de ensino, eles devem ser desenvolvidos sob os parâmetros mínimos já estabelecidos nas leis educacionais.

Maria Cristina Rau (2007), afirma que:

É assim que o lúdico pode ser visto como um recurso facilitador da aprendizagem para as crianças e os jogos podem ser aplicados como desafios cognitivos, não bastando apenas constatar se certas habilidades de acordo com os objetos propostos pelo educador, mas também adequar as propostas aos interesses dos alunos, (RAU, 2007, p. 86)

As concepções sobre o brincar permeiam direta ou indiretamente o trabalho do professor e do aluno e afetam, em certa medida, o desenvolvimento do currículo, a partir de seu próprio estilo de aprendizagem. No caso do professor, suas concepções são consideradas válidas o suficiente para promover o pensamento de seus alunos e moldar, em certa medida, seu comportamento. Este enfatiza sua prática educativa em seus modos de pensar, mas não nas novas tendências que podem ser geradas espontaneamente em sala de aula, apresentando certa resistência à mudança.

Tendo em vista a forte incidência que o conceito de ensino adquire nas formas e nos conteúdos das práticas educativas, pode ser determinado como uma variável com forte componente cognitivo que permite a reflexão, e deriva das crenças e valores de uma mesma disciplina, que lhe confere um significado particular e único e dá sentido ao desenvolvimento de comportamentos tanto de quem ensina como de quem recebe o ensino.

Da mesma forma que as concepções do professor facilitam a compreensão de seu trabalho, é importante conhecer e compreender o pensamento dos alunos diante de seus processos de aprendizagem, pois tudo o que envolve o jovem permeia seu pensamento.

A motivação do aluno tem forte influência no seu processo de aprendizagem, bem como no contexto sociocultural, nos recursos disponíveis para o desenvolvimento educacional e nos métodos utilizados para a realização das atividades de trabalho docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O brincar é considerado uma atividade universal e as crianças costumam ser retratadas como tendo um desejo e capacidade inerentes pelas brincadeiras e pelos jogos.

Brincar é a característica definidora do desenvolvimento humano: o impulso está embutido em nós e não pode ser suprimido.

É por isso que uma abordagem baseada em jogos e brincadeiras envolve tanto a aprendizagem iniciada pela criança quanto a aprendizagem apoiada pelo professor. O professor incentiva a aprendizagem e a investigação das crianças por meio de interações que visam levar seu pensamento a níveis mais elevados.

As crianças aprendem melhor por meio de experiências em primeira mão - a brincadeira motiva, estimula e apoia as crianças no desenvolvimento de habilidades, conceitos, aquisição de linguagem, habilidades de comunicação e concentração. Durante as brincadeiras, as crianças usam todos os seus sentidos, devem transmitir seus pensamentos e emoções, explorar seu ambiente e conectar o que já sabem com novos conhecimentos, habilidades e atitudes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERREIRA, Livia. **A Importância do Lúdico na Educação Infantil**. Disponível em <http://www.artigonal.com/educacao-infantil-artigos/a-importancia-do-ludico-naeducacao-infantil-1230873.html>. Acesso em 12 dez 2021.
- HELMUT, H. Friedrich Fröbel (1872-1852). **Perspectives: Quarterly Journal of Comparative Education**, XXIII (3-4), 501-519. 1993.
- HIUZINGA, J. **Homo Ludens**. Espanha: Alliance / Emecé. 2000.
- MARTÍNEZ, E. e VILLA, S. EL JUEGO COMO ESCUELA DE VIDA. Karl GROOS. **Magister: Miscellaneous Research Magazine**, (22), 7-22. 2008.
- NEWMAN, Fred; HOLZMAN, Lois. **Lev Vygotsky: cientista revolucionário**. São Paulo: Loyola, 2002.
- RAU, Maria Cristina Trois Dorneles, **A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica**. Curitiba, Ed. Ibpex, 2007.



Rosemeire Santos de Deus Lopes

Graduação em Pedagogia, na Universidade Bandeirantes, em 2009. Licenciatura em Artes Visuais, pela Faculdade Mozarteum, em 2017. Pós-Graduação em Arte e educação, pela Faculdade Alvorada Plus, em 2016. Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo.

DISLEXIA E A INTERVENÇÃO DO PSICOPEDAGOGO

SIRLENE XAVIER TEIXEIRA

RESUMO: Esse artigo pretende buscar reflexões sobre as práticas psicopedagógicas para trabalhar com disléxicos, a fim de orientar os pais e a escola para promover o desenvolvimento e facilitar a aprendizagem destes sujeitos. A Dislexia é classificada como alteração nos neurotransmissores cerebrais que impede a conexão adequada entre as áreas da visão, audição e coordenação motora, dificultando o reconhecimento das letras e números. Entende-se que, a função do professor é mais educativa, enquanto o psicopedagogo tem a função reeducativa, ou seja, intervirá, analisando mudar as causas que levaram o indivíduo a situação de não aprendizagem e tratar essas alterações de aprendizagem. Para contribuir com os disléxicos e facilitar o seu aprendizado devem-se aplicar atividades adaptadas, pois, desta forma, o psicopedagogo orientará o professor e a família, através de intervenções que auxiliarão no sistema de ensino/aprendizagem e na resignificação do desenvolvimento da leitura e escrita, resultando com os objetivos propostos.

Palavras-chave: Avaliação. Educação. Docentes. Inclusão. Psicopedagogia. Transtornos de aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como foco discutir as práticas psicopedagógicas para trabalhar com crianças disléxicas, têm como objeto de estudo a dislexia. De acordo com a Associação Brasileira de Dislexia (ABD, 2016), esta é classificada como alteração nos neurotransmissores cerebrais que impede a conexão adequada entre as áreas da visão, audição e coordenação motora, dificultando o reconhecimento das letras e números. Com base nesta afirmação entendemos que a identificação precoce e o processo adequado de intervenção são essenciais para reduzir os efeitos desfavoráveis da dislexia.

Sendo assim, percebe-se a importância do papel do professor em ter a formação e o conhecimento em relação a essa dificuldade, para que o docente possa identificar e ajudar o sujeito aprendente, pois os sintomas da dislexia surgem no período de alfabetização ou nos primeiros anos do ensino fundamental.

Compreende-se que a função do professor é mais educativa, enquanto o psicopedagogo tem a função reeducativa, ou seja, intervirá, analisando mudar as causas que levaram a criança a situação de não aprendizagem e tratar essas alterações de aprendizagem.

Neste sentido, para Leal e Nogueira (2011), o tratamento da dislexia se dá na reeducação da linguagem escrita e compete ao psicopedagogo, a partir do diagnóstico completo, fazer uma preparação para cada etapa do atendimento individualizado. Compreende-se que o psicopedagogo deve orientar a escola para que ela assegure as adaptações pedagógicas fundamentais para que a criança se desenvolva da melhor maneira possível durante o acompanhamento, pois sabe-se que não há cura plena para esta dificuldade, mas sim melhoras progressivas. Portanto, deve-se deixar nítido para a criança, para os pais e a escola, que ela deverá seguir em frente nos estudos mesmo diante das dificuldades de leitura e escrita.

Neste artigo será comentado, à luz da importância da capacitação dos professores, do auxílio da família e da orientação do psicopedagogo, acerca da dislexia e de direcionar para a melhor intervenção, através de atividades adaptadas e do apoio da equipe multidisciplinar, a fim de contribuir com o desenvolvimento do disléxico.

CONCEITO

Para Sampaio (2017), a dificuldade ou transtorno de aprendizagem, caracteriza-se como um transtorno em um ou mais processos psicológicos, que resultam na compreensão ou no uso da linguagem escrita, trazendo habilidade inferior para escutar, falar, ler, escrever, soletrar ou fazer cálculos

matemáticos. Podemos citar como transtornos as dislalias, disfasias, dislexias, disgrafias, discalculias, transtorno não verbal do aprendizado.

É notória a diferença para os problemas de aprendizagem, que podem se manifestar, em função de uma metodologia não adequada, pela ausência de acesso à cultura, dificuldades financeiras, docentes que possuem uma má formação e não relacionam os conteúdos com a realidade.

Segundo RODRIGUES e CIASCA (2016), a dislexia é uma dificuldade de aprendizagem, de origem neurológica que afeta na aquisição e fluência da leitura e escrita. Com base em sua afirmação entendemos que a identificação precoce e o processo adequado de intervenção são essenciais para reduzir os efeitos desfavoráveis da dislexia.

A definição de dislexia utilizada pela International Dyslexia Association - IDA, diz que:

A dislexia é uma deficiência de aprendizagem específica de origem neurobiológica. É caracterizada por dificuldades com reconhecimento exato e / ou fluente de palavras e por habilidades de descodificação e de má qualidade. Essas dificuldades geralmente resultam de um déficit no componente fonológico da linguagem que muitas vezes é inesperado em relação a outras habilidades cognitivas e ao fornecimento de instrução efetiva em sala de aula. As consequências secundárias podem incluir problemas na compreensão de leitura e experiência de leitura reduzida que podem impedir o crescimento do vocabulário e do conhecimento de fundo. (IDA, 2002, s/p)

Compreende-se a leitura como um processo linguístico em que a criança menciona a sonoridade das letras e vai decodificando os símbolos escritos e compreendendo as informações incluídas em um texto. Sendo assim, a alfabetização se dá no aprendizado da leitura e da escrita, ou seja, quando a criança é capaz de reconhecer as letras. De acordo com CUNHA e CAPELLINI (2011), o sucesso na leitura requer que o leitor aplique conhecimento da ortografia da linguagem para conseguir decodificar palavras novas e desconhecidas.

Neste sentido, o professor deve trabalhar estratégias eficientes para a compreensão da leitura, por meio da construção de perguntas, pois ler vai além do que decifrar códigos ou reconhecer letras e formar palavras, ler é dar sentido às palavras e fazer a leitura do mundo, pois somente assim, será possível construir conhecimentos.

SINTOMAS

Para melhor entendimento, pode-se ressaltar a divisão da dislexia em três tipos. Com base em Jardini (apud LEMOS, 2016), apresenta-se a divisão entre a dislexia predominantemente visual, a predominantemente fonológica e a mista, mostrando breves sintomas:

Sintomas da predominantemente visual: inversões (letras, sílabas, palavras, frases); omissões (letras, sílabas, palavras, linhas); aglutinação das palavras na frase; trocas espaciais (b/d, p/q); dificuldade com coordenação e ritmo; espelhamento resistente (além dos cinco anos) de números e letras. Sintomas da predominantemente fonológica: troca de letras que representam sons surdos/sonoros (p/b, t/d, k/g, f/v, x/j, s/z); troca de arquifonemas, trocas vogais e nasais; dificuldade na produção de textos com sequência lógica; dificuldade na detecção de sons e ritmos. Dislexia Mista: apresenta uma junção ou a presença de características citadas anteriormente, pois se deve lembrar de que muitos descritos são comuns aos dois tipos. (Jardini apud Lemos, 2016, s/p)

Para CARIDÁ e MENDES (2012), os estudos mais recentes têm demonstrado que os disléxicos têm disfunções nos níveis pré-frontal, parietal e temporal inferior. No entanto, os pesquisadores buscam provas em relação ao cérebro dos disléxicos, o que torna necessário o diagnóstico multidisciplinar.

A dislexia “não é uma doença, mas uma dificuldade de aprendizagem.” Qual seria o motivo dessa diferença? Compreende-se esta afirmação, pois se tratando de uma dificuldade de aprendizagem a dislexia não teria cura, é algo que acompanha o sujeito pelo resto da vida.

Por se tratar de um fator hereditário, a dislexia não tem cura, mas tem tratamento, se a criança estiver com professores bem informados à dislexia poderá ser detectada precocemente, pois desde pequena a criança apresenta alguns sinais que indicam as suas dificuldades, e isto contribuirá para iniciar o tratamento junto à equipe multidisciplinar.

O dislexo geralmente demonstra insegurança e baixa autoestima, sentindo-se triste e culpado. Muitos se recusam a realizar atividades com medo de mostrar os erros e repetir o fracasso. Com isto, criam um vínculo negativo com a aprendizagem, podendo apresentar atitude agressiva em relação a professores e colegas. (Sampaio, 2017, p. 114)

No entanto, para acabar com essa visão negativa com a aprendizagem é importante criar um vínculo entre o professor e o aluno, pois é por meio de uma relação afetiva e acolhedora que o dislexo se sentirá seguro para seguir e construir as suas aprendizagens. Pois, uma das funções do vínculo é dar a sensação de proteção e aconchego, ou seja, transferir para o educador a relação que teria com os seus familiares.

Com base em Condemarím (apud SAMPAIO, 2017), alerta alguns fatores que deverão ser descartados: imaturidade para aprendizagem; problemas emocionais; métodos defeituosos de aprendizagem; ausência de cultura e incapacidade geral para aprender, por isso neste sentido, os profissionais devem estar atentos a estes sinais para não avaliarem a criança de forma errônea.

Em relação à permanência no erro ou incômodo e dificuldade para escrever, destaca-se que existem nestes casos circunstâncias ligadas à metodologia escolar que podem levar a esses comportamentos diante da aprendizagem. Situações essas são suscetíveis a apurações e não devem ser ditas como sintomas da dislexia.

A PSICOPEDAGOGIA

Para Bossa (2000), a identificação das causas dos problemas de aprendizagem requer uma intervenção especializada. A área responsável ao estudo do processo de aprendizagem é a Psicopedagogia, para a compreensão deste processo e os elementos que podem facilitar ou prejudicar, busca o conhecimento na Psicologia, na Psicanálise, na Psicolinguística, na Pedagogia, na Neurologia e outras.

Os psicopedagogos são, portanto, profissionais preparados para a prevenção, o diagnóstico e o tratamento dos problemas de aprendizagem escolar. Através do diagnóstico clínico ou institucional, identificam as causas da problemática e elaboram o plano de intervenção. Para realizar o diagnóstico clínico, o psicopedagogo utiliza recursos como testes, desenhos, histórias, atividades pedagógicas, jogos, brinquedos, etc. Esses recursos se constituem num importante instrumento de linguagem e revelam dados sobre a nossa vida, que muitas vezes são segredos para nós mesmos. Com base nestes dados é elaborado o plano de intervenção. Na escola, o psicopedagogo institucional vai atuar junto aos professores e outros profissionais para melhoria das condições do processo ensino-aprendizagem, bem como para a prevenção dos problemas de aprendizagem. Por isso, é muito importante que a escola tenha um psicopedagogo institucional. (Bossa, 2000, p. 12)

Na escola a intervenção tem um caráter preventivo, só uma avaliação psicopedagógica pode assegurar aos pais a orientação adequada e o encaminhamento ao profissional que vai resolver o problema. Na clínica, o psicopedagogo ajuda nas dúvidas e correções, propõe atividades para construir habilidades e competências, ajudando a encontrar o melhor modo de estudar.

Ainda na clínica, conversará com os pais e orientará sobre a melhor forma de ajudar a criança, pedir a ajuda de outros profissionais quando necessário e ir a escola conversar com o professor(a), a fim de investigar as causas das dificuldades do aprendente para poder fazer a intervenção e contribuir no seu processo de ensino/aprendizagem.

AVALIAÇÃO E TRATAMENTO

A esse respeito DÍAZ (2011), expõe que a intervenção psicopedagógica, tanto do lado diagnóstico como terapêutico, repousa em uma atividade prática que ainda se fundamenta no teórico e se afirma na prática, em que o psicopedagogo vai exercendo as habilidades pertencentes e formando a sua própria aptidão.

A equipe de profissionais antes de avaliar se uma criança possui ou não dislexia, é necessário fazer a avaliação multidisciplinar e de exclusão. Pois, entende-se que é preciso verificar fatores como: déficit intelectual,

disfunções ou deficiências auditivas e visuais, lesões cerebrais (congenitas e adquiridas), desordens afetivas anteriores ao processo de fracasso escolar (com constantes fracassos escolares o disléxico irá apresentar prejuízos emocionais), mas estes não são consequências, não a causa da dislexia. (ABD, 2016, s/p)

Logo, a função do professor é mais educativa, no entanto é muito importante o parecer da escola, dos pais, e levantar a história da criança por meio de um relatório que será útil para a avaliação da equipe multidisciplinar.

De acordo com CARIDÁ e MENDES (2012), a identificação precoce ou a identificação antecipada das crianças com risco para dislexia é fundamental para a diminuição dos riscos de perda cognitiva e, futuramente, a lacuna escolar certamente será menor.

O psicopedagogo tem a função reeducativa, ou seja, intervirá, e definir estratégias de intervenção, analisando mudar as causas que levaram a criança a situação de não aprendizagem e tratar essas alterações de aprendizagem, vislumbrando alcançar o sucesso escolar de crianças e adolescentes, que refletirá no êxito acadêmico, através do suporte recebido pela escola, família e dos profissionais envolvidos.

Para LEAL e NOGUEIRA (2011), o tratamento da dislexia se dá na reeducação da linguagem escrita e compete ao psicopedagogo, a partir do diagnóstico completo, fazer uma preparação para cada etapa do atendimento individualizado. O psicopedagogo deve orientar a escola para que ela assegure as adaptações pedagógicas fundamentais para que a criança se desenvolva da melhor maneira possível durante o acompanhamento, pois se sabe que não há cura plena para esta dificuldade, mas sim melhoras progressivas.

Se não houver acompanhamento adequado, o adulto apresentará continuada dificuldade na leitura e escrita, memória imediata prejudicada, dificuldade na aprendizagem de uma segunda língua, dificuldade de nomear objetos e pessoas (disnomia), aspectos afetivos emocionais prejudicados, trazendo como consequência: depressão, ansiedade, baixa autoestima e, algumas vezes, o ingresso para drogas e álcool. (Soares, et al., 2010, p. 214)

Deve-se deixar nítido para a criança, para os pais e a escola, que ela deverá seguir em frente nos estudos mesmo diante das dificuldades de leitura e escrita, por isso devem encontrar indivíduos que os incentive a desenvolver a autoestima e, dessa maneira, dará novo significado no método de construção do aprendizado.

Para que o aprendiz se desenvolva, o meio precisa ser estimulante, pois a criança se alfabetiza com mais aptidão quando entra em contato com o material impresso com antecedência, quando entende a finalidade da escrita, tendo experiências com sinais gráficos, por meio de livros diversos, constroem comportamentos positivos podendo tornar-se melhores leitores. É importante o estímulo para que ocorra o método de comunicação, que se dá através de conversa, canto, leitura e brincadeiras.

O PAPEL DA ESCOLA

As crianças com dificuldades de aprendizagem necessitam de uma aula dinâmica, pois sabe-se da dificuldade para ter a atenção destes alunos, portanto cabe ao docente planejar uma aula criativa, a fim de contribuir para que o aprendizado seja estimulante para a criança.

O professor conseguirá ajudar a criança, trabalhando com rimas, solicitando que identifiquem grupo de palavras com determinado sufixo ou prefixo, ou ainda que comecem com determinada letra. Fazer cartões contendo desenho de palavras que rimam, para que as crianças possam fazer esta classificação, buscar em revistas palavras que rimam, trabalhar com músicas e poesias que rimam, são formas por meio das quais o professor pode ajudar uma criança a desenvolver sua consciência fonológica, amenizando as dificuldades (em virtude de uma má leitura adquirida por meio de métodos defeituosos, ou a dislexia) (SAMPAIO, 2017, p. 115).

O papel da escola é muito importante para ajudar as crianças que possuem dificuldades de aprendizagem, será que os professores sabem lidar com estas dificuldades em sala de aula? Para auxiliar nestas questões, é importante a presença do psicopedagogo institucional, este profissional orientará os professores e adaptará os conteúdos, de modo que possa prevenir ou corrigir as dificuldades. Cabe ao professor trazer o conhecimento de forma criativa e significativa para os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo tem como objetivo conhecer a dislexia e investigar como se dá a avaliação e o seu tratamento, e compreender a importância da intervenção psicopedagógica e a sua contribuição em relação aos pais e professores. Para que isso seja possível, investigou-se as práticas psicopedagógicas para trabalhar com disléxicos.

Em função disso, espera-se contribuir para um melhor entendimento de trabalho tanto na escola, como na família com a criança disléxica, facilitando o seu aprendizado através de atividades adaptadas. Desta forma, o psicopedagogo orientará o professor e a família, através de intervenções que ajudam no sistema de ensino/aprendizagem e na resignificação do desenvolvimento da leitura e escrita.

Neste sentido, é muito importante o papel do psicopedagogo na instituição orientando os professores, que devem exercer o papel de facilitadores e orientadores, e o trabalho em equipe, contribuirá por meio de um ambiente estimulante no desenvolvimento de atividades adaptadas, a fim de alcançarem o desenvolvimento e aprendizagem dos disléxicos.

Assim sendo, espera-se que este artigo possa contribuir com os professores através do conhecimento das práticas com atividades adaptadas: trabalhando com a consciência fonológica, com leituras que motive o prazer do aprendiz por esta, e atividades multissensoriais; a fim de que os disléxicos vivenciem experiências significativas e geradoras de mudanças. E que possa apoiar novas pesquisas sobre este tema, e que sirva de base para os que buscam mais conhecimentos acerca da dislexia.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA – ABD, 2016. Disponível em: <http://www.dislexia.org.br>. Acesso em: 31.05.2017.
- BOSSA, Nadia A. **Dificuldades de aprendizagem: O que são? Como tratá-las?** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- CARIDÁ, Débora Alcântara Prósperi; MENDES, Mônica Hoehne. A importância do estímulo precoce em casos com risco para dislexia: um enfoque psicopedagógico. **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**. 2012; 29(89):226-235. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862012000200006. Acesso em 07.10.17.
- CUNHA, Vera Lúcia Orlandi; CAPELLINI, Simone Aparecida. Habilidades metalinguísticas no processo de alfabetização de escolares com transtornos de aprendizagem. **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**. 2011; 28(85):85-96. Disponível em: <http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/183/habilidades-metalinguisticas-no-processo-de-alfabetizacao-de-escolares-com-transtornos-de-aprendizagem>. Acesso em 07.10.17.
- DÍAZ, Félix. **O Processo de Aprendizagem e seus Transtornos**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- INTERNATIONAL DYSLEXIA ASSOCIATION – IDA, 2002. Disponível em: <https://dyslexiaida.org/definition-of-dyslexia/>. Acesso em: 18.06.2017.
- LEAL, Daniela; NOGUEIRA, Makeliny Oliveira G. **Dificuldades de aprendizagem: um olhar psicopedagógico**. Curitiba: Ibpe, 2011.
- LEMONS, Jessica. Dislexia: É preciso entender e intervir neste transtorno de aprendizagem, Khorá: **Revista Transdisciplinar**, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 4, 2016.
- RODRIGUES, Sônia das Dores; CIASCA, Sílvia Maria. Dislexia na escola: identificação e possibilidades de intervenção. **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**, São Paulo, v. 33, n. 100, p. 86-97, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862016000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em : 24.05.2017.
- SAMPAIO, Simaia. **Dificuldades de aprendizagem: a psicopedagogia na relação sujeito, família e escola**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.
- SOARES, Helenice Maria Abrantes; REIS, Marcela Pi Rocha; AQUINO, Kerley Oliveira; ASSIS, Jadson Rabelo. Diagnóstico precoce da dislexia: importância da equipe multidisciplinar. **Revista Mineira de Educação Física**. 2010;5:209-18. Disponível em: <http://revistamineiraefi.nobugs.com.br/artigos?start=1419>. Acesso em 07.10.17.



Sirlene Xavier Teixeira

Graduada em Pedagogia, pela Universidade Paulista (UNIP) em 2008. Pós Graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional, pela Faculdade Campos Salles em 2017 (FICS). Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGENS E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NA EDUCAÇÃO

VANDA DE LIMA RODRIGUES

RESUMO: O presente artigo teve por objetivo investigar os distúrbios de aprendizagem mais corriqueiros na Educação Infantil e no começo do Ensino Fundamental, bem como seus desdobramentos: professor, educação e família. Sabe-se que nem todos os alunos possuem o mesmo ritmo de aprendizado e que muitas vezes não conseguem alcançar os resultados esperados para o ano no qual estão matriculados. Existem inúmeras explicações para isso, porém, as mais comuns são a didática ou a metodologia utilizada pelo professor, e a mais comumente identificada: fatores ligados ao campo neurológico. Assim, o presente artigo traz discussões a respeito desses distúrbios e as questões neuropsicológicas que envolvem a aprendizagem, a partir de levantamento bibliográfico a respeito do tema. Os resultados indicaram que a observação do professor é de suma importância a fim de que não haja maiores comprometimentos em relação ao desenvolvimento e a aprendizagem, quando ocorre uma constatação tardia.

Palavras-chave: Acompanhamento. Aprendizagens. Desenvolvimento. Transtornos.

INTRODUÇÃO

Os distúrbios compreendem problemas que trazem consigo perdas físicas, emocionais, sensoriais, intelectuais, entre outras. Nesse contexto, o mau desempenho é uma consequência: rendimento escolar, habilidades cognitivas e escolaridade abaixo do esperado para a faixa etária e a série no qual está inserido. Em ambos os casos, o professor é o primeiro a entrar em contato com essas dificuldades, o que o torna também responsável por encaminhar estratégias que auxiliem esse estudante e para que possa junto à família encaminhá-lo a um atendimento especializado.

Entre os distúrbios de aprendizagem mais comuns, podemos destacar dois em especial: Dislexia: talvez o maior distúrbio encontrado em sala de aula, provoca no aluno dificuldades quanto à leitura, escrita e soletração; e TDAH: Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade ocasiona dificuldades em desenvolver as tarefas.

Por possuir um valor cultural, a aprendizagem é significativa para conviver em sociedade. Mas, por conta da universalização das escolas, houve também o aumento das queixas quanto aos alunos com dificuldades/ distúrbios de aprendizagem que muitas vezes não tem acesso aos recursos necessários.

Em segundo lugar, a formação profissional, infelizmente. Muitas vezes, o professor se depara com inúmeras situações, mas, não consegue definir corretamente as dificuldades e os distúrbios de aprendizagem. Por isso, é interessante que ele saiba identificar e lidar com essas dificuldades, pois, uma intervenção realizada a tempo, pode influenciar positivamente, toda a trajetória escolar do aluno.

Em terceiro lugar, podemos elencar a família. Muitas vezes os próprios pais não aceitam o fato de que o filho apresenta algum tipo de distúrbio, ignorando esse fato e fechando os olhos, esquecendo-se que independentemente do que ocorra, este estudante necessita de maiores cuidados e acompanhamento, para que ele possa se desenvolver plenamente.

Por isso, é fundamental em sala de aula que o professor tenha sensibilidade, proporcionando diferentes intervenções, para auxiliar os alunos, para que estes ultrapassem suas dificuldades e se desenvolvam de forma plena e autônoma.

DISTÚRBIOS REFERENTES À APRENDIZAGEM

Quanto a aprendizagem é preciso explicar que a mesma ocorre basicamente em três estágios: a Sub Aprendizagem, que estabelece relação com o assunto, porém não assimila; a Aprendizagem Simples, em que se estabelece relação com o assunto, presta-se atenção, mas não se memoriza; e a Superaprendizagem, onde se entra em contato com o assunto, presta-se atenção, assimila e memoriza.

Assim, existem vários sintomas e distúrbios parecidos com a dislexia, dentre eles a disgrafia na qual não há coordenação entre visão e coordenação motora; a disortografia que é a dificuldade na expressão da linguagem escrita; a limitrofia, que se trata de um grau leve de autismo; e a dislalia onde ocorre a má pronúncia das palavras, podendo ser ocasionada pela má formação ou alterações no formato bucal (FONSECA, 2014).

Além disso, ainda segundo o autor, tem-se os distúrbios de estruturação e sintaxe, onde o indivíduo não tem organização com relação aos pensamentos, não controlando-os; as dislexias centrais, divididas em dislexia de superfície, que é basicamente afalta de leitura das palavras; a dislexia fonológica que se caracteriza pela incapacidade para a leitura de não palavras, como os símbolos; a dislexia profunda que se assemelha a dislexia fonológica, mas com a diferença de que nesta dislexia, há presença de paralisia; e a dislexia adquirida causada por um acidente qualquer afetando a oxigenação do cérebro, como no caso do popular derrame.

Ou seja, muitas vezes, sintomas da dislexia singular/primária apresentam desde a primeira infância certo atraso com relação ao desenvolvimento da fala e da linguagem e do desenvolvimento visual. No caso da dislexia comum ou correlata, os problemas de linguagem aparecem associados a lateralidade e a confusão entre distinguir lados direito e esquerdo. A específica ou secundária caracteriza-se pelo baixo desempenho em compreensão na leitura, dificuldade ou ausência de alfabetização.

A relativa ou artificial traz consigo problemas voltados para a atenção e visões espaciais. (FONSECA, 1995)

No caso da dislexia ocasional, a mesma é causada por fatores externos e que aparecem ociosamente, podendo ser causada por esgotamento do sistema nervoso ou estresse. (FONSECA, 2014)

O tratamento é na realidade, um treinamento a fim de que o indivíduo desenvolva uma vida tão independente quanto possível. Basicamente a técnica mais usada é a comportamental. A arte de curar pela Arte mostra justamente a facilidade do uso da música para atingir o cérebro lesionado.

Assim, para desenvolver essas habilidades na infância e para que a Psicomotricidade contribua com a ação do sistema nervoso sobre a musculatura como resposta a estímulos, onde é preciso utilizar materiais pedagógicos que estimulem o raciocínio, além dos recursos psicomotores, utilizando-se objetos como jarros e copos de vidro, contendo líquidos coloridos para serem manuseados focando-se na lateralidade. Objetos que possibilitem o contato com distintas formas de superfícies, lisas e ásperas, trabalhando profundidade, largura, altura e peso contribuem para os esquemas cognitivos, podendo-se representar uma descoberta do mundo ou uma nova maneira de comunicação. (OLIVIER, 2011)

Nesse caso, a Psicomotricidade é um movimento que possui ingerência do intelecto e do afeto, onde a música e a arte são dois especiais mediadores para essa ação.

Uma grande contribuição de Vygotsky a fim de incluir os estudantes diz respeito à Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), pois, a socialização de certa forma pode criar uma distância entre o que o aluno é capaz de realizar de forma autônoma e o que ele faz em colaboração com os outros. Quanto maior for o contato social, mais complexo e rico será, desenvolvendo diferentes áreas da aprendizagem, principalmente a da linguagem. (CUNHA, 2014)

Assim, o professor deve observar, perceber e registrar o que vê, levando em consideração que não são as dificuldades que possuem maior peso, mas, sim as virtudes e as possibilidades sobre as quais virá o trabalho pedagógico.

Normalmente, essas questões dificilmente passam despercebidas, observando-se no aluno as relações potenciais cognitivas e motoras, suas situações emocionais como a autoestima e o seu comportamento. Já com relação a turma, as relações que se estabelecem devem apresentar valor tanto entre alunos, quanto nas relações entre estes e os professores. (SISTO, 2007)

No caso da equipe pedagógica, as expectativas quanto aos alunos são a observação em sua atuação, o uso de modelos didáticos e o desenvolvimento de critérios de avaliação, além da flexibilidade para adaptar o currículo e a metodologia de ensino. E ainda a relação com as famílias, podendo oferecer apoio a estes com relação ao aluno e o posicionamento da escola. (FERREIRA, 2011)

CONCEPÇÃO NEUROPSICOLÓGICA DA PRAXIA E A APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS

Para Mutschele, autora do Livro Problemas de Aprendizagem da Criança, a evolução do esquema corporal dá-se através das primeiras sensações no bebê, onde

aproximadamente aos cinco meses entra-se o jogo das mãos e dos pés, e aos nove meses desenvolvimento motor, permitindo-lhe impressões novas sobre as percepções e a motricidade, ou seja, o andar, o sentar-se e o virar-se.

Quanto a lateralidade, é o uso que as pessoas fazem de uma das duas partes de seu corpo, envolvendo questões neurológicas, como a lateralidade funcional e relativa, deixando claro que não há destros e nem canhotos absolutos.

Deve-se ressaltar que a dominância lateral é determinada por princípios neurologicamente relativos em que a lateralidade é reconhecida pelos movimentos ativos e que sempre existe uma lateralidade dominante. No caso do equilíbrio, o mesmo é uma resposta motora de adequação corporal, a fim de desenvolver o equilíbrio, sendo necessário que já tenha sido desenvolvido certo tônus muscular, o que permite ao corpo se reajustar a diferentes posturas, jogando com o peso corporal, de forma estática ou dinâmica, onde o equilíbrio requer da criança uma postura fixa, já equilíbrio dinâmico deve ser observado em locomoção, como andar, correr, saltar. (CORDEIRO, 2013)

Segundo FONSECA (2014), o psiquismo e a motricidade constituem-se em uma contínua interação e em uma tensão equilibrada entre o centro e a periferia, que no seu todo, equaciona uma espécie de equivalência e simpatia funcional. Há um processo mais complexo de integração cortical, para ser então processado, analisado, armazenado e modificado em percepção. Ao contrário, a função tônica relacionada ao equilíbrio do corpo prevê uma perturbação a partir de estimulação, garantindo uma contrarreação tônica muscular e postural.

Ainda, existem dois sistemas: um de alerta e o outro de atenção. O sistema de alerta previne o corpo de ser afetado pelo bombardeamento dos estímulos; e a atenção ajuda os componentes motores e perceptivos, algo observado em muitas crianças com instabilidade e hiperatividade e em outras síndromes psicomotoras.

Efetivamente ao distinguir o estímulo à emergência diretamente relacionada aos objetos e a estimulação situacional, decorrente do envolvimento espacial, implica que o corpo em cada momento estabelece uma interação com o equilíbrio, que por sua vez quando contrariado pela emergência de um reequilíbrio interior, resulta em um ajustamento sensorio-tônico.

Quanto ao equilíbrio dinâmico, este se dá pela locomoção quando é necessário mudar de posição como andar, correr ou saltar; e o equilíbrio estático, quando precisamos manter uma postura ereta, como por exemplo, parar estando em cima de uma bicicleta. Ou seja, um equilíbrio correto é a base da coordenação dinâmica geral. Para Wallon (GALVÃO, 2014), esse psiquismo se encontra na maioria dos casos relacionada às suas condições de expressão e de projeção no espaço, onde só assim o sujeito que se encontra envolvido entra em um estado harmonioso de equilíbrio.

Wallon foi um dos primeiros autores do domínio da Psicologia a interessar-se pelas relações entre a organização neurológica e a organização da motricidade. A interação dos componentes psicomotores, afetivos e cognitivos compreende as mudanças evolutivas em um conceito de unidade dialética e indivisível (MAHONEY, 2004).

Este pioneiro do estudo da Psicomotricidade adota uma posição antilocalizacionista e antifrenológica, criticando as concepções que concebem a vida psíquica sendo apenas um mosaico de funções.

Ainda para Wallon, a organização funcional do cérebro encerra-se em um processo de projeção de centros subjacentes em centros superiores, quando tais interações se encontram desvinculadas, torpes e disfuncionais, resultando na presença da dispraxia. (MAHONEY, 2004)

Assim, existem três neo-reguladores básicos que são: a lei da alternativa funcional, processo evolutivo para conhecimento de si e do mundo; a lei da sucessão da predominância funcional, que são os componentes motores, afetivos e cognitivos envolvidos em cada estágio de desenvolvimento; e a lei da interação funcional, que se trata de uma relação entre os estágios funcionando como uma relação entre conjuntos.

A praxia e a dispraxia deverá pressupor análise neuropsicológica das consequências da deficiência ou das lesões cerebrais no desenvolvimento psicomotor, o abandono da noção de imagem em proveito de uma abordagem funcional da atividade representacional e a colocação de um modelo de controle e de automatização da motricidade.

Com relação à criança, a mesma deve apresentar durante o seu desenvolvimento a maturação, que é um processo de crescimento interno que opera como fator fundamental básico durante a aprendizagem; as experiências passadas que envolvem a experiência e a vivência das crianças e os hábitos que cremos que elas devem aprender; e a motivação que envolve uma maturação

física e mental, suficiente de uma experiência passada adequada, para tornar aprendizagem possível, onde aluno precisa querer aprender (MANO e MARCHELLO, 2015).

Deve-se possuir ainda, capacidade mental satisfatória, habilidade mental, atitudes favoráveis ou interesses, discriminação visual, coordenação visual motora, discriminação auditiva, coordenação auditiva motora, coordenação auditiva visual e motora.

Por fim, para Wallon o desenvolvimento em termos crono genéticos, explica a transição entre Motricidade e Psicomotricidade, argumentando que cada momento do desenvolvimento tem um substrato neurológico próprio, trazendo a distinção entre ambas. (MORIN, 2000)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento motor (autogênese) do desenvolvimento infantil é uma unidade indissociável formada pela inteligência, pela afetividade, e pela motricidade. Seu desenvolvimento se processa através das influências mútuas entre esses três aspectos: cognitivo, emocional e corporal, onde qualquer alteração que ocorra em um destes se refletirá nos demais.

O desenvolvimento infantil somente ocorre quando estão presentes, na hora do nascimento, estruturas anatômicas em uma determinada organização fisiológica capaz de garantir o funcionamento biológico do organismo. Elas são o ponto de partida para que o recém-nascido prossiga vivendo.

Essa organização fisiológica (sistema endócrino e sistema nervoso) se manifestam através da realização funcional, possibilitando a evolução do ser humano. Os fatores que interferem no desenvolvimento infantil, dentre eles a maturação, envolvem o crescimento e o desenvolvimento físico da criança.

Ainda que o ritmo de desenvolvimento varie de indivíduo para indivíduo, o aparecimento do conjunto de sinais internos que governa a maioria dos padrões de crescimento segue a mesma sequência para todas as crianças, inclusive para aquelas que apresentam deficiências físicas ou mentais.

A evolução da motricidade está em diminuir o tônus nos membros e aumentar o do eixo corporal, através desta ação motora, indicando-se sua comunicação com o mundo e com o outro. A medida em que se desenvolve, paulatinamente, a criança torna-se capaz de realizar movimentos isolados e cada vez mais independentes, até adquirir a possibilidade de usar apenas uma parte de seu corpo para sua sustentação.

Assim, além da influência corporal é preciso que durante o desenvolvimento escolar, observe-se o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças a fim de que caso seja detectado algum distúrbio, o mesmo venha ser trabalhado a tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CUNHA, E. **Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade**. Ed 4ª; Rio de Janeiro; Editora Wak, 2014.
- FERREIRA, M. **Ação Psicopedagógica na Sala de aula**. São Paulo, Editora Paulus, 2011.
- FONSECA, V. **Dificuldades de Coordenação Psicomotora na Criança**. Rio de Janeiro; Editora Wak, 2014.
- FONSECA, V. **Manual de observação Psicomotora**. Porto Alegre; Editora Artes Médicas, 1995.
- GALVÃO, I. **Henri Wallon: Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 23 Ed – Petropolis, RJ, Vozes, 2014.
- MAHONEY, A.A. A constituição da pessoa: desenvolvimento e aprendizagem. In: MAHONEY, Abigail Alvarenga & ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (Org.). **A constituição da pessoa na proposta de Henri Wallon**. São Paulo: Loyola, 2004, p.58.
- MANO, A.M.P.; MARCHELLO, A.M.S. Dificuldades e distúrbios de aprendizagem na concepção de professores de séries iniciais do Ensino Fundamental. **Revista científica eletrônica da Pedagogia**. Ano XIII – n. 25, 2015.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- OLIVIER, L. **Distúrbios de Aprendizagem e de Comportamento**. Rio Janeiro, Editora Wak 2011.
- SISTO, F.F. Dificuldades de aprendizagem. In: SISTO, F.F. e BORUCHOVITCH, E. (orgs). **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.



Vanda de Lima Rodrigues

Licenciatura Plena em Pedagogia, pelo Centro Universitário Hermínio Hometto, licenciada pela UNICAMP; Pós Graduação Lato Sensu em Psicopedagogia Clínica e Institucional, pela FAMOSP - Faculdade Mozarteum de São Paulo; Pós Graduação em Psicomotricidade, pela Faculdade - HSM- Escola Superior de Administração; Pós Graduação em Arte Educação pela Faculdade - FACITEP Faculdade de Ciências e Tecnologia Paulistana. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).

A ESCUTA A PARTIR DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA CIDADE DE SÃO PAULO

VILMA MARIA DA SILVA

RESUMO: O presente artigo tem por finalidade discutir a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o documento orientador da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura de São Paulo, o Currículo da Cidade, com base na escuta sensível enquanto ferramenta pedagógica para o processo de ensino e aprendizagem ao longo da Educação Infantil. A BNCC em si, traz um currículo dinamizador e orientador, dentre eles, podendo-se destacar o campo: escuta, fala, pensamento e imaginação, o que vem trabalhar entre outras questões a escuta sensível nessa fase tão peculiar. Assim, a ideia é tornar a criança como protagonista do seu próprio conhecimento. A discussão sobre o tema foi realizada a partir de revisão bibliográfica a respeito do assunto. Os resultados encontrados demonstraram que a escuta sensível deve ocorrer a partir de experiências baseadas em uma filosofia singular na Educação Infantil, onde a criança é vista como sujeito ativo de suas capacidades, a fim de torná-la protagonista e autônoma em relação ao seu conhecimento

Palavras-chave: Documentação Pedagógica. Educação Infantil. Escuta. Reggio Emilia.

INTRODUÇÃO

Questões voltadas para a Educação Infantil têm sido alvo de inúmeras discussões, já que dentro dessa perspectiva as abordagens utilizadas no tocante ao desenvolvimento das crianças, é o que fará diferença no desenvolvimento das mesmas agora e no futuro.

A escuta sensível enquanto metodologia para o desenvolvimento pedagógico e principalmente das crianças, nos remete a Reggio Emilia e a Loris Malaguzzi, criador da Pedagogia da Escuta, que trouxe novas perspectivas para o cenário educacional brasileiro levantando questões que permeiam o trabalho na infância envolvendo aspectos pedagógicos, teóricos e metodológicos relacionados ao cuidar, ao educar e ao brincar.

Nessa perspectiva da escuta e da linguagem, o desenvolvimento ocorre a partir de diferentes aprendizagens sejam elas comunicativas, expressivas, cognitivas, simbólicas, racionais, entre outras questões que farão dela uma criança plena.

Ainda, é extremamente importante que para que o desenvolvimento das crianças seja completo, é necessário que a escola apresente não só uma escuta sensível com as crianças mas também com os pais ou responsáveis para compreender os valores e significados, trazendo-os também para dentro da escola.

Como problemática temos que nem sempre os adultos conseguem fazer uma escuta sensível em se tratando das crianças. Muitas vezes seus desejos, anseios, falas são deixadas de lado, trazendo um certo tipo de autoritarismo no ar. Além disso, infelizmente a Educação Infantil quando comparada a outras etapas escolares que compreendem a Educação Básica, possuem menos documentos norteadores.

Assim, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e em especial a Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo, a partir do documento Currículo da Cidade, norteiam esse fazer pedagógico. Desta forma, tem-se como objetivo discutir a pedagogia da escuta a partir desses dois documentos orientadores voltados para a Educação Infantil. Para tanto, o presente artigo foi baseado em revisão bibliográfica da literatura.

Os resultados encontrados demonstraram que a escuta sensível deve ocorrer com base em experiências voltadas para a equidade e para o acolhimento na Educação Infantil, momento em que a criança é vista como sujeito ativo de suas capacidades, a fim de torná-la protagonista e autônoma em relação ao seu desenvolvimento.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E A EDUCAÇÃO INFANTIL

Até então tinha-se poucos documentos norteadores para a Educação Infantil, dentre eles o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI).

Com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que veio para unificar o ensino em todas as regiões do país, tem-se os direitos de aprendizagem voltadas para esta etapa do ensino, que são: conhecer; conviver; participar; brincar; explorar e expressar. Para que elas ocorram efetivamente é preciso que o docente traga experiências a partir dos aspectos fundamentais desse processo.

Desta forma, a criança no contexto do cotidiano escolar envolve tanto as singularidades quanto as pluralidades, fazendo com que o protagonismo contribua para que as crianças possam se livrar das amarras estabelecidas pelas escolas em geral não havendo a necessidade de desobedecer para garantir o protagonismo infantil:

[...] compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e as brincadeiras como eixos estruturantes (BRASIL, 2018, p. 42).

De acordo com Silva (2014), na Educação Infantil, o brincar pode se tornar uma das principais ferramentas de ensino, pois é nesta fase que as crianças possuem maior curiosidade, desenvolvem a criatividade, além de outras habilidades cognitivas.

De acordo com a BNCC:

A unidade temática Brincadeiras e jogos explora aquelas atividades voluntárias exercidas dentro de determinados limites de tempo e espaço, caracterizadas pela criação e alteração de regras, pela obediência de cada participante ao que foi combinado coletivamente, bem como pela apreciação do ato de brincar em si. (BRASIL, 2015, p. 214)

No caso desse exemplo do documento norteador, brincar significa aprendizagem, já que contribui para que a criança raciocine, desenvolva o pensamento e estabeleça diferentes vínculos sociais, compreendendo o ambiente e desenvolvendo conhecimentos.

Nesse contexto, as unidades escolares precisam garantir uma rotina e uma pluralidade de experiências possibilitando explorar materiais diversos, considerando as necessidades coletivas e individuais das crianças.

Outro fator importante é a questão da escuta. A escola precisa também desenvolver práticas e habilidades de escuta em relação aos pais e responsáveis, por exemplo, para que a família estabeleça a figura do docente como alguém de quem eles podem confiar e conversar. E mais ainda: aprender a escutar a criança.

Para criar esses laços são significativos para a melhora do desenvolvimento da criança e da qualidade de ensino: “As expectativas dos pais tendem a aumentar a importância que os filhos dão à escola. Isso pode fazer muita diferença”. (OLIVEIRA, 2013, s/p.)

No caso da BNCC, existe uma discussão intensa sobre esse tema, trazida no chamado Campo de Experiências que engloba: a escuta, a fala, o pensamento e a imaginação; com o objetivo de desenvolver diferentes formas de comunicação nas crianças, consolidando a imaginação e o pensamento.

O que nos remete a Reggio Emilia, em que Malaguzzi trouxe concepção das diferentes linguagens utilizadas pelas crianças a fim de se comunicarem, sendo considerado por isso, o criador da Pedagogia da Escuta, relacionando a prática docente com a escuta sensível.

De acordo com RINALDI (2014), na visão de Malaguzzi, o docente aprende no momento em que ensina e compreende como funciona a aprendizagem das crianças a partir da escuta, que é o ponto de partida para o desenvolvimento pedagógico. Assim considera-se que as crianças nascem com cem linguagens, onde é preciso escutá-las e reconhecê-las em suas múltiplas especificidades e potencialidades, priorizando a autonomia e o desenvolvimento infantil.

Por isso é de suma importância a escuta por parte do docente. Saber exatamente o que as crianças querem ou precisam saber e como querem aprender sobre dado assunto facilita o protagonismo infantil. Quando o docente se preocupa com esse tipo de questão, pode provocar novas oportunidades para o crescimento intelectual das crianças, especialmente quando a escuta está voltada para as próprias

palavras das crianças a fim de estimular a discussão e a reflexão sobre determinado assunto (EDWARDS, 1999).

Segundo MALAGUZZI (1999), o docente também é um dos protagonistas do processo de ensino e aprendizagem, pois, ao escutar ele está se preocupando com o que as crianças pensam e sentem, sem ter ideias previamente estabelecidas, permitindo assim encaixar nas vivências possíveis curiosidades, dúvidas e questionamentos que elas trouxeram.

Assim, o protagonismo durante a infância pode contribuir para desenvolver um ensino centrado na criança e na escuta. A abertura para esse novo momento pode acontecer de diferentes formas, onde o docente deve se atentar aos anseios das crianças a fim de traçar estratégias de ensino e aprendizagem que se adequem melhor a este grupo.

A BNCC traz ainda que o docente deve estar atento e que mantenha uma postura de escuta para as percepções e respostas das crianças. Desta forma, é possível contribuir para o desenvolvimento de atitudes respeitadas e da valorização de diferentes culturas.

Ou seja, a BNCC resultou em maior movimento quanto a escuta das crianças, fazendo com que elas participem das decisões. Isso é muito importante porque muitas vezes, até então, o docente criava seu planejamento sem levar em consideração os interesses reais dos pequenos. Resulta-se para a criança em um papel mais ativo nas escolhas e nas propostas, bem como o docente passa efetivamente a trabalhar como um mediador.

Por fim, relacionando com este documento temos que: “A escuta é um processo fundamental nas relações interpessoais. Ela propicia uma maior aproximação destes sujeitos que se relacionam. A escuta proporciona o reconhecimento do outro, a aceitação, a confiança mútua entre quem fale e quem escuta” (CERQUEIRA, 2011, apud OLIVEIRA, 2014, p.22).

A ESCUTA E O CURRÍCULO DA CIDADE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA CIDADE DE SÃO PAULO

De acordo com o documento orientador Currículo da Cidade, a escuta sensível traz como exemplo o docente (adulto) em referência escutando, o que diante dessa situação faz com que a criança efetive seu entendimento do que é escutar os outros.

No caso dos registros referentes a Educação Infantil é preciso superar a burocracia do preenchimento de papéis, pensando em um processo formativo e reflexivo que venha a auxiliar no planejamento do fazer docente, a partir da escuta e observação de bebês e crianças.

De acordo com a documentação do Ministério da Educação e da Cultura (MEC/SEB, 2009), a linguagem é um termo recente na Educação Infantil. Esse tipo de organização do currículo geralmente é interpretado como um campo disciplinar.

Assim, nesta etapa escolar, a linguagem corporal, as artes visuais, o movimento, a literatura, a música, a linguagem oral são construídos em seu currículo:

Diante do que está posto neste documento, das diferentes formas de organizar os currículos ao longo dos últimos anos, entendemos que não podemos organizar um currículo sem a participação, sem a escuta das crianças e de suas famílias, da comunidade, currículo que se limita ao cuidado, ou a atividades mecânicas de coordenação motora, ou ainda a comemoração de festas do calendário; essas propostas não são mais apropriadas ao atendimento das necessidades das crianças de hoje, que têm direito a um desenvolvimento integral, e nem ao cumprimento da legislação, que é o de garantir uma educação para que se alcance o desenvolvimento integral. (VASCONCELOS, 2014, p. 37-38)

De acordo com o Currículo Integrador da Infância Paulistana, o docente deve considerar os bebês e as crianças a partir da referência de suas diferentes culturas e diferentes formas de linguagem, como importante fonte de transformação, conhecimento e norteadora das ações educativas, sendo imprescindível estimular a escuta dos bebês e crianças que frequentam a Educação Infantil. (SÃO PAULO, 2015)

Um currículo integrador como é o Currículo da Cidade trata da comunicação, do acolhimento e da escuta na Educação Infantil, seja nos Centros de Educação Infantil (CEI), seja nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI). Ou seja, envolve o cuidar, a observação, a escuta e a comunicação entre

adultos, bebês e crianças, bem como no seu acolhimento considerando suas diferentes formas de linguagem que resultam em desejos, pensamentos e aprendizado.

Assim, o docente se torna essencial nesse processo, considerando as experiências e descobertas do território infantil. Para isso, é necessário que se organize a partir das experiências, promovendo sua curiosidade, ouvindo seus anseios, instigando novas descobertas que resultarão em experiências. Pode-se considerar que isto é o que chamamos de acolhimento e escuta. (MELLO, 2015)

Os documentos norteadores do fazer pedagógico exigem uma sistematização quanto a reflexão e observação do cotidiano escolar, com base nas diferentes concepções teóricas que orientem as práticas educativas na etapa da Educação Infantil, em especial, na Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo, resultando em equidade.

No caso das crianças com um pouco mais de idade, a escuta sensível pode ocorrer a partir de rodas de conversa, onde os docentes podem organizar esse tipo de atividade a fim de ouvir as propostas, as críticas, as considerações, entre outras questões pertinentes. Assim, as crianças vão aprendendo que as dificuldades, os problemas e a troca de experiências vivenciadas em grupo podem ser discutidas e avaliadas. (SÃO PAULO, 2019)

A escuta, como já dito anteriormente, também devem atingir pais e responsáveis, possibilitando reflexões e decisões coletivas permitindo uma reorganização do acolhimento não só as crianças mas também as famílias.

Assim, é preciso por parte do docente um olhar e uma escuta sensível para organizar de forma adequada um ambiente seguro, acolhedor e desafiador, resultando em condições necessárias que desenvolvam plenamente as crianças a partir dos aspectos cognitivos, afetivos e motores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se fala em escuta a primeira situação que nos remete na Educação Infantil é que o ato escutar as crianças, exige uma prática em que docente deve proporcionar um ambiente acolhedor, com interação e desenvolvimento. Para isso, existe a necessidade de utilizar diferentes estratégias voltadas para a comunicação, onde as mesmas possam se expressar e se desenvolver a partir da escuta e da fala.

O exemplo de Reggio Emilia, ainda está presente nos dias atuais, uma vez que a Pedagogia da Escuta tem se mostrado cada vez mais importante no trato com bebês e crianças da Educação Infantil. Ainda, é preciso levar esta escuta para o convívio e o relacionamento da escola com os pais e responsáveis a fim de que todos possam contribuir com a aprendizagem dos pequenos.

Assim, tanto o Currículo da Cidade da Rede Municipal de Ensino de São Paulo e a Base Nacional Comum Curricular comungam da mesma ideia: a de que é preciso desenvolver uma escuta sensível a partir das vivências na escola, a fim de que a criança seja respeitada em sua plenitude.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Consulta Pública. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2015. Disponível em: <<http://icg.edu.br/base-nacional-comum-curricular-bncc>>. Acesso em: 07 dez. 2021.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. SEB. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Práticas cotidianas na Educação Infantil- Bases para a reflexão sobre as orientações curriculares**. Brasília: MEC, 2009.
- MALAGUZZI, L. Histórias, Idéias e Filosofia Básica. In: EDWARDS, Carolyn GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As Cem Linguagens da Criança: A abordagem de Reggio Emília na Educação da Primeira Infância**. Tradução de Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- MELLO, S. A. **Uma proposta para pensar um currículo integrador da infância paulistana**. São Paulo: SME/DOT, 2015.
- OLIVEIRA, N.C. **O voo da borboleta: escuta sensível, respeito, e cuidado na relação pedagógica em mutação na educação infantil**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia), Universidade de Brasília, 2014.
- OLIVEIRA, T. Laços de família de políticas educacionais da OCDE, a valorização de vínculos entre a escola, a família e a comunidade melhora a qualidade de ensino em escolas mais vulneráveis. **Carta fundamental a revista do professor**. Fev, p 50. 2013.
- RINALDI, C. **Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da Cidade: Educação Infantil**. São Paulo: SME / COPED, 2019. 224 p.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Currículo Integrador da Infância Paulistana**. São Paulo: SME/DOT, 2015.

VASCONCELOS, A.C. **O Currículo na Educação Infantil Segundo as Orientações Curriculares – expectativas de aprendizagem** - SME/DOT-SP. Monografia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Pós-graduação Lato Sensu em Formação de Professores – Ênfase Magistério Superior. São Paulo, 2014.



Vilma Maria da Silva

Formada em Pedagogia, Letras (Inglês), História e Artes. Especializações na área de Alfabetização e Letramento, Educação Especial e Educação Inclusiva. Participa da comissão editorial da Edições Livro Alternativo desde 2016 promovendo ações educacionais e investindo na evolução dos educadores.
vilmamedrado@gmail.com



NÃO CUSTA NADA HOMENAGEAR UM PROFESSOR/A ESPECIAL

Envie sua homenagem com algumas fotos para:
primeiraevolucao@gmail.com



POESIS
Revista de Educação e Formação
www.poesis.org.br

DESTAQUES

Revista de Educação e Formação
www.poesis.org.br

www.poesis.org.br

#VacinaParaTodos

DESTAQUE

SEM FORMAÇÃO NÃO É POSSÍVEL EVIDENCIAR
RESULTADOS IMPACTANTES, PRINCIPALMENTE
NA ÁREA DA EDUCAÇÃO.

LUIZA REGINA MISTRELI

DESTAQUES

LANÇAMENTO

METODO FÓRICA E A ESTRATÉGIA DO PLANO NACIONAL DE ALTA

IMPORTÂNCIA DA TEOLOGIA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

COMUNICAR E PRECISAR



MAR DE AMOR

Nas águas nem sempre calmas do nosso amor
Onde sentimentos e emoções emergem a todo
instante

Onde a alegria e tristeza se revezam numa
constante

Temos como fiel companheiro o indesejável
estupor.

Nessas idas e vindas da nossa paixão
Ciúmes, medos e insegurança
Fazem-nos agir sempre como uma criança.

Por incontáveis vezes,
Somando-se os dias, chagamos a meses
Fomos dominados por ondas gigantes de
pensamentos
Que tiraram-nos de órbita por muitos momentos.

E antes que possa nosso coração partir
Colocamo-nos a refletir
De que maneira podemos agir
Para esses sentimentos não mais nos consumir.

E o tempo, senhor de tudo,
Sempre trouxe a resposta
Demonstrando que nesse mundo
Incluindo seus planetas, mares e quasares
Jamais encontraremos outra felicidade.

Cleia Teixeira

CEU EMEF Água Azul

PLANTE ESTRELAS

Se tiveres a sensação
Que tudo está fora de ordem
Que tudo é só desordem.

Se o mais importante
Sair do real

Passar a morar no virtual.
E se o mundo virar ao contrário

E as belezas da Terra
Não mais puderes vê-las,
Reorganize sua órbita
Comece a plantar estrelas.

J. Wilton

(EMEF Armando Cridey Righetti)

DELAS

Prenuncia loucura o seu beijo
O telefonema na madrugada
E o convite para um rápido café.

Prenuncia paixão o seu abraço apertado
Seus lábios em meu rosto colado
O roçar dos dedos em meu pescoço.

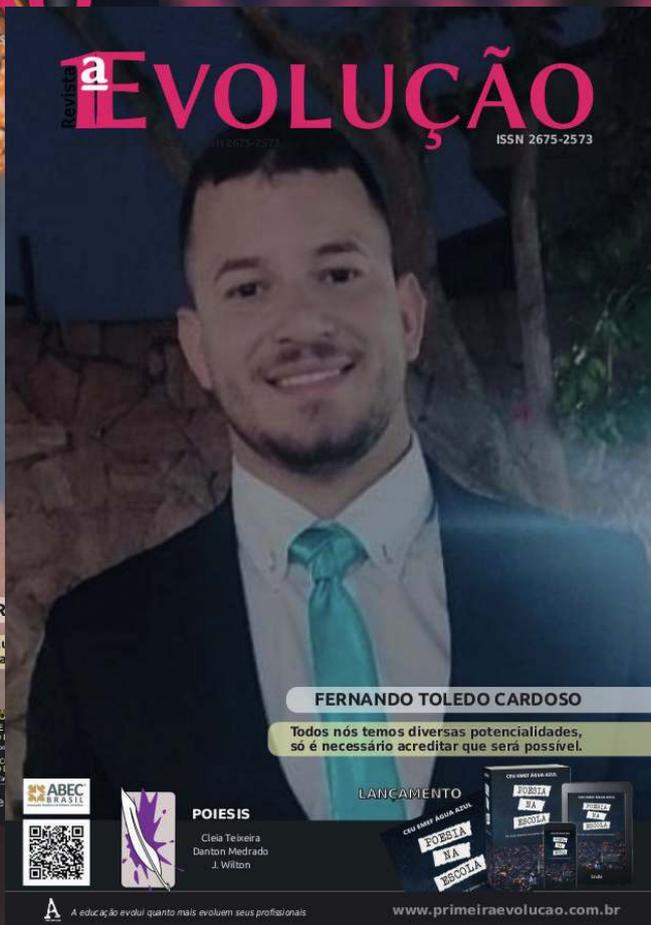
Prenuncia teima o seu falar
Renúncia dúbia do ensinar
Involuntária saga animal.

Desejo cru que arrepia a pele
Noitada de sexo é o que nos impele?
Melhor mesmo é nem pensar.

Prenúncio de liberdade e loucura minha
Aceitar seu jogo de não gozar sozinha
Mas, sou demais curiosa pra não arriscar.

Danton Medrado

EMEF Dr. Augusto César Salgado



ORGANIZAÇÃO:

Andreia Fernandes de Souza
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

- Adelina Ursula Correia de Lima
- Alcides Piedoso Ferreira Chivango e Faustino Moma Tchipesse
- Cristiana Ferreira de Sousa Neves
- Evelice de Souza Evangelista
- Luís Venâncio
- Marta Batista Justino Caetano
- Mineiva Medina Rodrigues Silva
- Rosemeire Santos de Deus Lopes
- Samantha Lima Lopes/Sarah Emily Souza de Jesus/Wesley Fernandes Rodrigues.
- Sirlene Xavier Teixeira
- Vanda de Lima Rodrigues
- Vilma Maria da Silva



<https://doi.org/10.52076/issn2673-2573.rpe.23>

www.primeiraevolucao.com.br

Filiada à:

